

UNIVÁS- Universidade do Vale do Sapucaí

O discurso da crise da ética na política: desarticulação entre os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores após acontecimentos políticos de 2005

Andréa Luiza de Oliveira Vitória

Pouso Alegre, MG

2012

UNIVÁS- Universidade do Vale do Sapucaí

O discurso da crise da ética na política: desarticulação entre os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores após acontecimentos políticos de 2005

Andréa Luiza de Oliveira Vitória

Dissertação apresentada junto ao programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eni Puccinelli Orlandi

Pouso Alegre, MG

2012

Ficha

OLIVEIRA-VITÓRIO, Andréa Luiza de.

O discurso da crise da ética na política: desarticulação entre os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores após acontecimentos políticos de 2005/Oliveira-Vitório, Andréa Luiza de- Pouso Alegre: UNIVÁS/FAPEMG, 2012, 141 folhas.

Trabalho concluído em 19 de abril de 2012, curso Ciências da Linguagem.

1. Análise de Discurso. 2. Porta voz. 3. Discurso religioso.

Autora: Andréa Luiza de Oliveira Vitório

Título: O discurso da crise da ética na política: desarticulação entre os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores após acontecimentos políticos de 2005

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Eni Puccinelli Orlandi

Presidente e orientadora

Profª Drª Mônica Zoppi-Fontana

Membro

Prof. Dr. Lauro Baldini

Membro

Profª Drª Maria Onice Payer

Membro-suplente

Data da defesa: 19 de abril de 2012

*A todos que de alguma forma buscam
compreender “que País é esse”.*

Agradecimentos

Durante esta minha jornada pela Teoria da Análise de Discurso compreendi o que Guimarães Rosa tão sabiamente disse em Grande Sertão: veredas, na voz de Riobaldo: (...) *eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa*. E este sentimento de desconfiança foi o meu grande impulsionador para enfrentar o que eu considero uma batalha, não contra alguém, mas a favor, e pelo conhecimento.

Compreendi de forma ainda mais clara a presença do grande Sujeito em minha vida, e apesar de, a princípio, ficar incomodada com a necessidade de reformular minhas concepções do mundo, da religião, da política, da sociedade e compreender as razões que me lançavam na empreitada tão árdua da pesquisa científica, senti que não caminhei sozinha e por isso se faz muito importante lembrar meus companheiros de caminhada e a eles eu devo meus mais profundos agradecimentos, pois cada um em sua posição-sujeito, contribui para que este discurso fosse pensado, escrito, re-escrito, significado e re-significado.

Início meus agradecimentos à minha família, que sempre me apoiou e se sacrificou para que eu pudesse realizar este que era meu sonho.

À minha orientadora Eni Puccinelli Orlandi, que aceitou o desafio de me orientar, sabendo das dificuldades que eu teria para me colocar mais como Analista de Discurso e menos como militante de esquerda.

Aos meus professores, pela forma prazerosa e cuidadosa que nos introduziram e nos conduziram nas disciplinas acadêmicas. Cada um, do seu modo, com sua generosidade foi além de suas responsabilidades profissionais; eles se constituíram amigos: Eni, Onice, Lauro, Míriam, JB, Telma, Andreia. Às secretárias Jussara e Fabiane, sempre prestativas, interessadas, que nos recebia sempre com simpatia e delicadeza. À Maria Eunice, que compreendeu minhas dificuldades e se colocou sempre solícita e amiga. À FAPEMIG que ajudou a financiar este sonho.

E para finalizar, um agradecimento especial a Francisco Szermeta, trabalhador do Jornal Brasil de Fato, que numa demonstração de generosidade e altruísmo me ajudou a construir o *corpus* deste trabalho, e me acompanhou durante toda esse jornada, incentivando não só com palavras de ânimo, mas com sugestões de leituras que só fizeram enriquecer e aprofundar meus conhecimentos a respeito do tema que me propus a pesquisar.

Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra.

Clarice Lispector

RESUMO

O objeto deste estudo é refletir sobre a questão do sentido da ética na política e suas ressonâncias na formação social, a partir de acontecimentos discursivos que nos remetiam à conjuntura de uma “crise” política que envolvia o Partido dos Trabalhadores, num período que ficou conhecido na história como “Crise do Mensalão”. Utilizando-se de pressupostos teóricos e analíticos da Teoria da Análise de Discurso, de linha francesa, constituiu-se um *corpus* em torno de documentos que tratam da fundação do Partido dos Trabalhadores, de matérias publicadas no Jornal Brasil de Fato e de Cartas direcionadas ao povo, uma escrita pelo Partido dos Trabalhadores e outra pelos Movimentos Sociais. Buscou-se compreender em que bases discursivas o PT foi identificado como partido da ética na política e, a partir da Crise do Mensalão, como discursivamente os Movimentos Sociais reagiram a aquela conjuntura histórico-social, pensando em termos de uma desarticulação entre Movimentos Sociais e Partido dos Trabalhadores. Trazemos para tanto, as noções de interdiscurso, formações discursivas, sujeito, porta-voz, discurso autoritário, reversibilidade como ancoragem teórica para nossas reflexões.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Ética na política. Discurso autoritário. Discurso religioso. Reversibilidade.

ABSTRACT

The object of this study is to discuss the question of the meaning of ethics in politics and their resonances in the social formation, from discursive events in which they referred to the situation a "crisis" policy involving the Workers Party, a period known in history as "*Mensalão Crisis*." Using the theoretical and analytical Theory of Discourse Analysis of the French line, was formed around a corpus of documents dealing with the founding of the Workers Party of Brazil articles published in Journal of Fact and letters directed to people, one written by the Workers' Party and by other social movements. Sought to understand the discursive bases on which PT was identified as the party of ethics in politics and from the Crisis *Mensalão* as discursively social movements that respond to socio-historical situation, in terms of thinking about a gap between Social Movements and Workers' Party. Bring to both the notions of interdiscourse, discursive subject, a spokesman, authoritative discourse, reversibility as theoretical grounding for our reflections.

Keywords: Discourse Analysis. Ethics in politics. Authoritative discourse. Religious discourse. reversibility

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A CONJUNTURA: MEMÓRIA E ESQUECIMENTO	19
2 ÉTICA: SEUS DESLIZAMENTOS E OS SENTIDOS DA ÉTICA NA POLÍTICA	27
2.1 O Sujeito da Análise de Discurso	31
2.2 Os sentidos da ética na Modernidade e na Pós-modernidade	34
3 O MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO PT	38
3.1 Porta-voz da ética na política	38
3.2 O discurso religioso: uma análise possível	52
4 MOVIMENTOS SOCIAIS: IDEOLOGIA E DESARTICULAÇÃO	58
4.1 Os Movimentos Sociais	58
4.2 Movimentos Sociais: o enfraquecimento do discurso do princípio da ética na política	70
4.2.1 Recortes	70
4.2.2 A Análise	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS	111
ANEXO A - Manifesto de Fundação do PT	112
ANEXO B - Carta de Princípios do PT	115

ANEXO C – Carta ao Povo Brasileiro (2002)	122
ANEXO D - Carta ao Povo Brasileiro (2005)	127
ANEXO E – Pronunciamento de Lula	131
ANEXO F – Recortes matérias do Jornal Brasil de Fato	135

INTRODUÇÃO

O que me moveu inicialmente a esta pesquisa, foi um olhar próprio de uma jornalista, acostumada às observações sociológicas, antropológicas, históricas dos fatos. Observava um acontecimento de desarticulação, ou afastamento, entre os Movimentos Sociais e o Partido dos Trabalhadores, após a vitória presidencial nas eleições de 2002. Entretanto, esta observação ficou mais forte quando, após as eleições municipais de 2008, o mesmo fato chamou-me a atenção, agora não mais em um contexto nacional, mas em outro mais próximo, localizado no município de Pouso Alegre-MG.

Novamente um afastamento entre os Movimentos Sociais e o Partido dos Trabalhadores apresentava-se aos meus olhos. Contudo, não queria que estas observações locais fossem meu objeto de pesquisa, pois eu me encontrava muito próxima dele. E também considerei que era muito óbvio, e talvez “natural”, que houvesse esse afastamento dos Movimentos Sociais, após o Partido ocupar uma posição de poder, a qual foi conquistada com forças aliadas, não vindas apenas de grupos de esquerda.

Para esclarecer o sentido de “natural”, remeto-me à crítica do sistema representativo apresentada por Proudhon (*apud* Michels,1970,p.19):

“ Os representantes do povo, dizia ele, mal alcançam o poder, já se põem a consolidar e a reforçar sua força. Incessantemente, envolvem suas posições com novas trincheiras defensivas, até conseguem libertar-se completamente do controle popular. É um ciclo natural percorrido por todo o poder: emanado do povo, acaba por se colocar acima do povo.”

Neste sentido, ficou claro para mim que, ao acender as instâncias do poder executivo, o representante do Partido dos Trabalhadores colocar-se-ia em outra posição que não mais comportaria um olhar apenas direcionado por princípios ideológicos essencialmente de esquerda, mas teria que se colocar em outra posição sujeito: a de prefeito ou de presidente da República. Uma vez que não mais

representava apenas um grupo, mas diversos e diferentes outros grupos, vinculados ou não a partidos políticos, como movimentos sociais, sindicais, econômicos. Este outro sujeito representaria a todos, pelo voto que os elegeram, situados em uma democracia direta.

Como não queria falar das transparências de uma interpretação de fatos, que culminaria em algo óbvio e talvez pontual. Entendi que deveria fazer uma leitura daqueles acontecimentos realizando outro gesto de interpretação, com o intuito de buscar compreender o que estava menos aparente ao meu olhar e que poderia ser observado em outras situações.

Defini que seria através dos dispositivos teóricos e analíticos encontrados na Análise de Discurso, de linha francesa, que buscaria entender como isto que estou chamando de “desarticulação” se inscreve na história, pela ideologia.

Para esta análise escolhi textos publicados no Jornal *Brasil de Fato*, jornal este ligado aos movimentos sociais, especificamente as edições que divulgavam notícias sobre a Crise do Mensalão, pois neste período toda a imprensa noticiava os fatos da crise ressaltando que o **PT era o partido da ética** e que se corrompia, determinando, de certa forma, o fim da **ética na política**. Os respectivos grifos foram feitos, pois esses enunciados, que também serão retomados mais adiante, se apresentavam fortes naquela conjuntura em que a mídia e a sociedade, através de suas organizações (políticas, religiosas, partidárias, sociais) propunham discussões em torno do tema “Ética na política”. Aqui analisaremos e apresentaremos como para nós os sentidos desses dizeres colaboraram para que o PT fosse identificado ou nomeado como partido da ética na política.

Remetendo-me a M. Pêcheux (2002) que destaca que é na dinâmica da produção da notícia, dos comentaristas e analistas políticos que o acontecimento vai se construindo, na conjuntura da atualidade e no espaço da memória que ele chama e que esses fatos de memória se reorganizam, destaco que dentro de todo o jogo político, daquela época, 2005, cogitava-se até mesmo o *impeachment* do Presidente Lula. Observando que o fato jornalístico e da *mass-mídia* nos remete a questões sócio-políticas aparentemente transparentes, pelas apresentações em tabelas, cifras, imagens. Entretanto, Pêcheux (2002), novamente nos chama a atenção para observar a opacidade desse acontecimento, que nada tem de transparente, uma vez

que ele já estava sendo construído há tempos em outros discursos. Discursos esses que poderiam apressar o acontecimento ou evitá-lo.

Para me auxiliar a compreender discursivamente como o PT definiu-se ou foi definido como partido da ética na política- um dos objetivos deste trabalho- juntei ao meu corpus outros discursos publicados antes dos acontecimentos políticos de 2005; documentos do Partido dos Trabalhadores como o seu *Estatuto*, o *manifesto de sua fundação (1980)*, *Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores (1979)*, *discursos proferidos pelo Presidente Lula (2005)*, *cartas direcionadas ao povo brasileiro (2002, 2005)*, dentre elas, uma em que os movimentos sociais se posicionavam diante daquele contexto de crise política.

Como os principais fatos que instigaram minhas observações foram aqueles que tinham como desencadeadoras questões relativas à ética na política, determinei que meu objeto de estudo seria *o(s) sentido(s) da ética na política e suas ressonâncias na formação social*.

Sabendo da não transparência do discurso, e que ele é constituído por palavras em seus sentidos múltiplos e que ao interpretá-las estamos sempre afetados pela ideologia e como diz Pêcheux (2002): “a interpretação é uma questão política”, busquei, a princípio, em uma primeira leitura na íntegra do *Estatuto do Partido dos Trabalhadores* encontrar alguma referência mais explícita sobre a ética deste partido. Não encontrei nenhuma palavra ou frase que o identificasse como um partido que defendia as questões de ética na política, embora esta identificação era aparente nos discursos da mídia, na fala da população e em relação aos outros partidos que referiam-se ao PT como o partido da ética na política. Observei, no entanto, que a palavra ética não se dizia, *era dita*.

Outros sentidos foram se apresentando, não mais buscando a significação transparente e literal da palavra ética, lembrando Orlandi (2002): “*toda ética resulta de uma relação em que se interpreta o político*”, mas sim observando os sentidos se inscrevendo na ordem do discurso, em que a ideologia também me afetava, e eu percebia que estava então diante da opacidade do discurso. Do não dito, que diz, em outro lugar independentemente e fui então buscar este outro lugar. Ou seja, em termos discursivos, estava diante de um acontecimento discursivo que, para ser compreendido, me remetia à questão da memória, do *interdiscurso*.

Ao nos filarmos à Análise de Discurso de linha francesa, trataremos as questões apresentadas observando as palavras que se movimentam dentro do discurso que não se faz sozinho, pois recai sobre ele o político e o simbólico, que se confrontam no tempo e no espaço, através das práticas de linguagens, por sujeitos afetados pela língua e interpelados pela ideologia, que são sujeitos a falhas, aos equívocos.

A Análise de Discurso reflete sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua, nos ensina Orlandi (2001). E o lugar em que se observa a materialização dessa relação entre língua e ideologia é no discurso, através da compreensão de “*como a língua produz sentidos por/para os sujeitos*”.

Considerando que a linguagem não é transparente, a Análise de Discurso coloca a questão de **como** o texto significa e não *o quê* ele significa, produzindo a compreensão a partir do próprio texto, vendo-o em sua *materialidade simbólica própria e significativa*, concebendo-o em sua discursividade.

Outra questão a se considerar é a de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Pêcheux, 1975).

Desta forma, ao deslocarmos estes conceitos para observarmos questões que nos colocam a Teoria da Comunicação, que fundamenta a produção jornalística, observamos que a objetividade, a clareza e a imparcialidade de que trata a Comunicação, no tocante aos textos jornalísticos, se desmancha para ser observada a sua não transparência, a sua opacidade; para observar o discurso que foi construído e não mais um texto resultante de um processo simplificado de comunicação com a pretensão de apresentar apenas um único sentido, pois, como diz Pêcheux (*apud* Orlandi, 2001), mais do que transmissão de informação, o *discurso é efeito de sentidos entre locutores*.

A opacidade do discurso, as formações ideológicas dos diversos sujeitos que interpretam a notícia ou que participam do fato exposto nos jornais, as falas desses, ditas em outros lugares e que ressoam agora com outros e novos sentidos, nos faz caminhar também pelo campo da memória e observar sua materialidade

apresentada na linguagem que se corporifica pela sua historicidade. Segundo Orlandi (2002), “o esquecimento é um dos modos do político se marcar na relação com a memória, ideologicamente.” Ele é constitutivo da memória e constitui o que se sabe e o que não se sabe em relação ao político: “*imprime a direção dos sentidos, o que eles recortam, instituem, põem em silêncio, o que incluem, o que excluem*”.

Para compreender o político inscrito nos sentidos, ensina Orlandi (2002), é preciso trabalhar nossa relação com a interpretação, que segundo Pêcheux (1999) ao pensar na inscrição do acontecimento na memória, mostra que ela joga em dupla forma: a do acontecimento que escapa à inscrição, que não chega à inscrever-se, e a do acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido. Temos então que a formação discursiva se constitui através dos sentidos determinados pelas posições ideológicas que são colocadas no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, lembrando que *as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam* (Orlandi 2001).

Para entender como se constituiu um determinado discurso é necessário observar a ideologia fazendo-se presente e interferindo na linguagem, através dos sentidos produzidos pela interpretação. Salientando, ainda, que como diz Orlandi (2001) a ideologia produz evidências, apagando a interpretação, colocando as determinações históricas como sendo imutáveis, produzindo o óbvio, *colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência*.

Utilizando, portanto, dos pressupostos teóricos e analíticos da Análise de Discurso, nos propusemos a analisar a questão específica da crise da ética¹ na política, buscando compreender como o discurso da ética na política produziu sentidos na/pela sociedade. Para tanto, definimos nosso *corpus* a partir de um contexto histórico-social caracterizado pela crise enfrentada pelo Partido dos Trabalhadores, conhecida como **Mensalão** (2005) e nos remetendo também a outra

¹ Abordaremos a ética na política no sentido em que nos apresenta Orlandi (2002) como sendo uma questão da interpretação: “*deixa de ser uma questão só da conduta (individual) e passa a ser da produção de significação, ou seja, incide sobre a relação da língua (sujeita a equívocos) com a história na constituição dos sentidos e dos sujeitos. Inscreve-se no confronto do simbólico com o político. Como parte da significação, a questão ética pode tanto ser visível como, na maior parte das vezes, ser bem pouco visível na conduta individual*”.

situação a da Fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), nos quais procedemos os nossos recortes.

Outros documentos também se somam ao nosso *corpus* como artigos publicados pela *Fundação Perseu Abramo*, por *teóricos do PT*, como André Singer, declarações feitas por *Lula à Nação*, por ocasião da crise política de 2005, Carta de Princípios do PT (1979), a Carta ao Povo (2002) e a Carta ao Povo (2005), para ajudar-nos a alcançar os objetivos que nos propusemos com este estudo, os quais relacionamos em sequência:

- Identificar a marca da vinculação do Partido dos Trabalhadores com o discurso de partido ético.
- Observar se houve uma desarticulação com os movimentos sociais após os escândalos envolvendo membros do Partido dos Trabalhadores, que colocavam em cheque o discurso petista pautado na ética, no compromisso com as classes trabalhadoras e com os movimentos sociais, enquanto defensor dos direitos das maiorias marginalizadas, esquecidas; destacando se houve ou não o enfraquecimento do discurso do princípio da ética na política.
- Entender como se deu o processo (discursivamente) de afastamento/preservação da imagem de Lula do contexto da crise da ética no PT.
- Refletir se houve uma mudança de interesse do PT pelas classes trabalhadoras e pelos movimentos sociais para as massas desorganizadas.

Desenvolver esse estudo, pelas bases teóricas e analíticas da Análise de Discurso, é o caminho pelo qual pretendemos percorrer para buscar a *compreensão* de como está inscrito e onde esse discurso da ética na política, essa desarticulação, esses *rompimentos ideológicos* estão sendo ditos e como estas falas estão sendo articuladas: nas falas carregadas de ideologia da luta de classes, na fala da burguesia, na fala do poder.

Para tanto, o meu objeto de pesquisa está centrado na questão do sentido da ética na política e suas ressonâncias na formação social, onde buscarei compreender como foi o processo discursivo de identificação do PT em sujeito da ética na política, como isso ressoa, influencia, implica na formação social de outros sujeitos que reconheceram no sujeito Partido dos Trabalhadores o partido da Ética na política.

1 A CONJUNTURA: MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Ao longo de sua história, de seus trinta anos, comemorado recentemente, o PT construiu uma imagem² de um partido fundamentalmente ético, baseado nos princípios de transparência, justiça social, defensor de valores que norteavam a luta dos trabalhadores e dos excluídos contra grupos que detinham o poder político e econômico.

Após ganhar as eleições presidenciais, Lula assume o governo federal em 2002 e o PT assume o poder. Em 2005, tornam-se públicos escândalos envolvendo membros da cúpula do partido, provocando uma crise interna, que espalhou seus efeitos por toda a sociedade, colocando em questão a fragilidade da ética do PT e porque não dizer da ética na política, princípio este utilizado para construir a imagem de um partido que estava acima da política corrupta.

Esta crise refletiu diretamente na relação do PT com seus militantes, filiados, simpatizantes e, principalmente, junto a grupos que o fundaram como sindicatos classistas de trabalhadores, associações e diversos outros movimentos populares e religiosos. Após chegar ao poder, a relação entre movimentos sociais e o governo petista modificou-se, demonstrando, aparentemente, uma relação muito próxima àquela mantida com governos de direita.

Em nome da *governabilidade*, Lula é protegido dos escândalos envolvendo pessoas diretamente ligadas a ele como José Dirceu, Antonio Palloci e **declara oficialmente “não saber”** dos atos cometidos pelos membros do seu partido e **pede desculpas à Nação**, dando início a outro processo político, a criação de uma nova corrente populista: o **Lulismo**.

Naquela conjuntura, representantes de vários novos partidos de esquerda, que se formaram e receberam dissidentes do PT, como o PSol e o PSTU -após a crise de ética – afirmam que o PT não é mais um partido de esquerda e se posiciona como um partido centro-direita. Uma das justificativas para essa conclusão

² A expressão “construiu uma imagem” está aqui apresentada ainda em sua transparência e no decorrer deste trabalho apresentaremos outro sentido para ela, observando a opacidade do discurso.

é a do próprio Lulismo, pois mostra que o PT volta-se para a conquista das massas desorganizadas e não politizadas como o *subproletariado*³- que deseja uma melhoria nas condições de vida, mas preza pela manutenção da ordem e delega a tarefa de executor das mudanças a uma autoridade política, muito ao contrário da ideologia petista de que através do desenvolvimento da cidadania, do conhecimento político, da prática, o povo é que promove as transformações que deseja, pois é ele o verdadeiro detentor de poder.

Como mostra em seu Estatuto no Art.58, que define os **Núcleos de Base** para servir de “*instrumentos fundamentais da organização partidária e da atuação do PT nas comunidades e nos setores, e de **integração** com os movimentos sociais*”. E também no Art.241, “*Da Formação Política*”, como “*estimuladora do exercício crítico, superando o dogmatismo e a retransmissão de verdades prontas, adotando pluralidade de visões e interpretações existente no Partido e na sociedade, fazendo do debate, da dúvida e da polêmica uma estratégia sempre presente em suas atividades*”.

Era isso que o PT “pregou” (praticou?) nesses mais de 30 anos de existência. Aqui cabe um questionamento: o Lulismo vem para dar conta de um setor da sociedade mais interessado em consumir do que em pensar as grandes transformações e em agir em prol de um projeto socialista? Essa classe desorganizada necessita agora, não mais de um “salvador da pátria”, mas de um “pai”? É assim que vai sendo construída a imagem político-popular de Lula durante seus dois mandatos. E mais recente, vinculada a essa mesma concepção, vai se criando em torno da nova presidente da República, Dilma Rulssef, a transferência de governo de um pai para uma mãe⁴.

Retomando as bases que constituíram/fundaram o PT, observamos em seu Estatuto, que ele é um partido em que seus membros *disputam as cadeiras de*

³ O termo *subproletariado* usado por André Singer para designar trabalhadores de baixíssima renda foi observado em seu artigo “*Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*”, mas este termo foi cunhado por Paul Singer e apresentado inicialmente no livro *Dominação e Desigualdade*, São Paulo: Paz e Terra, 1981, p.22

⁴ Ressalto que essa afirmação é resultado de observações feitas durante a campanha política para presidência da República em 2010, em que, nos discursos da propaganda eleitoral da campanha de Dilma Rulssef, era visível a intenção de vincular a imagem da candidata à imagem maternal. Por isso dizer “mãe Dilma”. Entretanto, este não é meu objeto de estudo e por isto não me aprofundarei nas questões que ele suscita.

dirigentes, às instâncias de poder interno, através de eleições em que seus membros se organizam em grupos, que defendem suas opiniões a partir da apresentação de teses. A disputa é tão concorrida quanto uma disputa eleitoral para presidência da república ou para prefeituras municipais. Esta divisão do partido em *tendências*⁵, provoca os “rachas” dentro do PT, que são aparentemente resolvidos após o período de eleições internas.

No entanto, ficam as marcas das disputas. Como funciona esse outro discurso de que é possível alinhar e desalinhar, unir, separar, unir; e voltar a ser o mesmo partido, com a mesma formação ideológica? Como pensar essa possibilidade diante de tantos sujeitos, com suas diferentes formações ideológicas? São essas *tendências* que “justificam” as **alianças** que o PT faz com partidos antes tidos como “inimigos ideológicos”, que demonstram de forma enfática que esse partido não mais defende os interesses dos trabalhadores, conforme registrado em seu **Estatuto**, no **Manifesto de Fundação do PT** e na **Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores**⁶, que oficializam a sua criação. Nesta última, seus autores conclamam:

Agora, chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro. (...) não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política a nosso povo.(...) o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

E aqui pensamos o equívoco. Segundo Pêcheux (1988), todo enunciado pode sempre tornar-se outro, uma vez que seu sentido pode ser muitos, mas não qualquer um, e ainda em Gadet;Pêcheux (2010,p.64) o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história. O equívoco apresenta-se como marca de resistência que afeta a regularidade da língua, esta

⁵ Segundo o Art. 233 do **Estatuto de Fundação do PT**, tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente (p.137).

⁶ A **Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores** foi lançada em 1º de maio de 1979, em São Bernardo do Campo (SP), assinada por Paulo Skromov, Jacó Bittar, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo, segundo SECCO (2011,p.41)

pensada em Análise de Discurso, enquanto materialidade do discurso, sistema não-homogêneo e aberto, enquanto um mal-entendido histórico-social, em que diante de tantas “vozes” a fundar o PT, os diversos sujeitos com suas diferentes formações ideológicas pudessem cada um, nas suas condições de subjetivação, significar o PT que nascia, conforme fossem afetados pelos discursos de fundação deste partido.

O PT nasceu pelo discurso, nas práticas sindicais e da união entre diversos outros movimentos sociais ligados a diferentes representações como: Pastorais da Igreja Católica, grupos progressistas evangélicos, imprensa alternativa, parlamentares de oposição, trabalhadores rurais, associações de moradores, dos movimentos operários, dos movimentos de negros, de mulheres, bem como de movimentos estudantis e também das Comunidades Eclesiais de Base.

Esta união representou a necessidade desses grupos de se posicionarem politicamente no campo da disputa pelo poder. Segundo Sader (*apud* GOMES-SANTOS, p.02), o PT surge como alternativa socialista e democrática à tradição política dos partidos, até então representantes da classe trabalhadora, que em sua maioria se abrigavam dentro do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), uma frente de oposição que incluía dentro dele o PCB, o PC do B e algumas organizações clandestinas.

Ainda em Gomes-Santos (p.02), o processo de formação do PT foi um marco divisor dentro do campo das instituições da esquerda brasileira e na cena política do Brasil, pois algumas características o destacavam, tais como “*a sua fundação de base operária, principalmente sindical, juntamente com os religiosos católicos influenciados pela Teologia da Libertação, intelectuais e militantes de organizações clandestinas*”.

Em seu Estatuto, no Art.58, citado anteriormente, a palavra destacada - “*integração*”⁷- chamou-nos a atenção e nos motivou a pensar: como é construído e articulado o discurso de que o PT , tendo os Núcleos de Formação de Base como instrumentos fundamentais, faz uma integração com os movimentos sociais? Isto pensado em outras condições de produção, não mais na efervescência ideológica,

⁷ Integração numa definição mais sociológica significa adaptação, incorporação de um indivíduo ou grupo externo numa comunidade, num meio. Seu contrário seria segregação.

nas décadas de 70 e 80, motivada por um contexto histórico-social em que se articulavam as forças de esquerda contra o sistema político ditatorial, aberto às intervenções estadunidenses.

Agora, estamos pensando este discurso de “integração” em outras condições de produção, em outra situação histórico-social: o PT no poder, no comando do País. E em particular, pretendemos observar o Partido dos Trabalhadores que foi identificado, ao longo de seus trinta anos, como *partido da ética na política* e em um dado momento da história, especificamente em 2005⁸, ele é exposto à sociedade, pela mídia, como um partido que abrigava em seus quadros de direção membros que cometeram atos de corrupção.

O Partido identificado como Partido da Ética na Política sofre, no período citado, profundo abalo, que, no desenrolar da crise, muitos profetizavam inclusive a sua morte. A questão ética exposta a partir do escândalo do **Mensalão**, que trouxe em seu arcabouço situações de compra de dossiês, remessas de dinheiro a paraísos fiscais, tentativa de retirada de dólares do país, utilizando-se de meios um tanto inusitados (que ficou conhecido como o “escândalo da cueca”), ocasionaram enfraquecimento e/ ou desarticulação entre os movimentos sociais e o PT? Para quem era direcionado o discurso da ética na política? E como o PT é identificado discursivamente como o partido da ética na política? Se o discurso da ética na política saiu enfraquecido após este emaranhado de acontecimentos, que outro discurso veio substituir esta lacuna deixada por ele?

Essas questões apresentadas a partir das primeiras reflexões sobre nosso objeto de pesquisa serão aprofundadas e pela discursividade dos acontecimentos, e

⁸ A crise da qual nos referimos ficou conhecida como A Crise do Mensalão, desencadeada por uma entrevista do deputado federal Roberto Jefferson, à Folha de São Paulo, em que denuncia que deputados da base do Governo recebiam dinheiro do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, em troca de votos. Em outras palavras, o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava uma *mensalidade* para que deputados da base aliada apoiassem o Governo Lula. Os recursos viriam do empresário Marcos Valério, que em troca seria beneficiado por contratos com órgãos do governo. No período que antecedeu o romper deste escândalo, foram instaladas a CPI dos Correios (que desencadeou em parte a denúncia do referido deputado, pois as investigações atingiam pessoas de sua ligação), e a dos Bingos (ficou conhecida como Caso Waldomiro Diniz. Ele era o principal assessor do então chefe da Casa Civil, José Dirceu, e fora gravado negociando propina com empresário do ramo de jogos). A efervescência dessas denúncias gerou uma profunda crise interna dentro do Partido dos Trabalhadores, com o afastamento de vários membros importantes, bem como a desmoralização de suas lideranças perante a sociedade.

na sua materialidade, analisadas no decorrer desta dissertação. E continuando os questionamentos: de que ética estamos falando? Quais os sentidos que ela produz na/pela sociedade? Como o termo que identificava o PT como “partido da ética na política” passou a se significar na sociedade e qual o peso dessas palavras para o desenrolar da crise política que o mesmo enfrentou a partir de 2005?

No caso específico da filiação do PT aos Movimentos Sociais, que tinha como proposta a *integração*, com a crise da ética na política, como discursivamente foram conduzidas as questões suscitadas na crise do Mensalão? Entre a ação e a reação dos Movimentos Sociais, como se deu esse movimento que chamo de articulação e desarticulação num governo dito de esquerda, cuja representação maior, o presidente da República, também era afetado pelos estilhaços do *Mensalão*?

Não poderíamos, portanto, deixar de colocar outro elemento constitutivo dessas condições: a mídia, que participa, mobiliza, angula a notícia conforme a linha editorial dos veículos de comunicação, construindo outros e novos sentidos. E, na questão específica da ética na política, observar como ela se posiciona e quais são os sentidos que ela pretende produzir de seus enunciados.

No caso, iremos nos ater ao *Jornal Brasil de Fato* por ser um jornal ligado diretamente aos movimentos sociais, não descartando outros exemplares/meios de comunicação que contrapõem a linha editorial deste, bem como as informações que circularam na Internet em portais e blogs jornalísticos.

Vale salientar ainda que não foi por acaso a escolha do *Jornal Brasil de Fato* para compor o corpus deste trabalho. Justifico minha escolha pelo fato do *Jornal Brasil de Fato* ter seu lançamento no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 25 de janeiro de 2003. Foi criado por movimentos sociais como o MST, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais com o objetivo de contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. Atualmente possui uma tiragem de 50 mil exemplares (16 páginas coloridas, tamanho standard), com edições semanais e circulação nacional.

Com este trabalho de Análise de Discurso, pretendemos refletir as questões apresentadas não com um olhar antropológico ou sociológico. O que pretendemos é

observar no discurso, a relação do dito com o não dito, a sua opacidade, a sua relação com a memória, afetada pelo esquecimento, com o silêncio do que não se diz nos discursos dos **Movimentos Sociais**, mas está lá inscrito nessa opacidade do discurso. Pois partindo da transparência, o que se vê são essas relações descritas acima, observadas em textos jornalísticos, em matérias que circulam na TV, na internet, na fala de membros do PT e também de dissidentes e o que se pretende é observar esse movimento de sentidos na/pela linguagem.

O esquecimento que citamos acima nos é apresentado por Pêcheux (*apud*, Orlandi, 2010, p.34-35) em duas formas: o esquecimento número um e o esquecimento número dois. Assim o esquecimento número um ou *esquecimento ideológico* “ *é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia*”. É por esse esquecimento que temos a ilusão de que somos a origem do que dizemos quando, na verdade, retomamos sentidos pré-existentes.

O esquecimento número dois é da ordem da enunciação: “*ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro*”. Este *esquecimento* produz em nós a impressão da realidade do pensamento, que é denominada *ilusão referencial*. Esta *ilusão referencial* é que nos faz acreditar que existe uma relação *direta* entre o que pensamos e o que dizemos só poder ser dito com aquelas palavras e não outras. Este esquecimento enunciativo atesta que “*o modo de dizer não é indiferente aos sentidos*”.

Para compreendermos a inscrição do acontecimento na memória e observamos ainda os esquecimentos que a constituem, levamos em consideração a formação discursiva que se constitui através dos sentidos determinados pelas posições ideológicas que estão no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, lembrando que as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, ou seja, as palavras ou expressões, como diz M. Pêcheux (1975), não têm um sentido em si, mas resultam de sua inscrição em uma ou outra formação discursiva que é o reflexo das formações ideológicas. Dito de outro modo, as condições de produção são a situação tomada em seu sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e sentido lato (conjuntura sócio-histórica, ideológica),

ou seja, representam a relação do discurso com sua exterioridade. Incluem também os sujeitos. Já a posição sujeito, segundo M. Pêcheux (2009), é a projeção da situação do sujeito no discurso, através das formações imaginárias. A posição-sujeito define-se em relação às formações discursivas.

Portanto, para entender como se constituiu um determinado discurso é necessário observar a ideologia fazendo-se presente e interferindo na linguagem, através dos sentidos produzidos pela interpretação. Salientando, ainda, que como diz Orlandi (2001) *a ideologia produz evidências, apagando a interpretação, colocando as determinações históricas como sendo imutáveis, produzindo o óbvio, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.*

Lembrando que o funcionamento discursivo, segundo Orlandi (2001), põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, em um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação.

2 ÉTICA SEUS DESLIZAMENTOS: OS SENTIDOS DA ÉTICA NA POLÍTICA

O sentido da ética na política e sua ressonância na formação social é o nosso objeto de estudo e, portanto, não poderíamos deixar de aprofundar sobre esses dois temas: Ética e política. Termos que já trazem na constituição de seus sentidos a ambiguidade. E quando falamos em ambiguidade estamos pensando nos diversos modos que essas palavras podem se significar, a partir dos sujeitos que a interpretam, constituídos no interior de diversas formações discursivas, nas condições de produção que os discursos que a referenciam são produzidos e reproduzidos na/pela sociedade.

A formação discursiva diz respeito à manifestação, no discurso, de uma determinada formação ideológica em uma situação de enunciação específica. A FD é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito (Courtine,1994), funcionando como lugar de articulação entre língua e discurso. Uma FD é definida a partir de seu interdiscurso e, entre formações discursivas distintas, podem ser estabelecidas tanto relações de conflito quanto de aliança. Esta noção de FD deriva do conceito *foulcaulteano* (1987) que diz que sempre que se puder definir, entre certo número de enunciados, uma regularidade, se estará diante de uma formação discursiva. Em Análise de Discurso este conceito é reformulado e aparece associado à noção de formação imaginária. Pêcheux (1975) define que as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores e se manifestam, no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido.

Quando se propõe a pensar a questão da ética na política não podemos descartar os sentidos que foram e são constituídos pela língua na história política-social ao longo de séculos no que se refere a palavra **Ética**, lembrando que na historicidade, no modo como a língua se inscreve na história para significar, não temos conteúdos trabalhados cronologicamente, mas *processos de produção de sentidos, tanto quanto não temos sujeitos com suas intenções separados da exterioridade que os constituem* (Orlandi, 2002, p.51).

Valls (1994), por exemplo, nos diz que a ética *pode ser* o estudo das ações ou dos costumes, e *pode ser* a própria realização de um tipo de comportamento. Como está escrito, o sentido deste “pode ser” é aberto a vários outros sentidos e pensando nisso observamos que para os gregos o sentido da ética estava fundado no princípio do “Bem”. Naquele tempo, naquela sociedade, *bem* significava felicidade, entendida como uma vida bem ordenada, virtuosa. Este seria o pensamento aristotélico.

Embora houvesse divergências entre Platão, Aristóteles, os estoicos ou os epicuristas sobre a definição de virtudes, razão, vontade, paixões e de Natureza, eles concordavam que a ética, cujo modo era a virtude e cujo fim era a felicidade, realizava-se pelo comportamento virtuoso, entendido como a ação em conformidade com a natureza do agente (seu *ethos*) e dos fins buscados por ele. Concordavam também, como diz Chauí (2007, p.492), com a existência de uma *ordem universal*, de um *cosmos racional*, em cujo interior os homens, e cada homem, assim como todas as coisas, *possuíam um lugar próprio e definido que determinava a conduta racional de cada um, segundo certos fins tidos universalmente como belos, bom e justo*. Cada homem, no lugar que lhe era próprio, poderia, sob a conduta da razão, realizar a boa finalidade ética determinada pelo seu lugar na ordem do mundo, na ordem social e política e na ordem familiar. Desta forma, as virtudes éticas e políticas eram “*a atualização de uma potencialidade da natureza humana, desde que a razão pudesse comandar as paixões e orientar a vontade, pois só o ignorante é passional e vicioso*”.

Segundo Chauí (2007,p.592), o ideal da perfeita integração entre homens e cosmos e entre indivíduo e comunidade política (pois a cidade exprimia a ordem natural e cósmica) levou Hegel a definir a época grega como a da *bela totalidade ética*⁹, quando os valores éticos e políticos eram idênticos e formavam a moralidade propriamente dita.

⁹ Chauí diz ainda que duas grandes rupturas atravessaram a bela totalidade: a primeira, expressa na *Antígona*, quando a cisão entre os valores da família e as leis da cidade marcou a passagem da aristocracia para a democracia; a segunda, expressa pelo estoicismo, quando a cisão entre os valores éticos do indivíduo e as leis políticas indicou o desaparecimento da *pólis* independente, sob os efeitos do imperialismo da Macedônia e de Roma.

A partir do pensamento grego - em que o ideal ético estava no viver de acordo com a natureza, em harmonia cósmica- na Idade Média, os teóricos cristãos, segundo Valls (1994, p.43) modificaram esta ideia para o seguinte sentido: “*viver de acordo com as leis que Deus nos deu através da natureza*”. Portanto, caminhando a passos largos pela história do pensamento ético chegamos ao cristianismo que identifica os ideais éticos com os religiosos. Assim, para Santo Agostinho o ideal ético era o de uma vida espiritual, isto é, de acordo com o espírito, vida de amor e fraternidade.

Chaui (2007, p. 493) analisa que mesmo com o advento do cristianismo, as mudanças, embora profundas, não abalaram a ideia da ética como pertencimento de cada ser humano a uma ordem universal cuja hierarquia determina para cada um de nós as virtudes que nos são próprias. Segundo a autora, o importante no pensamento e nas instituições antigas é a ideia de uma ordem natural universal e racional onde cada ser, segundo seu grau de perfeição e de realidade, possui um lugar próprio que determina sua natureza, seu caráter, seus comportamentos e suas ações.

Os sentidos de ética continuam a sua jornada de significar e re-significar, e entre os séculos XV e XVII, com o Renascimento e o Iluminismo, a burguesia constitui o ideal ético em viver de acordo com a própria liberdade pessoal, e em termos sociais, o grande lema foi o dos franceses: liberdade, igualdade, fraternidade.

Para Kant, pensador da burguesia e do iluminismo, o ideal ético se identificava com o ideal de *autonomia individual*. E ao pensar o homem autônomo, racional, autodeterminado, aquele que age segundo a razão e a liberdade, Kant pensava em critérios da moralidade.

Em Hegel, um outro sentido para a ética. Segundo ele, o ideal ético estava numa *vida livre* dentro de um *Estado livre*, um *Estado de direito*, que preservasse os direitos dos homens e lhes cobrasse seus deveres, onde a consciência moral e as leis do direito não estivessem nem separados e nem em contradição.

O sentido de ideal ético pensado por Hegel, que se centrava em “vida livre”, “Estado livre”, foi deslizando, significando a ética como liberdade. E já no séc. XX pensadores da existência (Kierkegaard, Jaspers, Heidegger, Merleau-Ponty e

Sartre) insistiram em apresentar a liberdade como um ideal ético, privilegiando os aspectos pessoal ou personalista da ética: autenticidade, opção, resoluteza, cuidado, etc. Por outro lado, o pensamento social e dialético buscou o ideal ético no sentido de uma vida social mais justa, com a superação das injustiças econômicas mais gritantes.

Em outro deslizamento de sentidos a ética vai ser identificada como *justiça econômica*. Como nos diz Valls (1994, p.46) “a *razão do Estado* parecia, nas reflexões de Maquiavel e Hegel, infiltrar-se na reflexão ética como elemento complicador”. Pois a ética de Hegel, para os kantianos, estaria baseada não na autonomia, mas na “*heteronomia*” isto é, o homem, ao pretender agir moralmente acabaria guiando-se não por sua consciência moral autônoma e sim, em última instância, por razões de Estado.

Deste modo, segundo seus críticos, Hegel teria esquecido a dimensão propriamente humana e individual de liberdade e ao *relativizar a instância individual*, baseada na consciência moral, ele estaria tratando no fundo de uma *consciência amoral*. Ele pensava em uma dimensão concreta, real da ética, que seria concretizada em instituições como a família, a sociedade civil e o Estado.

Karl Marx (*apud* Vall, 1994, 54), criticando a teoria do Estado de Hegel, traz que o Estado não é , *de fato*, a instância do *universal*, instância preocupada com a realização do bem comum e com a harmonização dos interesses contrários da sociedade civil burguesa. Para ele, o Estado seria, *de fato*, um instrumento a mais de poder para uma das classes em conflito na sociedade burguesa. Não seria o universal harmonizador, mas o particular dominador, seria um instrumento de conquista por uma classe.

Até aqui podemos observar que a maioria daqueles filósofos e pensadores formularam seus pensamentos sobre a ética pensando no indivíduo; em um homem centrado, perfeito, virtuoso, sem contradições, que se subordinaria ao comando de um Estado que nortearia suas ações, baseadas em direitos e deveres fundamentadas em leis do direito, movidos por uma consciência moral. Entretanto, em Análise de Discurso não pensamos o indivíduo, mas o sujeito. Faço um parêntese, a fim de trazer a noção de sujeito em Análise de Discurso, importante

para compreender como os sentidos da ética na política foram se constituindo e ressoam na sociedade.

2.1 O sujeito da Análise de Discurso

Para a Análise de Discurso, da escola francesa, não podemos pensar o sujeito como origem de si mesmo. Segundo Orlandi (2002), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, pelo simbólico, e dessa interpelação do indivíduo em sujeito resulta uma forma-sujeito histórica. Para ser sujeito, ele deve se assujeitar à língua, significando e significando-se pelo simbólico na história, sendo interpelado pela ideologia que articula com o inconsciente, produzindo evidência de sentido, dando a impressão que o sujeito é dono do seu dizer.

O sujeito, na Análise de Discurso, é posição, subjetivando-se à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. A subjetividade se estrutura no acontecimento do discurso e através dela podemos observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito, pois a partir dessa projeção-material, transforma a situação social (empírica) desse sujeito em posição-sujeito (discursiva). Sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia.

Em Análise de Discurso, considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia. A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua, significando e significando-se pelo simbólico na história. Desta forma o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, não podendo haver nem sentido nem sujeito se não houver o assujeitamento à língua, de outra forma, o sujeito submete-se à língua para se subjetivar.

Orlandi (2002) explica que quando se diz que o sujeito, para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, não se está afirmando que somos tomados

pela língua como sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, pelos sentidos: “... é o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos”. A língua não surte efeitos apenas com seu sistema significante. Ela necessita, para ressoar, de sua forma material que é a língua e a história: *é na linguagem que sujeito e sentido se constituem*.

“*Ao real da língua corresponde o real da história.*” Com esta afirmação, Orlandi (2002) diferencia os conceitos de falha e equívoco, sendo que a falha é constitutiva da ordem simbólica da língua. O equívoco é fato de discurso, sendo que a inscrição da língua na história é que produz o equívoco, que se dá no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente.

Portanto, o sujeito se submete à língua(gem) em um movimento sócio-históricamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia e a formação discursiva representa o lugar de construção do sentido e de identificação do sujeito.

É na formação discursiva que o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que “*o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro*”. Nesse movimento, de fora e de dentro, que Orlandi (2002) identifica a ordem do discurso, sendo constituída pela articulação entre a ordem da língua e a da história.

Outro conceito importante para compreender o sujeito da Análise de Discurso é o da determinação histórica do sujeito e dos sentidos. O fato de que a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos ou outros lugares. O que dito por Orlandi (2002): “*os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a Análise de Discurso*”, nesse espaço de interpretação.

Desta forma, a determinação não é uma “*fatalidade mecânica*”, ela é histórica. Existe uma determinação histórica na constituição dos sentidos e dos sujeitos que possui forma material concreta diferente nas diversas formações sociais e, portanto, a interpelação não se dá da mesma maneira nos diferentes momentos da história. O que exemplifica Orlandi (2002) tomando-se uma comparação do modo de

interpelação do sujeito capitalista, pela ideologia, do modo de interpretação do sujeito medieval.

No sujeito medieval a interpelação é religiosa dando-se de fora para dentro. No sujeito capitalista, o que o interpela é o direito, a lógica, a identificação. Nesta interpelação não há separação entre exterioridade e interioridade, ainda que ela exista para o sujeito de forma ilusória: a de que ele é origem de seu dizer e a da literalidade. Logo, ele diz o que quer e aquilo que ele diz só pode ser aquilo, como se houvesse uma relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo.

Retomando a questão do equívoco, reforçando que a ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição, Orlandi (2002) salienta que essa questão não é indiferente aos efeitos que constituem a subjetividade e traz a reflexão sobre o equívoco e a contradição, necessários ao modo de funcionamento do discurso.

O sujeito quanto mais centrado, mais ideologicamente determinado, tem a convicção de sua autonomia, o que é ilusório uma vez que a ideologia esta no mecanismo (imaginário) de produzir um objeto simbólico, que é estruturante do sujeito e do sentido. O sujeito, na injunção de significar, afetado de um lado, pelo real da língua, e, de outro, pelo real da história, se produz pela interpelação do indivíduo.

Como a subjetividade leva ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito, Orlandi (2002) afirma que essa impressão (ilusão) se assenta no desconhecimento de um duplo movimento da subjetividade: a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia e que o estabelecimento do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (transformação) das formas de individuação do sujeito em relação ao Estado.

“Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta”. No caso capitalista, explica Orlandi, o indivíduo, livre de coações e responsável, é constituído como sujeito jurídico diante do Estado e de outros homens. Temos então o sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social. Entretanto, não podemos pensar esse sujeito

individualizado sem assujeitá-lo ao simbólico, ao histórico e ao ideológico que são as condições que interpelam o indivíduo em sujeito.

Dessa forma, complexa, é que se pode pensar a questão do sujeito, da ideologia e da resistência como algo que não se dá apenas pela disposição privilegiada de um sujeito livre e senhor de si. Há, portanto, o caráter do assujeitamento e a possível resistência do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza. Esses movimentos não são independentes, mas são distintos e é preciso levar em conta essa distinção, essa relação complexa quando se pensa o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem, o discurso e a resistência como enfatiza Orlandi (2002): *“está também aí mais um dos modos de pensar a contradição, a forma material, a discursividade como efeito material da língua na história, sujeita a equívoco”*.

2.2 Os sentidos da Ética na Modernidade e pós-modernidade

Retomando o percurso que nos propusemos a fazer, sobre o pensamento ético, chegamos à modernidade com o pensamento ético centrado no indivíduo, sendo que suas ações eram orientadas pelos valores morais de um Estado de direito, onde se privilegiou o universal e a racionalidade, sendo positivista e teocêntrico. A modernidade acreditava no progresso linear da civilização na continuidade temporal da história, em verdades absolutas, no planejamento racional e duradouro da ordem social e política, como Chaui (2007, p.489) nos explica: *“teria apostado na padronização dos conhecimentos e da produção econômica como sinais de universalidade”*.

Importante salientar que embora a ética fosse significada como liberdade, conforme já citamos aqui, na modernidade ela não perdeu totalmente este significado, conservando-se como virtude; agora, no entanto, esta virtude é reconhecida como dever e obrigação em face de normas e valores universais. A liberdade naquela conjuntura representava o poder humano para enfrentar com suas próprias forças as contingências e a adversidade. No entanto, esta liberdade (entendida como ética) só se realizava pela responsabilidade.

Ao introduzir a responsabilidade na questão da ética, a modernidade traz a ideia de indivíduo livre, possuindo responsabilidade por suas escolhas, o livre-arbítrio, criando-se assim um problema para a ideia de valores éticos universais centrados na Natureza, em Deus, na Razão. O indivíduo livre continua a pertencer a uma ordem social definida, entretanto, o centro organizador passa a ser o mercado, como nos diz Chauí (2007, p.497), *que precisa do conceito de indivíduo livre que se relaciona com outros por meio da relação contratual, dotada de validade apenas se os contratantes forem livres e iguais. As paixões, antes tidas como vícios que ameaçavam a ética, tornam-se o cerne da racionalidade moderna.*

No campo da ética moderna, as virtudes em conflito com as paixões são tratadas pensando em critérios de utilidade de cada interesse. Das paixões que são úteis aos interesses econômicos, sociais e políticos, emergem valores morais e não são mais qualificadas como vícios. Por outro lado, concebe-se outra interpretação para a questão conflituosa em se definir o que seria paixão (vício), que consiste em separar o *reino empírico* das necessidades e dos interesses e o *reino transcendental* da liberdade e da finalidade. Este pensamento trazido por Kant, apresenta que o empírico segue causas particulares e o transcendental é o que traz a universalidade ética tendo como seu centro e origem a razão. Desta forma, a *materialidade particularista dos interesses e das paixões* seria substituída pela formalidade absoluta dos valores éticos. Com isso, entretanto, salienta Chauí (2007, p.498)

(...) ética e vida sociopolítica tornam-se incompatíveis, uma vez que a moral dos interesses garante a nova economia e a nova política, mas pagando o preço da perda da universalidade. A moral do imperativo ético garante a liberdade e a responsabilidade éticas como valores universais, mas pagando o preço de não corresponder às exigências cotidianas da prática. Relativismo e universalismo legam para nós uma dupla moralidade: aquela que afirma que os fins justificam os meios e aquela que exige a adequação racional ou a proporção entre meios e fins.

Na pós-modernidade os valores modernistas da funcionalidade, do planejamento e da permanência de *certa forma*¹⁰ perderam a validade e foram

¹⁰ Pensando pelas noções teóricas da Análise de Discurso, grifei o termo empregado pela autora “*de certa forma*”, pois ele nos faz pensar a questão do interdiscurso, da memória do dizer. Embora observando a historicidade percebamos as rupturas, as mudanças de direção dos sentidos, no que a autora se refere a valores da modernidade, ao me filiar aos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, penso que pela análise que faremos em nosso corpus, poderemos observar os discursos

suplantados por um “universo físico e histórico fragmentado, descentrado, relativo e fugaz” (CHAUI, 2007, p.490), prevalecendo a sensação do efêmero, do acidental, do *volátil*. O que podemos observar nas relações pessoais e sociais onde o descartável e o efêmero se naturalizam, por exemplo, no consumo desenfreado, nas relações sociais, muitas vezes anônimas, desenvolvidas no *ciberespaço*. Espaço e tempo foram tomados pelas invenções tecnológicas das telecomunicações e dos meios eletrônicos e a sua fluidez e rapidez criam a sensação de que o tempo é veloz e incontrolável, o espaço é meio de *passagem* de sinais e imagens.

Adentrando agora de forma mais específica no campo da ética na política, busquei em Max Weber (2006) suas reflexões sobre a ética, ancoradas na relação desta com o Estado¹¹, a democracia, o homem político e a vocação política. A princípio ele questiona qual o lugar ético em que a política reside. Ao que ele afirma que não haveria relação entre essas duas esferas: ética e política. Uma vez que a política utiliza como instrumento específico a força (coação, regulamentação), por trás da qual *se perfilha a violência*, pois ela objetiva os fins, preocupa-se com as consequências. Já a ética ocupa-se com a dignidade, com o dever da verdade, incompatíveis com o exercício da política, segundo autor.

Entretanto, Weber (2006, p.113) apresenta que *toda a atividade política orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irredutivelmente oposta*. O político que queira se guiar pelos princípios éticos poderá escolher entre a *ética da responsabilidade* ou a *ética da convicção*. Isso não quer dizer que a ética da convicção equivalha à ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, a ausência de convicção. Entretanto, há oposição profunda entre as duas.

Através de metáforas, Weber concebe a ética da responsabilidade aos partidários que assumem a responsabilidade pelos seus atos. São sujeitos

que eram mais comuns na Modernidade se re-significando na Pós-modernidade, aparecendo como um “já-dito”.

¹¹ Weber concebe o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. O Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). E ele só pode existir sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores. Por conseguinte, Weber entende por política o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado.

conscientes de seus direitos e deveres e movidos pela consciência da consequência de seus atos. Aqueles partidários da ética da convicção, ao contrário, não assumem suas responsabilidades (quando desfavoráveis), sempre creditando-as a outro (até mesmo em Deus, no mundo). A responsabilidade que ele reconhece é a de não medir esforços para manter viva a sua doutrina, suas convicções: *o partidário da ética da convicção torna-se, bruscamente, um profeta milenarista e que os mesmos indivíduos que, alguns minutos antes, haviam pregado a doutrina do “amor oposto à violência”, fazem alguns instantes depois, apelo a essa mesma força* (Weber, 115).

Após fazermos estas considerações sobre a Ética e seus modos de se significar ao longo do tempo, faz-se necessário apresentar que abordaremos a questão da ética na política no sentido em que nos apresenta Orlandi (2002, p.49) como sendo esta uma questão da interpretação:

deixa de ser uma questão só da conduta (individual) e passa a ser da produção da significação, ou seja, incide sobre a relação da língua (sujeita a equívocos) com a história na constituição dos sentidos e dos sujeitos. Inscreve-se no confronto do simbólico com o político. Como parte da significação, a questão ética pode tanto ser visível como, na maior parte das vezes, ser bem pouco visível na conduta individual.

Ao nos remetermos ao nosso *corpus*, iremos inicialmente observar os sentidos que significaram o Partido dos Trabalhadores em partido da ética na política fazendo um recorte no discurso que o funda: o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores.

3 O MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO PT

3.1 O porta voz da ética na política

Com o objetivo de identificar a marca de vinculação do Partido dos Trabalhadores com o discurso de **partido da ética na política**, inicio minhas observações a partir do *Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores*, publicado no Diário Oficial da União em 21 de outubro de 1980, sendo que o mesmo foi aprovado pelo Movimento Pró-PT em assembleia, realizada no Colégio Sion, em São Paulo, em 10 de fevereiro de 1980.

Já no primeiro contato com o Manifesto, durante sua leitura, fui observando que algumas frases, palavras soltas se destacavam aos meus olhos. Em uma segunda leitura, fiz um recorte mais específico dos enunciados e das palavras, que se mostraram mais salientes na leitura daquele texto, agora destacando-as do texto inicial.

Essas sequências de enunciados que me chamaram a atenção, organizei-as no quadro abaixo. A elas darei mais atenção, pois entendo que não por acaso se destacaram, mas estava me reclamando sentido. No **Anexo A** encontra-se o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores em sua íntegra.

“ O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la .”
“... a democracia é uma conquista ... ou se constrói pelas suas <u>mãos</u> ou não virá.”
“ Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. <u>As grandes maiorias</u> que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias .”
“ O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.”
“O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores , já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política.”
“Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares .”
“ Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma .”

“...a liberdade nunca foi nem será dada de presente...”
“O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”
“Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade.”
“ O PT quer atuar não apenas nos momentos de eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas <u>pelas maiorias.</u> ”
“... o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a <u>maioria da sociedade.</u> ”
“ O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.”
“O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclamam que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. ”
“O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais , que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade . Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. ”
“ Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade. ”
“ Os trabalhadores querem a independência nacional. ”
“... a nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras.”
“É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade , o que <u>só será possível</u> se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos.”
“Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática , do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social.”
“ O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores.”
“ O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo. ”

Minha proposta é observar o modo de funcionamento do discurso através da relação entre *paráfrase* e *polissemia*, considerando que “*todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos*”, como nos ensina Orlandi (2001), “*entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus*

percursos, (se) significam.” Isso significa dizer que a paráfrase produz diferentes formulações do mesmo dizer, retornando assim a algo que sempre se mantém no espaço da memória. Enquanto a polissemia produz o deslocamento da significação, trabalhando o equívoco, a falha. Este movimento de sentidos trabalha para haver a ruptura na relação do real da língua e do real da história de forma que ao falharem, língua e ideologia, o sujeito busca o significado, a produção do simbólico. Desta forma é que ele se significa, afetado pela ideologia que o coloca em uma determinada posição sujeito no discurso.

Observei as repetições, sabendo que para a Análise de Discurso a repetição pode significar diferentemente. Ela modifica o processo discursivo uma vez que pode apresentar acontecimentos, sentidos diferentes. O que nos ensina Orlandi (2006, p.119): “ *como todo elemento sintático em um contorno significativo, é preciso procurar a diferença de sentido instaurada pela diversidade dessas construções*”, que não fornecem simplesmente diferenças de informação, mas de efeitos de sentido.

Sabendo que o lugar do interlocutor significa e isso é uma especificidade, que apresenta marcas, vestígios da relação entre a formação discursiva e a formação ideológica, trago a noção de *formação discursiva* como sendo o que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito. Desta forma o discurso se constitui em seus sentidos. Ele só significa a partir dos sentidos nele textualizados pelo sujeito, e as palavras, para se significarem, necessitam de se inscreverem em uma formação discursiva, que por sua vez, representam, no discurso, as formações ideológicas. Por isso os sentidos são sempre determinados ideologicamente. “ *Tudo que dizemos tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos*”, continua Orlandi (2001) a nos dizer que esse traço ideológico não está na essência das palavras, numa literalidade, mas na discursividade, quer dizer, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

Retornando ao recorte que procedi do *Manifesto de Fundação do PT* e lembrando que toda palavra é sempre parte de um discurso, e que “ *todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória*”, Orlandi (2001), observo que as condições de produção deste discurso são determinadas por uma situação de ditadura militar e de busca de uma

resistência a ela por parte dos movimentos sociais, estudantis, sindicais, das Comunidades Eclesiais de Base, entre outros. Pensando que os lugares sociais dos interlocutores, atravessados pelas formações imaginárias, e sua posição em relação ao discurso põem em jogo as relações de forças e a relação de sentidos existente entre um discurso e outros (intertextualidade), resultando assim de condições de produção específicas do discurso. Lembro também que através dessas relações imaginárias, que se constitui como a ilusão subjetiva, o sujeito acredita ser fonte exclusiva de seu discurso, mas, no entanto, o seu dizer tem origem em outros discursos. Coloquei-me, assim, a observar os dizeres destacados nos recortes, buscando levar em conta não só o contexto imediato, ligado ao momento da interlocução, mas também o contexto ampliado que abarca as questões sócio-históricas e ideológicas.

Ao pensar no lugar dos interlocutores do *Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores*, atenta às condições de produção deste discurso, observo durante a leitura de todo o Manifesto a questão experienciada da ditadura e toda uma conjuntura de lutas pela liberdade, diante do cerceamento dos direitos civis, políticos, de expressão do pensamento, sabendo que em 1980 apesar de certo relaxamento do regime militar, estas questões ainda estavam ali a ameaçar a liberdade e deste modo trago aqui os seguintes recortes:

- a) “... a **democracia é uma conquista...**”
- b) “**nasce da vontade de independência política dos trabalhadores...**”
- c) “**força política autônoma**”
- d) “Queremos a **política como atividade própria das massas** que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade.”
- e) “...construir uma **nova forma de democracia**”
- f) “**extinção de todos os mecanismos ditatoriais**”
- g) “por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela **democratização da sociedade** em todos os níveis.”

h) “É preciso que o Estado se torne a **expressão da sociedade...** de **livre intervenção dos trabalhadores** nas decisões dos seus rumos.”

i) “**realizar uma política democrática**”

j) “**conquistar a liberdade**”

Embora não se mencione, mas a repetição do desejo pela democracia, no sentido de liberdade, faz com que - através das redes de filiação que o interdiscurso produz - em nenhum momento esqueçamos que ainda era a vez da ditadura. Percebo que aqui o silêncio, presente, pelo não dito, significa: *Estamos vivendo um sistema de governo ditatorial e queremos mudar, queremos a democracia. Não, à ditadura! Não, ao capitalismo!*

Não, ao capitalismo, aparece inscrito no discurso do Manifesto de Fundação do PT não pela evidência, mas pela falta. E isso também nos faz pensar na opacidade da palavra democracia que também poderia estar significando o desejo por outro sistema de governo; o socialista ou o comunista. Entretanto, não era permitido se dizer. O discurso que estava autorizado, pela conjuntura histórico-social, era o da democracia diferente de ditadura, uma vez que esta já estava se despedindo do governo. No entanto, não se estavam abandonando a forma de se governar pelo sistema capitalista. E na circulação dos sentidos, os ideais de liberdade, de sociedade igualitária, da gestão do governo a partir das concepções dos trabalhadores poderiam estar produzindo esses outros sentidos compatíveis com os ideais socialista e comunista. Podemos até pensar na denominação deste discurso como **manifesto** e pela memória de outros discursos fazer intervir a fala do Manifesto Comunista: “*proletário de todos os países, uni-vos!*” com outras palavras, no Manifesto de Fundação do PT: “*O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo*”.

De outra forma, na sequência abaixo, agora pensando a relação com o capitalismo internacional, temos:

“os trabalhadores querem a independência nacional”,

que também poderia ser dito:

Os trabalhadores querem independência das intervenções da política norte-americana.

“o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar [uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social].”

Ou, de outra forma:

O PT pretende chegar ao poder para realizar [os ideais socialistas].

“ O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores.”

Ou, pela paráfrase temos:

A liberdade do povo vem pelas vias de uma [democracia] voltada para as [práticas socialistas].

Apresentar a democracia como bandeira e justificativa para a sua criação poderia ser, aparentemente, um forte argumento para se criar o Partido dos Trabalhadores, naquele contexto de restrição das liberdades individuais e coletivas, impostas pelo AI-5, naquele momento, 1980, já destituído, mas fazendo-se ainda presente, como algo próximo a reviver.

No entanto, outros partidos, beneficiados, pelo fim do bipartidarismo – em que Arena e MDB polarizavam as disputas políticas - também já estavam sendo criados neste contexto de redemocratização, “*lenta, gradual e segura*” como assegurava o ex-presidente Geisel. Como por exemplo, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que foi fundado em 17 de junho de 1979, na cidade de Lisboa, Portugal, uma vez que, seus fundadores, membros do PDT, destituído pelo Regime Militar, encontravam-se exilados. Pela “**Carta de Lisboa**” funda-se o PTB que se apresenta como um partido que se compromete em defender a democracia plena, com a participação do povo organizado, como mostro nos trechos da referida Carta:

Reconhecendo que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, nós, brasileiros que optamos por uma solução trabalhista, nos encontramos em Lisboa. E se o fizemos fora do País, é porque o exílio arbitrário e desumano impediu este Encontro no lugar mais adequado: a Pátria brasileira. A tarefa

de organizar com nosso povo um Partido verdadeiramente nacional, popular e democrático é cada vez mais premente. (...)

(...) Fato novo mais importante da conjuntura brasileira não é nem a crise do regime, nem o fracasso de todos os seus projetos e promessas.

O novo, importante e fundamental, é a emergência do povo trabalhador na vida política do País. Não de um povo amedrontado depois de 15 anos de opressão, mas de um povo que se organiza sob as mais variadas formas - nos sindicatos, nas associações, em comunidades, em movimentos e organizações profissionais - com o mesmo objetivo: o de lutar por seus direitos, pela democracia. Como parte desta emergência se deve destacar as conquistas do movimento estudantil, e a luta agora vitoriosa pela reorganização da UNE.

(...) Analisando a conjuntura brasileira, concluímos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular, Nacional e Democrático, o nosso PTB. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular.

(...) Nós, Trabalhistas, queremos representar para o povo brasileiro o espírito da tolerância e da fraternidade. Nós, Trabalhistas, participamos ao lado do nosso povo em todas as suas lutas, e porque o nosso projeto é profundamente democrático, procuraremos alianças com as outras forças também democráticas e progressistas do nosso País. Nós, Trabalhistas, militaremos ativamente em todas as frentes e, porque o nosso projeto é pluralista, não pretendemos absorver ou manipular os sindicatos ou as organizações populares das mais diversas origens.

(...) O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro. Especialmente uma reforma agrária que dê a terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de vinte a cem hectares, em lugar de entregá-las em províncias de meio, de um e até de mais de dois milhões de hectares na forma de super-latifundiários, subsidiados com recursos públicos. E temos também de levantar a bandeira da luta pela regulamentação do capital estrangeiro, para pôr fim à apropriação das riquezas nacionais e ao domínio das próprias empresas brasileiras pelas organizações internacionais.

(...) Nessas circunstâncias, o nosso primeiro compromisso é o de reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática em que todo o poder emane do povo e seja por ele periodicamente controlado através de eleições livres e diretas, nas quais todos os brasileiros de maior idade sejam eleitores e elegíveis. O Brasil democrático pelo qual lutamos será uma República realmente federativa, com progressiva descentralização do poder, onde o voto terá que ser proporcional, para que - havendo a mais ampla representação das diversas forças políticas - não seja escamoteada a vontade popular. A República a que aspiramos há de estar defendida contra todo intento de golpismo e contra toda e qualquer manifestação de despotismo e repressão, para assegurar permanentemente ao povo brasileiro o direito elementar de viver sem medo e sem fome.

(...) Nosso segundo compromisso é o de levantar as bandeiras do Trabalho para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve, como os instrumentos fundamentais de luta de todos os que dependem do salário

para viver. É dever também dos Trabalhistas lutar contra a brutal concentração da renda que responde inclusive pelo achatamento dos salários, fixados em índices falsificados e sempre inferiores ao aumento das taxas reais do custo de vida.

Na luta a favor da justiça contra a opressão se insere a questão da atual ideologia de segurança nacional, que tem servido para justificar as violações dos direitos humanos. Tal doutrina gerou no País a mais completa insegurança para os cidadãos comuns, ensejando a expansão da brutalidade, da denúncia e da tortura, tanto contra os presos políticos, como contra as lideranças sindicais e sobretudo, com incidência cruel sobre as camadas mais pobres da população.

Porque damos importância central ao nosso povo como sujeito e criador do seu próprio futuro, sublinhamos o caráter coletivo, comunitário e não individualista da visão Trabalhista.

Lisboa, 17 de junho de 1979.

Apresento esses trechos da “Carta de Lisboa” não com o objetivo de analisá-los profundamente, mas para apresentar que também na fundação do PTB o discurso pela liberdade, pela democracia, pelos direitos humanos está fortemente sendo defendido, sendo levantados como bandeiras por um partido que assume para si estas responsabilidades:

“Nós, Trabalhistas, queremos representar para o povo brasileiro o espírito da tolerância e da fraternidade.”

“ (...) o nosso primeiro compromisso é o de reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática em que todo o poder emane do povo e seja por ele periodicamente controlado através de eleições livres e diretas, nas quais todos os brasileiros de maior idade sejam eleitores e elegíveis. O Brasil democrático pelo qual lutamos será uma República realmente federativa, com progressiva descentralização do poder, onde o voto terá que ser proporcional, para que - havendo a mais ampla representação das diversas forças políticas - não seja escamoteada a vontade popular.”

Constituir-se como um partido que defendia a liberdade, a democracia, não traria para o Partido dos Trabalhadores nenhum diferencial em relação a tantos outros partidos, que também nasciam, como o PTB, que se apresenta com o desejo de ser “*representante para o povo brasileiro*”. Aqui vale ressaltar que “para” está no lugar de “do” e isso também nos chama a atenção para os sentidos que podem estar sendo inscritos aqui. Mas que nesse momento não iremos analisá-los.

Após estas considerações, voltamos ao *Manifesto de Fundação do PT*, e observamos que o discurso de defesa da democracia deslizava para outros dizeres. Ele se significava de outras formas uma vez que ele não se direcionava apenas para um grupo de trabalhadores, sindicalistas, como um partido que lutaria pela democracia plena. Ele se direcionava a **todos**: às massas, à “coletividade, à “nação que é o povo”, à sociedade, a milhões de brasileiros, aos “brasileiros de segunda classe”, aos explorados, aos trabalhadores, “a todas as massas oprimidas do mundo”.

Observando que, ao se dirigir a “todos”, não quer dizer que o discurso faria o mesmo sentido para esse “todos”, devido às diversas formações ideológicas que esse “todos” representa. Olhei para os diversos sujeitos, que poderiam estar representados nesse discurso e pensei no movimento dos sentidos. Como para cada sujeito esse discurso de democracia como liberdade se significaria? Lembrando Orlandi (2001) que nos ensina que a polissemia é a simultaneidade de “*movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico*” e sendo a paráfrase a matriz do sentido, a sustentação do saber discursivo, observo que ao dizer:

“milhões de brasileiros”

“expressão da sociedade”

“interesses populares”

“vozes do povo”

“massas populares”

“massas trabalhadoras”

“explorados”

“maiorias”

“trabalhadores”

estão se referindo a trabalhadores como [todos] de uma forma generalizada, ampliada: todos aqueles que querem mudanças no sistema político e econômico. Portanto, se considero que este [todos] se refere a trabalhadores, percebo um

deslizamento em que no jogo de sentido constitutivo desse deslizamento, o dito diferente, com outras palavras, repete *trabalhadores* significando como *massa, maioria, explorados, brasileiros, sociedade, povo*.

A “nação que é povo”

A nação que [são os trabalhadores],

[Os trabalhadores que são a nação],

O discurso então seria direcionado à nação que é o povo trabalhador? Que são todos aqueles que trabalham? Todos que necessitam do trabalho para sobreviver?

A princípio para o sujeito “**nação que é povo**” - avisando do nascimento de um novo partido- como foi publicado, oficializado, podemos pensar também que ao dizer: povo trabalhador, poderia estar se dirigindo também à burguesia, aos detentores dos meios de produção, a patrões. Pensei em outro grupo com formações ideológicas diferentes, mas insatisfeitos com o regime militar. Cheguei a pensar outro sujeito, o partido político de direita, ou melhor, ligado à ditadura militar (especificamente à ARENA) e a outro sujeito, o Governo, naquele lugar, constituído como sujeito militar, ditatorial. E no Estado e em seus aparatos ideológicos: a família, a igreja, a escola. O discurso de fundação de um partido direcionado aos sujeitos denominados: todos, nação, povo, trabalhador.

Vários sujeitos e a eles o discurso em questão não explicita a ética, contra corrupção, contra imoralidades, mas a democracia, a liberdade de expressão, a justiça, o desenvolvimento econômico, a equidade. É para diversos sujeitos que o discurso democrático de um *Partido dos Trabalhadores* vai se deslizando para o Partido da Ética. Mas como ocorreu esse deslizamento que traz outro discurso?

Observo que este deslizamento está no próprio Manifesto, quando este apresenta, pelas palavras, um novo/velho sujeito, pois quem é que fala e o que fala no Manifesto? Que sujeito é esse que fala às massas, que fala a todos? No *Manifesto de Fundação do PT* este sujeito está recebendo sua certidão de nascimento e seu discurso quer marcar o nascimento daquele que vem como um *porta voz* dos injustiçados, dos torturados, dos explorados, dos excluídos, mas

também dos trabalhadores, da nação, do povo trabalhador. *Aquele que nasce para lutar contra um Estado ditatorial e capitalista*, que pode criar uma nova forma de democracia, que, governando, ouve as massas, as organiza, democraticamente, atendendo aos anseios do povo, da sociedade.

Ao nascer o primeiro grito deste partido foi o grito pela liberdade, pelo fim do cerceamento da liberdade de expressão, de organização, de reivindicação, de intervenção no Estado pelo povo. Pois ele “surge da necessidade”, ele nasce “da decisão dos explorados”, “nasce da vontade de independência política dos trabalhadores”, “nasce da vontade de emancipação das massas populares”.

“O Partido dos Trabalhadores **surge da necessidade** sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política para transformá-la.” Ele surge do sentimento de necessidade de milhões de brasileiros. Podemos considerar que, em termos de memória discursiva, esta discursividade retoma ou evoca outra formação discursiva, esta religiosa: nasce como aquele, o messias, que vem para libertar, para salvar, para transformar pelas palavras e pela *práxis*. Nasce da esperança, de vencer o medo, nasce do manifesto dos movimentos sociais, do *povo unido que jamais será vencido*¹².

Mais do que isso, pensando nas circunstâncias da escrita do Manifesto e dos possíveis sujeitos outros, investidos nessa escrita, há trajetos dos textos analisados que nos lembram a *Teologia da Libertação*, tal como a remissão que abre o texto “**Agora**, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação **querem falar por si próprias**.” O “agora” apresenta-se como único, primeira vez, algo que não tivesse existido antes, pensando mais distante: como [o discípulo Paulo, porta voz do cristianismo, que prega o caminho para a libertação pelas vias daquela religião]. Não esquecendo que neste momento histórico os dominicanos, a juventude cristã, as pastorais estão junto aos operários, aos estudantes em geral e aos que se sentem oprimidos pela ditadura.

¹² É interessante lembrar que estes enunciados são mesmo palavras de ordem, faladas por porta vozes e repetidas por uma multidão que nelas/com elas se identificam.

“O PT **nasce da decisão** dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político...”

“O Partido os Trabalhadores **nasce da vontade de independência política dos trabalhadores...**”

“Nasce, **portanto**, da **vontade de emancipação das massas populares.**”

Os brasileiros sentiram a necessidade, os explorados decidiram, os trabalhadores tiveram vontade, o povo quer falar por si próprio e as massas populares querem emancipar-se, por isso, o PT nasceu. Para ser este instrumento transformador, o **porta voz** de todos os movimentos sociais e porque não, de toda uma sociedade. Segundo Pêcheux (1980),

o porta voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, fazendo em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Se tomarmos outra perspectiva para analisar esses enunciados, podemos dizer que, ao nascer, o PT é identificado a uma determinada posição, que o coloca em uma formação discursiva outra: nasce predestinado a ser o partido que luta com ética, pela ética, e é significado como partido da ética na política, como seu criador mesmo diz:

“O PT **pretende ser uma real expressão política de todos** os explorados pelo sistema capitalista”,

“**buscará conquistar a liberdade** para que o povo possa construir uma sociedade igualitária...”,

“... **lutará** pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais, por todas as liberdades civis, **pela democratização da sociedade.**”

“O PT **quer construir uma nova forma de democracia**, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.”

“O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas.”

“O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país.”

“O PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores.”

Observamos que, nos enunciados destacados, os verbos estão sempre no tempo presente e futuro: pretende, buscará, lutará, quer, afirma. E consideramos aqui que ao se colocar no presente, já se projeta no futuro como um agente, constituído de autoridade para comandar, realizar as transformações, os anseios de uma sociedade, se coloca como o sujeito responsável.

Ao se assumir como um partido que toma para si a responsabilidade de transformar a sociedade, sendo a voz de todos - o porta voz- ele assume mais que um compromisso ideológico com um grupo socialista, marxista, de trabalhadores, de sindicalistas. Ele assume um compromisso de representar a todos e isto pela ética. E é acionando todos os sentidos que a palavra ética na política significa na sociedade brasileira, que ele passa a se significar como partido da ética pelos efeitos de sentido que o discurso de sua fundação produz.

O PT é expressão do desejo das Comunidades Eclesiais de Base, atuante na organização dos movimentos populares que ao se organizarem, entendem sua luta e saindo da inércia das discussões para a práxis, se *constituem em outro sujeito*, o **dos movimentos sociais**, e são estes que fundam o PT, sob a base do discurso religioso. Um discurso sustenta o outro, em um discurso há outro.

Aqui quero apresentar, uma contribuição fundamental para a compreensão da construção do discurso de partido ético que é trazido das Comunidades Eclesiais de Base. Estas que se orientam pela *Teologia da Libertação*¹³, trazem em seu discurso

¹³ Teologia da Libertação é um movimento cristão de teologia política, que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustiças em condições econômicas, políticas ou sociais. Ela foi descrita, pelos seus proponentes como *uma interpretação da fé cristã através do sofrimento dos pobres, sua luta e esperança, e uma crítica da sociedade e da fé católica e do cristianismo através dos olhos dos pobres.*

religioso, desatrelado dos dogmas da igreja católica, em que a religião deve ser dissociada do Estado, uma visão marxista, em que busca revelar Deus a partir do lugar social do pobre, sendo a pobreza o principal desafio religioso, econômico e político, entretanto, não se desvinculando do Catolicismo.

Segundo a *Teologia da Libertação*, a Igreja deve fazer a “*opção preferencial pelos pobres*”, os quais, segundo suas palavras, devem se entender como

Embora a Teologia da Libertação tenha se tornado um movimento internacional, ela começou como um movimento dentro da Igreja Católica na América Latina nos anos 1950-1960. A Teologia da Libertação surgiu principalmente como uma reação moral à pobreza causada pela injustiça social. O termo foi cunhado em 1971 pelo peruano padre Gustavo Gutiérrez, que escreveu um dos livros mais famosos do movimento, *A Teologia da Libertação*. Outros expoentes são Leonardo Boff do Brasil, Jon Sobrino de El Salvador, e Juan Luis Segundo do Uruguai.

No Brasil, a Teologia da Libertação se configurou como forte movimento de resistência no cenário da Ditadura Militar. Entretanto sua influência nos meios eclesiais diminuiu após seus proponentes, e seu movimento serem admoestados pela Congregação para a Doutrina da Fé (CDF) em 1984 e 1986. A Santa Sé criticou certos conceitos da teologia da libertação como a focagem de pecado institucionalizado ou sistêmico e o incentivo a luta de classes.

Segundo Gonçalves (2007), o nascimento e o desenvolvimento da Teologia da Libertação na América Latina e no Caribe se deve basicamente a três fatores:

- Situação política, econômica e social do continente: A Teologia da Libertação foi gestada durante os regimes militares que governavam países do continente.
- O desenvolvimento do marxismo como instrumento de análise social: as ciências sociais, entre elas a análise marxista eram utilizados para compreender a origem das contradições da sociedade, embora, segundo Gonçalves, o marxismo não fosse utilizado como ferramenta para construção do projeto social alternativo.
- Mudanças no âmbito da Igreja Católica. Do ponto de vista católico, algumas mudanças na Igreja possibilitaram o surgimento da Teologia da Libertação: a experiência da Ação Católica e seu método VER-JULGAR-AGIR - esta pedagogia ajudou na busca de uma compreensão crítica da realidade e impulsionou uma ação transformadora; a realização do Concílio Vaticano II, entre 1962-1965 e a busca de diálogo da Igreja com o mundo moderno; a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, Colômbia, ocorrida na vigência dos regimes militares; o florescimento das Comunidades Eclesiais de Base, que impulsionadas pela Conferência de Medellín e pela pedagogia da Ação Católica, lutavam pela transformação social; o enfrentamento dos regimes militares por parte dos bispos, quer através das conferências episcopais nacionais, quer por bispos isolados, como Dom Hélder Câmara, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Oscar Romero, entre outros.

Ao final dos anos 70 e início dos 80, a redemocratização das sociedades latino-americanas e caribenhas faz com que a Teologia da Libertação perdesse parte de sua combatividade política e social. Aliado a este fator, a queda do socialismo real e a crise da esquerda política fazem com que estes movimentos repensem sua identidade. Fatores no interior da Igreja Católica também tiveram seu impacto: a eleição de João Paulo II. A experiência do novo papa, vindo de um regime comunista hostil à Igreja, fez com que ele visse com suspeita os movimentos de libertação latino-americanos. Muitos teólogos da libertação foram acusados de fomentar a formação de células comunistas dentro da Igreja através das comunidades eclesiais de base.

Cabe aqui ressaltar que, anterior ao Consílio Vaticano II, na América Latina, já havia um movimento dos Bispos através do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) que realizavam suas conferências desde 1955. Entretanto, a que mais nos interessa foi a de Puebla (no México), que em seus documentos afirma o compromisso da Igreja com os pobres, segundo Chechinato (1980), “se colocar ao lado dos fracos e oprimidos, a fim de libertá-los de todos os tipos de escravidão e levá-los à comunhão e participação na vida social e religiosa”. As reflexões de Puebla reconhecem que a “revitalização” da Igreja se deve em grande parte à descentralização das atividades religiosas, através atuação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases).

protagonistas de sua própria história, artífices de sua própria libertação. O pobre é a massa de despossuídos, que não são todos proletários, ou trabalhadores, mas também as vítimas da exclusão social pura e simples. Nesse sentido, liberdade significa organização e emancipação social e a “*nova forma de democracia*” proclamada no discurso do *Manifesto de Fundação do PT* desliza para a “*conquista da liberdade*”, mas esta liberdade só será conquistada com o fim do sistema capitalista, entendido como “*sistema injusto e iníquo*”.

3.2 O discurso religioso: uma análise possível

Nasce o *Partido dos Trabalhadores* e em seu discurso de fundação, pela ideologia dos movimentos sociais, ele é identificado como Partido da Ética na política. Segundo Orlandi (2006), em certas condições de produção, há, “*de fato, dominância de um sentido sem por isso se perder a relação com os outros sentidos possíveis*”. Pensando nisso, observei essa identificação em Partido da Ética na política sendo determinado por formações discursivas advindas do jogo polissêmico de dois tipos de discurso com suas formações imaginárias, que se projetam nesse discurso sob a forma do discurso autoritário, aqui representado pelo discurso político e pelo discurso religioso. Observando ainda que como nos ensina Orlandi (2006,p.130),

todo funcionamento discursivo está atravessado pela tipologia. Sobredeterminado por ela. Então essas marcas estarão determinadas pela atividade estruturante, que determina o tipo de relação: autoritária, polêmica ou lúdica.

Esta tipologia deriva da relação entre locutor e ouvinte, sua relação com o objeto do discurso e, através dele, com o mundo. Pensando que o objeto de nosso estudo é a ética na política e suas ressonâncias na formação social e observando a sua materialidade no *Manifesto de Fundação do Partido do Trabalhador*, usaremos o critério de reversibilidade para comprovarmos os tipos de discursos que observamos e foram citados anteriormente: o discurso autoritário apresentado no discurso político e no discurso religioso.

Trago aqui a noção de reversibilidade como “troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui” (Orlandi,2006,p239) em que os pólos, locutor e ouvinte, não são fixos mas se movimentam em uma troca de posições em que um se define pelo outro, e como diz Orlandi: é nessa relação que se define o espaço da discursividade, uma vez que “ *sem essa dinâmica na relação de interlocução, o discurso não se dá, não prossegue, não se constitui*”. No entanto, salienta Orlandi, que não é todo discurso que se estabelece nessa relação de interlocução, de interação de papéis, nessa reversibilidade. Ela nos mostra que no discurso polêmico, por exemplo, a reversibilidade se realiza na dinâmica da tomada da palavra, já no discurso autoritário ele busca anulá-la, sendo que no discurso lúdico, ele aponta para mais de uma possibilidade, nele há um deslocamento em direção ao fático e em outra direção ao poético. No fático há a reversibilidade, a troca de papéis, já no poético, a relação com a reversibilidade é menor o que importa é a linguagem, o sentido absoluto.

No caso do discurso autoritário, que abordaremos aqui com mais profundidade, Orlandi (2006) nos diz que, embora em todos os tipos de discurso haja a reversibilidade, neste caso específico não há uma reversibilidade de fato, mas uma ilusão da reversibilidade (o sentimento de estar nesta relação de se reconhecer no lugar do outro).

Outro critério que Orlandi traz para utilizarmos na distinção de tipos de discurso é a polissemia. No discurso autoritário ele tende para a monossemia, uma polissemia contida, pois esta tendência se deve ao fato de que todo discurso é incompleto e seu sentido é “intervalar”, como nos apresenta Orlandi:

um discurso tem relação com outros discursos, é constituído pelo seu contexto imediato de enunciação e pelo contexto histórico-social, e se institui na relação entre formações discursivas e ideológicas. Assim sendo, o sentido (os sentidos) de um discurso escapa(m) ao domínio exclusivo do locutor. Poderíamos, então, dizer que todo discurso, por definição, é polissêmico, sendo que o discurso autoritário tende a estancar a polissemia.(2006,p240)

Ao estancar (conter) a polissemia, o discurso autoritário não expõe o sujeito ao jogo. O jogo de que falamos é o jogo nas regras e sobre as regras da língua. É o que segundo Orlandi (1998, p.16) *afeta a repetição e produz deslocamentos. É*

estruturante, afeta a materialidade discursiva e não produz meramente uma substituição de conteúdo. Neste sentido, o discurso autoritário ao estancar a polissemia, não permite a reversibilidade, que é a possibilidade de que haja movimento nessas posições.

Mas o que pretendo ao observar o discurso do *Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores*, através do discurso autoritário, é a presença de um discurso religioso, que é marcado por aquela tipologia. E nos perguntamos: é nessa possível não-reversibilidade do discurso religioso que o PT se constituiu como o Partido da ética na política? E porque pensar no discurso religioso? Primeiramente pela presença de sujeitos identificados com a ideologia cristã e por conseguinte pela sua ética na elaboração do documento de criação do Partido dos Trabalhadores, que pelo discurso apresentam “O PT”, não se colocam com um nós, mas como fiéis seguidores de uma doutrina religiosa.

Neste sentido os diversos Movimentos Sociais que se uniram em torno da criação de um partido que os representassem, apresentaram, no discurso do Manifesto de sua fundação, a construção de um sentido que ao estancar a polissemia, pela autoridade, produziram a impossibilidade da intercambialidade¹⁴ entre posições diferentes, em que se poderia produzir um deslocamento na voz dominante. Desta forma, com a não possibilidade da reversibilidade, por exemplo, de um militante se colocar no lugar do PT (e vice-versa) é que se construiu esta “imagem” de poder, em que aquele partido se constituiu em um partido acima dos outros, pois constituído de ética, em que o bem, as virtudes eram seu diferencial. E mais, constituído de ética para se fazer representar na política, algo que para muitos pensadores é incompatível relacionar: ética e política. Pois a primeira se faz no campo da dignidade, do dever da verdade e a outra atua voltada para os fins e suas consequências.

Aqui trago também a noção de que o indivíduo se assujeita pela ideologia, que tem como único Sujeito absoluto o Deus. Desta forma os homens são interlocutores e interpelados pelo Sujeito absoluto. Os homens não detêm a palavra,

¹⁴ A intercambialidade, segundo Orlandi (1998, p.17) dispõe sobre o fato de que as posições equivalentes são intercambiáveis, mutuamente substituíveis. Sem esquecer que há sempre a possibilidade de rupturas reais, históricas.

eles falam pelas palavras do Sujeito absoluto. Portanto, como nos diz Orlandi, o discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-la de forma alguma. Por isso a questão da não-reversibilidade apresenta-se no discurso religioso, como sendo um discurso autoritário, de autoridade, de porta-voz de Deus.

Na questão de meu objeto de pesquisa, já identifiquei o *Partido dos Trabalhadores* assumindo este lugar, o de porta-voz dos movimentos sociais e das outras vozes que manifestam o desejo de liberdade, sendo ele o único com poder de falar em nome da Ética. Então, o Sujeito absoluto, neste caso, seria o coro de vozes dos movimentos sociais, fazendo-se destacar a voz das *Comunidades Eclesiais de Base, das Pastorais operárias*, por exemplo. E o discurso que se sobressai, sob este ângulo de observação, seria o discurso religioso pensando nele, nos termos em que se apresenta, como: não havendo reversibilidade, a autoridade de quem criou o PT, os movimentos sociais, falam **dele**, de seu Filho, que foi criado para servir de instrumento de libertação e não por ele ou se colocando como parte dele:

“ O Partido dos Trabalhadores **surge da necessidade sentida** por milhões de brasileiros de **intervir na vida** social e política do país **para transformá-la.**”

“**Agora**, as vozes **do povo** começam a se fazer ouvir através de suas . As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação **querem falar por si próprias.**”

O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores.

O PT nasce da vontade...

O PT nasce da decisão...

O PT pretende ser....

O PT lutará...

O PT afirma seu compromisso...

O PT manifesta...

O PT quer atuar...

O PT aparece sempre como o sujeito do enunciado. É referido como terceira pessoa, alguém fala antes por [ele], o seu criador, “*uma voz que se fala na outra da qual é representante*” nos diz Orlandi, (2006,p.244), sobre o mecanismo de incorporação de vozes, que seria a forma da *mistificação*, que em termos de discurso “*é a subsunção de uma voz pela outra, sem que se mostre o mecanismo pelo qual essa voz se representa na outra. O apagamento da forma pela qual o representante se apropria da voz é que caracteriza a mistificação*”.

O sujeito absoluto, o Deus, representado pelas vozes que criam o Partido dos Trabalhadores, o ele. Essas vozes trazem em si seu assujeitamento à ideologia cristã, mesmo que apresentando rompimentos com certos dogmas da Igreja Católica, como já apresentamos sobre a *Teologia da Libertação*, elas se orientam e se organizam e se unem num coro em que o discurso ainda é o mesmo do Cristianismo. É necessário que se crie, que nasça, pela palavra, pela vontade, pela necessidade sentida por todos de um partido que traga em sua essência os princípios da ética cristã, pautado na responsabilidade em defender os direitos de todos, pois todos são filhos do mesmo criador, o Deus.

Pensando nessas relações simbólicas é que o Partido dos Trabalhadores foi criado para ser o partido da ética na política, em uma prática messiânica de se colocar em uma sociedade dividida pela luta de classes e confundida pela ideologia capitalista, pelo seu senhor, o mercado, e que a ditadura militar re-forçava, e pelo advento de outras vozes, que se faziam significar pela ideologia comunista e socialista, tendo ambas a intervenção da ideologia cristã, uma vez que o País era e é assujeitado por ela.

Esta é uma leitura possível que trago, pensando também que sempre há a possibilidade de outras e diferentes leituras, uma vez que ao interpretar devo considerar que o dizer é aberto e que só de modo ilusório podemos pensar que o sentido é único, pois a questão dos sentidos é uma questão incompleta, que não se fecha. E mesmo depois de assumir um posicionamento diante do discurso analisado, outras vozes, também sussurravam, reclamavam sentidos outros,

querendo me mostrar outros caminhos possíveis, entretanto, deixei-as em suspenso para em uma outra oportunidade retomá-las para proceder a outras leituras desta mesma textualidade. E para “fechar” este capítulo, concludo pelas palavras de Orlandi (2004): *a interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história.*

4 MOVIMENTOS SOCIAIS: IDEOLOGIA E DESARTICULAÇÃO

Como foi apresentado na introdução deste trabalho, outro objetivo que me proponho observar ,pela teoria da Análise de Discurso de linha francesa, é se houve uma *desarticulação* entre os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores após os escândalos envolvendo alguns de seus importantes membros. Escândalos esses que colocavam em cheque o discurso petista pautado na ética, no compromisso com as classes trabalhadoras e com os movimentos sociais, enquanto defensor dos direitos das maiorias marginalizadas, esquecidas, destacando se houve ou não o enfraquecimento do discurso do princípio da ética na política, observando como discursivamente se apresenta este acontecimento.

Antes de apresentar o corpus desta pesquisa e os seus recortes trago algumas discussões sobre a teoria dos Movimentos Sociais, como os cientistas sociais apresentam este fenômeno e como ele vem significando e se re-significando ao longo da história.

4.1 Movimentos Sociais

A princípio quero salientar que ao buscar me situar na questão dos movimentos sociais para compreendê-los, deparo com as seguintes condições: não há uma teoria única, assim como não há apenas uma concepção para o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social. O que se nos apresenta são pesquisadores de diversas linhas de pensamento que buscam entender o que agrega indivíduos e os procedimentos que organizam formas coletivas de comportamento, que se movimentam em diversos espaços político-econômico-sociais, como na defesa de direitos à moradia, à igualdade de gênero, de opções sexuais, de cor, de acessibilidade; movimentos voltados para a economia solidária, pela reforma agrária, pela participação de pequenos produtores rurais, enfim, uma diversidade de movimentos que não têm alcance só local, mas global - que não só reivindicam, mas são propositivos de políticas públicas.

Inicialmente o termo *movimento social* surgiu com Lorenz Von Stein, por volta de 1840, quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento proletário francês e o do comunismo e socialismo emergentes. Já no século XX, a temática passa a ser vista no universo dos processos de interação social dentro da teoria do conflito e mudança social. As doutrinas interacionistas, desenvolvidas pela sociologia norte-americana, viram os movimentos como problemas sociais, um fator de disfunção da ordem. Cabe aqui colocar que não é por acaso que o discurso dessas doutrinas interacionistas reconhecem os movimentos como problemas sociais. Em sua opacidade podemos observar o não dito, que diz, na fala do sujeito imperialista norte-americano.

Entre os anos 20 até os 60, vários estudos abordaram questões referentes à estrutura e funcionamento e reflexões sobre as lideranças nos movimentos sociais. Nesta época, iniciaram os primeiros estudos sobre os movimentos de mulheres, negros, dos jovens, pela paz, etc. Esses estudos foram denominados de Clássicos e enfatizavam uma abordagem sociopsicológica. Formou-se então uma tradição de se explicar o comportamento coletivo das massas por meio da análise das reações dos indivíduos, enquanto seres humanos com certas características biológicas e culturais. Segundo Gohn:

“O indivíduo era visto dentro de macroestruturas sociais. A grande questão era sua inadaptação àquelas estruturas, gerando desajustes e conflitos. Os movimentos nasciam neste universo, eram vistos como elementos disruptivos à ordem social vigente”. (2011, p329)

Grande parte dos estudos específicos sobre os movimentos sociais concentrou-se até os anos 60 no estudo do movimento operário, em especial nas lutas sindicais. Estudos esses que abordavam os movimentos no contexto das mudanças sociais, em que eram vistos como fontes de conflitos e tensões, incitadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos no contexto dos comportamentos coletivos vigentes. “ *Movimentos sociais e revoluções eram termos sinônimos e sempre que se falava em movimento a categoria “trabalhador” era destacada*”. (GOHN, 2011, p.330)

Nas abordagens fundadas no paradigma decorrente da teoria marxista, até os anos 50, o conceito de movimento social sempre esteve associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe, que tinha centralidade em toda análise. E, segundo Gohn (*ibid*) este conceito era utilizado em sentidos amplos como para denominar as guerras, os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais como o nazismo, o fascismo, assim como as ideologias libertárias e religiosas. Sendo que o paradigma teórico mais amplo era o dos processos de mudanças e de transformação social, em que havia a crença, fundamentada, na existência de um sujeito principal que seria a classe trabalhadora. Em consequência dessa crença, os estudos se concentraram nos movimentos operário ou camponês, nos sindicatos e nos partidos políticos. O que nos explica Gohn:

Como as categorias da organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no modelo de projeto de sociedade que se desenhava e aspirava-se como ideal, não havia muita preocupação quanto à diferenciação entre movimento social ou político, ou quanto a movimentos ou organizações. Essas últimas eram suportes dos movimentos e, de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando transformava a demanda reivindicada numa política ou organização institucionalizada. (2011, p. 331)

A partir do surgimento de novos movimentos sociais como dos direitos civis (nos Estados Unidos), dos estudantes (na Europa), os das mulheres, pela paz, contra a guerra do Vietnã, entre outros, mobilizaram-se novas formas de analisar os movimentos sociais e passou-se a destacar o lado positivo dos movimentos, como “*construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais*”.

Uma nova teoria é criada a partir de uma revisão crítica de teorias comportamentalistas e funcionalistas norte-americana, o que resultou na teoria da Mobilização de Recursos, que, em resumo, é a análise das mobilizações coletivas segundo uma ótica econômica, em que os fatores tidos como objetivos são: a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias. Parece-nos aqui que esta teoria trazia um discurso que tendia à descaracterização dos movimentos, ao tentar “regulamentá-los”, organizá-los utilizando-se dos mesmos princípios da administração empresarial, esvaziando-os da concepção de luta de classes, que seria o grande “motivador” ideológico dos movimentos sociais.

Na Europa, os novos movimentos sociais motivaram outras abordagens que resultaram em duas teorias básicas: a Neomarxista e a dos Novos Movimentos Sociais. Essas novas bases teóricas eram distintas e alguns dos teóricos dos Novos Movimentos Sociais criticavam os Neomarxistas por considerar que suas abordagens macroestruturais, segundo eles, se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias econômicas; assim como criticaram os estudos clássicos marxistas, que se preocupavam apenas com as ações da classe operária e dos sindicatos, deixando de lado as ações coletivas de outros atores sociais relevantes. Gohn (2011,p.332) explica que muito antes da elaboração sistemática da teoria dos NMS, no paradigma europeu, que surgiu no rastro das teorias marxistas, os movimentos sociais já tinham ganho estatuto teórico de eixo temático na análise da realidade social na América. E que no final dos anos 70 e década de 80 os movimentos sociais de países do *Terceiro Mundo* passam a ser uma nova fonte de estudos.

Apresentando em cena novos atores, novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres em geral se articulam com clérigos, intelectuais e políticos da esquerda para gerar ações coletivas que foram interpretadas como a nova força da periferia, realizando uma **revolução** no cotidiano. (GOHN, 2011, p. 333)

No Brasil, era sobre os movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da Igreja Católica, na ala articulada à Teologia da Libertação, de que tratavam os encontros, seminários e colóquios acadêmicos.

A denominação de movimentos sociais populares buscava contrapor os novos movimentos sociais aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das sociedades amigos de bairros ou associações de moradores. O que, como analisa Gohn (2001, p.281): “*estava no cerne da **comunidade local** de maneira totalmente distinta*”.

No decorrer dos anos 80, os movimentos sociais no Brasil passaram - no plano da atuação concreta e no plano das análises deles feitas - da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença. O que nos explica Gohn:

Vários fatores contribuíram para essas mudanças, com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participaram de sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a generalização, e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos 80, absorvendo grande parte da parcela dos desempregados do setor produtivo privado; o surgimento de grandes centrais sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor de moradia; e, fundamentalmente, o surgimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs – Organizações Não-governamentais. Acrescente-se ainda a este cenário a decepção da sociedade civil com a política, tanto com a praticada pelas elites dirigentes como com aquela praticada pelos partidos políticos, que progressivamente foram perdendo a capacidade de articular as demandas das camadas populares e médias. (2011,p.285)

Essas alterações citadas por Gohn irão, segundo ela, desembocar na perda da capacidade de mobilização e do esforço voluntarista que se observava na sociedade civil nos anos 70. O que houve foi uma “profissionalização” dos militantes, assessores e simpatizantes que deixaram de exercitar a política por meio da atuação nos movimentos sociais, movidos pela paixão, pela ideologia, ou por acreditar em algumas causas e valores gerais. Esta profissionalização ou “liberação” (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios, que criou uma camada de dirigentes que se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs e se ocupou de elaborar pautas e agendas de encontros e seminários (nacionais e internacionais), que prioritariamente tinham como foco as eleições. Novamente observamos uma forte tentativa de se organizar, profissionalizar os movimentos sociais, e agora direcionar suas lutas para um outro fim, não mais de reivindicações, mas de eleger um representante, para ocupar uma das cadeiras do poder, do Estado.

A consolidação dos movimentos, enquanto estruturas da sociedade civil, foi um projeto que, nos anos 90, será reconhecido como não-realizado, embora seja apontado não como um fracasso, mas sim como um projeto utópico, dentro do cenário político dos anos 70 e 80, quando o Estado era visto como um inimigo e passa, nos anos 90, a se configurar não mais como adversário dos movimentos, mas seu principal interlocutor.

Esse novo cenário político começa a se configurar ao final dos anos 80, quando o Partido dos Trabalhadores ascende ao poder em várias prefeituras municipais. Houve uma redefinição de posturas políticas e a problemática principal passou a ser a da capacitação técnica das lideranças populares para atuar como coparticipes das políticas públicas locais. Foi um período de muitos estudos e seminários sobre o poder local, pois vários dirigentes de movimentos se tornaram dirigentes de órgãos públicos.

Neste período, observa Gohn (2011), o que apresentou-se de novo para o conhecimento dos movimentos sociais foi a dicotomia político e privado, a questão da cidadania, a cultura política presente nos espaços associativos, a importância das experiências cotidianas, ente outros, ganham destaque, em lugar das categorias macro explicativas citadas anteriormente. O aprofundamento do processo de transição democrática, com a ascensão de líderes da oposição, de vários matizes, a cargos no parlamento e na administração de postos governamentais, *“levou progressivamente ao desaparecimento da questão da autonomia dos discursos dos movimentos e das análises dos pesquisadores”* uma vez que, como já apresentamos acima, o Estado, nessa conjuntura, não era simplesmente o adversário dos movimentos, mas seu principal interlocutor.

Nos anos 90, a cidadania coletiva e a exclusão social tornam-se as categorias básicas no plano das análises. Agora, o exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições, que se legitimaram juridicamente a partir de 88, apresenta-se como novidade, uma vez que deverão desenvolver um novo aprendizado, não mais para reivindicar, pressionar ou demandar, mas para fazer, propor, ter uma **participação qualificada**, já que o lugar da participação está inscrito em leis.

A questão da exclusão social, por exemplo, se configura em um ambiente de violência generalizada, desagregação da autoridade estatal, surgimento de estruturas de poder paralela, entre outros fatores que através das análises enfatizarão os efeitos destes sistemas de desagregação social sobre as estruturas organizativas da população.

Neste contexto, em que se soma a crise das esquerdas, do marxismo e dos modelos socialistas do Leste Europeu, a problemática das contradições sociais, que

viam nas lutas e movimentos um dos fatores de acirramento daquelas contradições, as referências deixaram de ser sujeitos históricos predeterminados, ou com alguma missão a desempenhar (como a categoria dos operários e a das classes populares) e passaram a ser os **novos atores sociais**: mulheres, jovens, negros, índios, os pobres, os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. Que em outras palavras estão inseridos em um conflito que diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação cívica integral por meios políticos, econômicos ou sociais e ao estabelecimento de prerrogativas que constituam “um *status* rico e integral de cidadania”. Gohn ressalta ainda que a cidadania por ser um conjunto de direitos e obrigações, é um contrato social, que varia com o tempo.

Esse contrato deve ser público e universal, não pode ser oferecido no mercado, e envolve os direitos civis – considerados decisivos no mundo moderno -, políticos e sociais. A pobreza persiste e o desemprego continuado por longos períodos são as novas questões da cidadania. Elas são o cerne da luta dos excluídos. Os incluídos também enfrentam problemas no novo modelo, no qual o conflito entre as classes teria perdido centralidade: problemas da deterioração de seu hábitat, ausência ou precariedade de serviços coletivos etc. São todos problemas de cidadania e geram também movimentos sociais. (2001, p.289)

Esta perda de centralidade do conflito entre as classes, as mudanças aceleradas que a globalização da economia passou a acarretar; as mudanças políticas no Leste Europeu; o declínio do marxismo como modelo teórico e projeto de utopia social; a revitalização das políticas neoliberais e o processo de desmonte das estruturas estatais; a nova revolução tecnológica em curso com a Internet e a era dos computadores; a contínua preocupação com as novas agendas do social, tudo isso afetou os referenciais dos paradigmas sobre os modelos sociais. Segundo Gohn, no *novo paradigma* que se esboça fala-se mais em *sociedade civil* em geral e menos na questão da autonomia dos grupos. “*O privilégio da sociedade civil não se dá por contraposição ao Estado, mas às forças do mercado*” (2011, 338). Fala-se de um setor terciário, não-estatal, privado mas público. Este setor concentra as atividades dos movimentos e das ONGs - agora reestruturadas segundo princípios de mercado e não exclusivamente ideológicos. É o Terceiro Setor que Boaventura Santos (2008, p.368) analisa como uma “*grande via de criação de um espaço público não estatal*”.

Gohn conclui que os movimentos sociais são fluídos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais.

Como numa teia de aranha eles tecem rede que se quebram facilmente, dada suas fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam eles constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante. Mas sempre presentes. (2011,p.343)

No final do século XX e início deste milênio o tema dos movimentos sociais retoma um lugar central no plano internacional como objeto de investigação por intermédio do *movimento antiglobalização*, de uma nova perspectiva: “*como movimento global que rompe as barreiras das nações e se torna não apenas internacional, mas transnacional. A ênfase está nas redes que constroem, e os fóruns que realizam são seus momentos principais de visibilidade*”. (GOHN, 2010, p.43).

Os movimentos sociais são fruto de contradições que se globalizaram, afirma Houtart (2007) que se pauta nas análises de Alain Touraine (1999),segundo o qual, para serem verdadeiros atores coletivos, os movimentos sociais necessitam de certa inscrição na história, de uma visão da totalidade do campo dentro do qual se inscrevem, de uma definição clara do adversário e, finalmente, de uma organização.

São mais que uma simples revolta, mais que um grupo de interesses, mais que uma iniciativa com autonomia do Estado. Os movimentos nascem da percepção de objetivos como metas de ação, mas para existirem no tempo necessitam de um processo de institucionalização. Criam-se papeis indispensáveis para sua reprodução social. “ *Assim nasce uma permanente dialética entre metas e organização cujo perigo potencial sempre presente é a possibilidade de que a lógica de reprodução imponha-se sobre as exigências dos objetivos procurados*”.

No Brasil, à medida que o cenário da questão social se alterou, novos atores/sujeitos sociais entraram em cena na sociedade civil, como as ONGs e as entidades do Terceiro Setor; as políticas sociais públicas ganharam destaque na organização dos grupos sociais. A sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas e associações por outros eixos “ *focada menos nos movimentos*

sociais dos anos de 1970 e 1980, e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidades humanas”, como nos diz Gohn (2010, p.12). Dessas articulações surgem as redes sociais e temáticas, organizadas segundo gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas etc., além de fóruns, conselhos, câmaras, que compõem o novo quadro de associativismo brasileiro.

O surgimento de novas tecnologias, o acesso a ambientes virtuais de comunicação como a internet e o celular colocaram as diversas comunidades conectadas não só entre si mas de forma global. E estas circunstâncias, entre outras, favoreceram os movimentos sociais com a criação de redes sociais. Segundo Jacobi e Monteiro (2007, p.316-317), os motivos que permitiram os avanços do que se convencionou chamar de *“movimentos sociais transnacionais organizados em redes”* estão associados às mudanças organizacionais, políticas e tecnológicas, o que pode ser observado pela perda da capacidade dos Estados nacionais em restringir e estruturar ação coletiva, pelo surgimento de uma rede de comunicações global e pelas oportunidades políticas nacionais que ampliam as questões ao nível das oportunidades transnacionais. *“Observa-se uma crescente globalização não só das agendas de muitos movimentos, mas também das formas de luta, notadamente a partir da incorporação das novas tecnologias da informação. Isso possibilita a formação de networks locais, nacionais e transnacionais”*.

Em estudos mais recentes Gohn (2010) apresenta um cenário dos estudos sobre os movimentos sociais brasileiros em que seleciona dez eixos temáticos, para serem abordados. Dentre eles irei me ater a apresentar aqui um desses eixos: os *“Movimentos decorrentes de questões religiosas”*, uma vez que esses movimentos apresentam-se discursivamente em minha análise.

Os Movimentos decorrentes de questões religiosas embora se apresentem originários de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas tiveram (e têm) presença de ações coletivas das igrejas junto aos movimentos populares, especialmente a católica, nos anos 70/80, inspiradas pela Teologia da Libertação.

Gohn (2010,p.139-140) nos traz que as novas orientações dos cristãos levaram, nos anos de 1990, no Brasil, ao apoio para a criação da Central dos Movimentos Populares (1993), e ao lançamento do Movimento da Consulta Popular (1997), assim como uma reativação de manifestações públicas como a marcha do Grito dos Excluídos, organizada desde 1995, e a Marcha das Margaridas (em sua maioria, mulheres camponesas), além das inúmeras Marchas dos Sem-Terra, que ganharam espaço na mídia a partir de 1997.

Esses movimentos preconizaram grandes mobilizações populares que contaram com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica no Brasil. Em 2007, o Grito dos Excluídos, convocado pela CNBB- Conferência Nacional dos Bispos, para demandar: trabalho, terra, moradia, paz, justiça, saúde, cidadania, ética, educação e soberania, mobilizou nas principais capitais do país simpatizantes e aliados, tais como o MST, partidos políticos (Psol, PSTU, PCB).

Tiveram presença importante no apoio a estes eventos algumas organizações como a Cáritas Brasileira, o Ibrades- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, a CNBB, MNDH- Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Comissão de Justiça e Paz etc. Para Gohn,

as novas orientações e articulações nos movimentos populares se explicam por vários fatores, mas se ficarmos no plano simbólico, do religioso, vamos ter possíveis veios explicativos, ao observarmos mudanças nas instituições religiosas que assessoram ou realizam mediações entre os movimentos sociais e os poderes públicos; ou se observarmos o próprio campo da religiosidade.(2010, p.140)

Nas últimas décadas, ocorreram múltiplas transformações no cenário das religiões no Brasil com o declínio do número de católicos, assim como o crescimento de seitas e alas dentro do próprio catolicismo – como o Movimento de Renovação Carismática. Acrescenta-se ao quadro as mudanças na cúpula da Igreja Católica, a partir de Roma, desativando apoios à militância política e estimulando um retorno às práticas tradicionais das orações, procissões, retiros espirituais etc. O programa das pastorais, ativo desde os anos de 1970, tem retomado impulso no final desta década deste novo milênio. Gohn apresenta que atualmente são cerca de 15 as pastorais da

Igreja Católica e elas completaram, em 2006, 35 anos de atividades, sendo a Pastoral Operária e a da Periferia as primeiras.

Após reformulações em suas ações junto das comunidades dos pobres nos anos de 1990, as atividades pastorais voltaram a priorizar nos anos 2000 os trabalhos de base no meio urbano, nas cooperativas de economia solidária, apoiando as novas articulações que os movimentos sociais têm realizado. “*Essas novas articulações dos movimentos sociais denotam as novas orientações dos ex-militantes das Cebs, e agora militantes de movimentos ampliados, que incluíram os temas dos direitos humanos e culturais junto com o leque das demandas dos movimentos populares (moradia, bens e equipamentos urbanos)*”, analisa Gohn (2010,p.141).

E concluindo, Gohn apresenta que o olhar atento à religião em uma dada realidade social é importante devido ao retorno dos conflitos religiosos em várias partes do mundo, coisa que no Brasil não é usual, pois aponta que a hegemonia da Igreja Católica e a construção histórica de pontes e diálogos com outras religiões, cristãs, ou não, ou seitas de grupos étnicos, possibilitaram, historicamente, a construção de uma cultura política e que “*em termos prospectivos é importante não esquecermos nunca do valor cultural que a religião tem no imaginário dos brasileiros*”. Segundo ela, o desenvolvimento de uma sociedade laica, a separação da Igreja do Estado, há mais de um século, e a perda de hábitos religiosos, como ir à missa aos domingos, substituída pela ida aos templos do consumo, aos *shoppings centers*, não eliminaram a religião do cotidiano das pessoas, agora vista como fé, crença, dimensão espiritual do ser humano.

Ao trazer essa contribuição teórica sobre os Movimentos Sociais, não penso encerrar esta exposição, pois muito ainda pode-se aprofundar sobre este tema, apenas quis me situar nos caminhos pelos quais os movimentos sociais se constituíram na história, já pensando neles como um acontecimento discursivo em que a própria noção de movimentos sociais está se deslocando, fazendo outros sentidos. Assim, como observamos no decorrer deste estudo, ao se denominar lutas sociais e não mais lutas de classes; atores sociais e não sujeitos históricos; cidadania como contrato social; sociedade civil e não autonomia dos grupos; princípios de mercado e não ideologia como motivadores das lutas, o próprio fato de

dizer diferente não é simplesmente uma alteração de conceitos pela necessidade das análises sociológicas de fatos históricos, mas dizer que existe um movimento de novos sentidos e porque não dizer de apagamentos também.

Então, como esses outros sentidos estariam se significando nos/pelos movimentos sociais, se até mesmo o sentido de social e de sociedade já estariam também se significando diferentemente? Como traz Ribeiro (2000), em seu artigo “A sociedade contra o social *ou* A sociedade privatizada”, em que ele analisa que pela linguagem já se mostra uma oposição entre os termos sociedade e social. O que ele explica que nos discursos dos governantes ou nos discursos dos economistas “a sociedade” é designada como o conjunto dos que detêm o poder econômico, e “social” remete a uma política que procura minorar a miséria. “*O social diz respeito ao carente, a sociedade ao eficiente*” (2000, p.21), à economia, ao mercado. “*A economia é séria e moderna; o social, perdulário e arcaico.*” O autor analisa que entre a sociedade e o social se trava uma luta sem tréguas que ele chama de luta de classes, em que a diferença entre o social e a sociedade não é somente de perspectiva ou atitude: “*o social é aquilo que não pode tornar-se sociedade*”. (2000, p.22)

Essa oposição entre o social e a sociedade fica clara no espaço público que é delineado por inúmeros discursos que “o atravessam e o constituem”, mas que se vê sobressaindo aos outros o discurso da economia, que transmite de forma implícita que “*a sociedade é ativa enquanto economia, e passiva enquanto vida social.*” E esse discurso que subordina a vida social à econômica cresce e vai constituindo em outro discurso o da privatização, que passa segundo o autor a ser o discurso dominante: o fim do social e a privatização da sociedade.

4.2 Movimentos Sociais: o enfraquecimento do discurso do princípio da ética na política

4.2.1 Recortes

Para esta análise irei utilizar como *corpus*: edições do Jornal Brasil de Fato, a Carta ao povo brasileiro (2002, 2005) e o Pronunciamento de Lula a respeito da crise política em 2005. Em sequência apresento no quadro abaixo os títulos dos textos selecionados no Jornal Brasil de Fato e suas respectivas localizações:

Título	edição	Dia/mês	Ano	página
Uma crise a serviço da elite	120	16-22 de junho	2005	04
Um dilúvio de denúncias sem provas	120	16-22 de junho	2005	05
Nas ruas, movimentos cobram mudanças	126	28/julho-03/agosto	2005	05
Contra a corrupção e a política econômica	129	18-24 de agosto	2005	03
Ruim com Lula, pior sem ele?	130	25-31 de agosto	2005	03
Mobilizar o povo é a melhor saída	133	15-21 de setembro	2005	06

Dos textos apresentados no quadro acima, procedi aos seguintes **recortes**:

1º. Recorte: **Uma crise a serviço da elite**, n.120, 16-22 de junho de 2005, p.4: texto apresenta uma síntese do debate realizado pelo Conselho Editorial do Jornal Brasil de Fato, com a participação de dirigentes de “diversos movimentos sociais brasileiros”.

Subtítulo: **A situação política do Brasil**

<p>“ O povo votou em Lula para mudar a política econômica.”</p>
<p>“O governo <u>priorizou</u> suas articulações, para buscar a governabilidade e estabilidade, no apoio da imprensa burguesa e nas alianças com os partidos de direita.”</p>
<p>“<u>Esqueceu-se</u> de construir uma sólida base de apoio popular, a partir de medidas concretas de mudanças sociais.”</p>
<p>“Ao <u>privilegiar</u> as negociações de cúpula se afastou dos movimentos sociais e de suas decisões.”</p>
<p>“ <u>Tentou</u> agradar o mercado financeiro, a mídia, mas esses têm seus interesses de classe: tucano por tucano, preferem o original.”</p>
<p>“Além disso, a <u>crise serve para a elite impor uma derrota política e ideológica</u> a toda esquerda brasileira. Quer criar condições para a criminalização dos movimentos sociais, evitando um processo de <u>reascenso do movimento de massas</u>, como vem ocorrendo em países vizinhos.”</p>
<p>“... hoje, (...) as forças sociais não conseguem mobilizar o povo, pois estamos vivendo um contexto de <u>descenso do movimento de massas</u>, de apatia das massas.”</p>
<p>“ Diante desse quadro é importante que as <u>forças sociais se aglutinem sobre uma mesma base política</u> como: exigir apuração total (...). Mas que essas investigações cheguem também ao período do governo Fernando Henrique Cardoso (...); <u>Denunciar que a corrupção é o método clássico das elites governarem</u>. Elas sempre recorrem à corrupção para dividir o butim do Estado, mesmo para se eleger. (...);. <u>denunciar que os verdadeiros problemas do povo estão relacionados com a atual política econômica neoliberal</u>. E, portanto, é hora de <u>aproveitar essa crise de alianças do governo para que o governo crie coragem e mude a política econômica</u>, encaminhando mudanças no modelo neoliberal (...); exigir que, no bojo dessa crise, <u>a sociedade discuta a necessidade da reforma política</u>. (...); <u>Debater com a sociedade a necessidade de um novo projeto de desenvolvimento nacional</u>, que reorienta a economia para resolver os problemas do povo, de trabalho, terra, educação, saúde e moradia. (...)”</p>

2º Recorte: **Um dilúvio de denúncias sem provas** (n.120,16-22 de junho de 2005,p.05)

“Isolado, governo Lula sofre para se defender de acusações de corrupção feitas por político sem credibilidade”

“O governo está num beco sem saída” (Francisco de Oliveira, professor de sociologia da USP e um dos fundadores do PT). Ele aponta como umas das razões do imbrólio atual o fato de a política ter sido colonizada pela economia.”

“ Pouco a pouco, no entanto, a cúpula do PT assumiu uma postura de administrar o governo sem contar com a base do partido”, analisa Roberto Romano (professor da Unicamp.”

3º Recorte: **Nas ruas, movimentos cobram mudanças** (n.126,28/julho-03/agosto de 2005, p.05)

Subtítulo: Em todo o Brasil, CMS exige agilidade na reforma agrária e alterações na política econômica

“A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizou no dia 25 de julho, em comemoração ao Dia do Trabalhador e Trabalhadora Rural, uma mobilização nacional para reivindicar do governo federal mudanças na política econômica e agilidade na reforma agrária.”

Foto: Faixa com os dizeres:

**GLOBALIZEMOS A LUTA
GLOBALIZEMOS A ESPERANÇA
A FAVOR DO POVO BRASILEIRO E DA SOBERANIA NACIONAL**

“ Está na hora de o povo ir para a rua e puxar o governo para a esquerda”. (CUT)

“Estamos propondo que o governo rompa com os acordos feitos com os organismos internacionais, principalmente o pagamento da dívida externa e os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e possa fazer uma política econômica mais soberana.” (MST)

“ O Brasil não está vivendo uma crise de natureza ética mas uma crise política, econômica e social. Até agora o governo Lula não conseguiu resolver o problema do povo brasileiro e, com a continuidade desse modelo, os problemas só irão se agravar.” (MST)

4º Recorte: **Economistas lançam documento com proposta para um novo modelo** (matéria secundária)

“Nós acreditamos que a Nova República, nascida sobre os escombros da ditadura em 1985, prometendo um país melhor, finalmente sucumbiu diante dos interesses das classes dominantes no país, e morreu.

“A crise atual – política, econômica, social e ética – somente pode ser resolvida se os pilares do acordo que sustentou a transição da ditadura para a democracia, e que foram protegidos e alimentados por todos os governos posteriores a ela até o momento, forem substituídos por um programa que atenda às demandas mais sentidas da população e resgatem a soberania nacional e popular que toda República digna deste nome deve possuir.”(parte do Manifesto “A crise da República”, produzido pelos economistas, publicado em 25 de julho no mesmo jornal)

5º Recorte: **Contra a corrupção e a política econômica** (n.129,18-24 de agosto de 2005, p.03)

CAPA : Protestos em Brasília exigem mudanças – Movimentos sociais fazem uma série de mobilizações contra rumos da economia e por reforma política

Na foto da manifestação, faixas com os seguintes dizeres:

**COM LULA
CONTRA A CORRUPÇÃO
CONTRA A DESESTABILIZAÇÃO E A CORRUPÇÃO.
MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA!
REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA, JÁ! (CMS)**

“ O povo brasileiro começou a debater e a se pronunciar oficialmente sobre a crise” (MST)

Texto p. 03

Título: Contra a corrupção e a política econômica- Milhares de integrantes de movimentos sociais unem suas forças em protesto na capital federal

“Olé, olé, olá, a direita quer voltar; é golpe é golpe, por isso eu vou lutar”.

“As reivindicações feitas são as mesmas da “Carta ao Povo Brasileiro”, entregue em junho ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ato da CMS foi o momento em que o povo brasileiro começou a debater e a se pronunciar oficialmente sobre a crise, colocando suas propostas concretas” (MST).

“Apesar de o ato representar a volta dos caras-pintadas, os manifestantes não defendem a saída de Lula do poder porque isso poderia abrir espaço para a volta da elite conservadora. Temos de desmascarar a direita brasileira que está se colocando como a porta-voz da ética na política”.(UNE)

“Não viemos a Brasília para ser contra ou a favor do impeachment do presidente porque essa não é uma pauta dos movimentos sociais, mas sim da imprensa e da elite brasileira.” (MST)

“ Além da punição aos corruptos, os movimentos reivindicam financiamento público e exclusivo de campanhas eleitorais para evitar esquemas de corrupção como caixa dois e compra de mandatos.” (BdF)

“Precisamos de investimentos nas áreas sociais e na infra-estrutura, fortalecer o poder de compra dos salários, gerar emprego, renda, redistribuir riqueza, e isso se faz com apoio à produção, enfrentando a especulação.” (CUT)

6º Recorte: **Ruim com Lula, pior sem ele?** (n.130, 25-31 de agosto de 2005, p.03)

Na prática, os discursos diferenciam-se em um aspecto: na manifestação do dia 16, predominou a concepção do “ruim sem Lula, pior sem ele”; no dia 17, o tom foi de “ruim com Lula, igual sem ele”. (BdF)

“E esse governo, embora não mude o programa neoliberal, em termos de política externa mantém uma postura independente.” Emir Sader

“O retorno da direita tradicional levará ao avanço da hegemonia estadunidense na América Latina. Portanto, como a esquerda não foi capaz de se unir e formar uma plataforma alternativa forte, sem Lula, o que fica, são os conservadores.” Emir Sader

“Não existe diferença entre o Governo do Partido dos Trabalhadores e a direita.” (PSTU)

“Do ponto de vista da classe trabalhadora, temos, de um lado, o PT e seus satélites – PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e PSB (Partido Socialista Brasileiro) -, que querem a reeleição de Lula para continuar aplicando a política econômica do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e do PFL (Partido da Frente Liberal). De outro lado, os tucanos e pefelistas disputam as eleições para aplicar a mesma política econômica do FMI.” (PSTU)

“Primeiro, é um evidente equívoco tentar desencadear uma campanha pela derrubada do presidente sem sustentação em fatos concretos. Não há nenhuma força política de esquerda propondo isso. Também seria uma insanidade a defesa absoluta do governo, ainda que comprovem-se as denúncias contra ele, nem há qualquer setor da esquerda propondo isso.” (Consulta Popular)

“ Essa é administração da ambigüidade.” (Chico Alencar)

“Ele (Lula) pôs um pé no barco da mudança e o outro no da manutenção da política macroeconômica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso”. (PCdoB-SP)

“Com isso, foi sendo construído um governo contraditório, capaz de quadruplicar as verbas para a agricultura familiar e não cumprir as metas de reforma agrária a que se propôs.” (BdF)

Título de matéria secundária (1)- **Importantes lições da crise**

“ A derrota e a frustração com ao experiência do governo Lula é a derrota de um caminho centrado na luta eleitoral institucional. Por mais dolorosa que seja esta crise da esquerda, por mais que isso nos atinja no ânimo e na disposição, por mais que a classe dominante não ofereça alternativa para o povo brasileiro, os elementos que empurram o povo para uma luta não irão ser abalados.” (Consulta Popular)

“ O duro aprendizado é que, sem mobilização social, mesmo um governo eleito pela ânsia de mudança de 53 milhões de brasileiros fica prisioneiro da lógica do caminho único da economia e da governabilidade rebaixada. Não podemos criar a ilusão de que, porque um Silva está lá, a vida dos milhões de Silvas do país vai melhorar automaticamente.”(Chico Alencar,PT-RJ)

“Nem Lula, nem PT, nem PFL, nem PSDB tem autoridade moral para falar contra a corrupção.”
(PSTU)

“O principal problema brasileiro é social, e é o social que não se realiza por causa da política econômica.” (Emir Sader)

Título de matéria secundária (2) – **Esquerda também não deseja impeachment**

“Não há saída para os trabalhadores por dentro da institucionalidade da democracia burguesa. Por isso, somos contra o impeachment e contra antecipar as eleições- que promoveriam uma outra fraude, uma vez que a eleição, em nosso país, é controlada pelo poder econômico.” (PSTU)

“Gostando ou não, a figura de Lula representa o centro da tática da esquerda nos últimos 20 a 30 anos. O desgaste de Lula e do PT atinge toda a esquerda, inclusive a não petista, ou não vinculada ao PT, ou até a que se opõe ao PT. Nisso, a mídia aproveita a situação para desqualificar a esquerda como um todo.”(Consulta Popular)

7º Recorte: Mobilizar o povo é a melhor saída (n.133,15-21 de setembro de 2005, p.06)

Subtítulo: Para movimentos sociais, é preciso aproveitar a chance de reascender a luta das massas.

“Acreditamos que está começando a ocorrer um reascenso da luta de massas; só assim a situação vai mudar. Mas a virada não acontece por acaso. É preciso pôr fermento nessa massa, e os movimentos são esse fermento.”(Movimento dos Pequenos Agricultores- MAP).

“ ... quem acredita em um projeto de transformação da sociedade precisa entender que agora, mais do que nunca, devemos juntar as forças e estimular todas as formas de luta para mudar a correlação de forças na sociedade.” (Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB)

“Mudando essa correlação, o presidente teria força para fazer as mudanças. Se houver pressão social, Lula ou qualquer outro governo pode ser forçado a realizar transformações sociais”.(MPA)

Intertítulo: **GRITO DOS EXCLUÍDOS**

“Brasil, em nossas mãos a mudança”. Lema do 11º Grito dos Excluídos, realizado no dia 7 de setembro de 2005.

“O ato reuniu em todo o País, segundo os organizadores, mais de 200 mil pessoas, que exigiram o fim da corrupção, democracia direta, ética na política e fim da exclusão social, principalmente por meio da alteração do modelo econômico.” BdF

“É um momento de dificuldades, de crise, de esfacelamento das esquerdas. Obviamente temos que tentar sempre, essa é a tarefa principal do movimento social.” (MST)

“Diante da crise de representatividade que ficou ainda mais evidente nos últimos meses, a mobilização popular é cada vez mais necessária: há um único caminho, o povo na rua.” (MAB)

“Não se pode reduzir este momento a uma crise moral. Ela é reflexo, além de uma crise social, de uma crise política muito profunda, pois o sistema representativo brasileiro está falido. Criou um fosso entre os representantes e os representados, o que significa uma desmoralização do voto.” (Via Campesina)

“ O poder de fato está no povo consciente, organizado, mobilizado que participa. Mas é preciso um esforço tremendo dos movimentos sociais nesse sentido. Um dos desafios dos movimentos é construir um projeto para o país. Não é uma tarefa de um dia para o outro. Tem que ser um trabalho permanente.” (MAB)

4.2.2 A Análise

Início esta análise observando os recortes feitos nos textos selecionados, publicados no Jornal Brasil de Fato, jornal cuja linha editorial se afina com as lutas dos movimentos populares, sindicais, de esquerda, tendo estes representantes em seu conselho editorial e, por isso, foi escolhido para ser o lugar de onde partiria minhas primeiras observações de como os movimentos sociais se colocaram com relação à crise política enfrentada pelo PT, em 2005, após denúncias de corrupção, que desmistificava o PT como partido da ética na política e, ao observar este acontecimento, compreender se houve ou não uma desarticulação dos Movimentos Sociais com o Partido dos Trabalhadores, analisando como este acontecimento se apresenta discursivamente, se discursiviza.

Enquanto procedia aos recortes acima, observei que a materialidade discursiva que eu tomava para análise estaria sendo afetada também por aquele lugar, o jornal. Pensei em como trabalhar o sujeito ou os sujeitos dos discursos que se apresentavam, quando as “vozes” que ali falavam haviam sido editadas, recortadas, ordenadas, escolhidas, moldadas, fragmentadas, por um outro sujeito: a imprensa.

Ao se produzir um texto jornalístico, o redator/repórter é orientado por sua editoria a proceder a recortes, a angulações, a escolha de que parte da fala do entrevistado será transcrita, em qual ordem serão apresentadas no texto. Todos esses e outros procedimentos (bem como a escolha da página, o lugar da foto) são feitos seguindo a política editorial daquele veículo de comunicação. O resultado é um texto, pretensamente claro, objetivo e que, seguindo os preceitos da ética jornalística, apresenta a fala de todos os envolvidos no fato. Bem, estes procedimentos garantem a suposta transparência da imprensa e a pressuposição de que isso afirma sua isenção ou imparcialidade diante dos fatos, e em consequência sua credibilidade junto ao leitor.

Entretanto, ao nos propor a compreender como um texto jornalístico produz sentidos, utilizando os dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso, uma

questão me chamou a atenção. Se o texto jornalístico é um lugar em que se “explicita” o dizer ou os dizeres de outros, mas que esses dizeres sofrem a interferência de um outro sujeito (a do editor, do repórter, ou de ambos), quando escolhem qual fala será publicada, qual trecho será descartado, qual se privilegiará, esse procedimento de edição interfere na própria fala daquele sujeito, pois ao se dizer o que o outro quis dizer já está interpretando de acordo com suas orientações ideológicas, da sua posição sujeito. Assim, editar já é significar de uma maneira e não outra. O que é chamado de objetividade, de transparência é lugar de produção de sentidos que se representam como fora de questão, porque “imparciais”.

Neste sentido, penso que estou fazendo recortes de textos que já foram antes recortados, e por isso destaquei em cada fala, seus respectivos autores, de forma a deixar claro em que partes é a posição-sujeito do Jornal e em quais é a dos Movimentos Sociais.

Nos recortes apresentados mais acima, novamente as palavras e expressões reclamavam sentidos outros (por isso procedi aos grifos). Olhava para elas e os seus dizeres iam se abrindo para outros dizeres, assim *como todo discurso se estabelece sobre um discurso anterior e aponta para o outro*. Segundo Orlandi (2001) um discurso não tem origem em si mesmo, ele não é fechado, o que existe é um processo discursivo do qual se pode recortar e analisar “estados” diferentes.

Observei que embora meus recortes fossem em um mesmo Jornal, e os textos publicados em datas diferentes, eles se remetiam às mesmas condições de produção em que uma crise política da esquerda, que ameaçava conquistas populares, sindicais, de movimentos sociais ligados a vários grupos como os sem-terras, os atingidos por barragens, a liga campestre, a comissão pastoral da terra, assombrava pela possível volta da “elite” ao poder e ao mesmo tempo impulsionava os movimentos sociais e a esquerda para uma resistência. Isso sendo observado na transparência do discurso.

Mas não era só isso. O PT estava no centro das discussões e sua conduta ética era questionada. Aquele que foi criado e identificado como o partido da ética na política tinha perdido a sua razão de ser, para representar o povo no poder?

Outras questões apresentam-se neste outro lugar, em que a posição sujeito Partido dos Trabalhadores, coloca-se como Governo e os Movimentos Sociais colocam-se também em outra posição, não mais como “fundadores/criadores” de um Partido, mas agora como sujeitos representantes da luta de classes, que querem ser ouvidos e que seu projeto de reformas democráticas populares seja feito e executado pelo Governo. Logo penso: Os Movimentos Sociais estão se colocando agora na posição de porta-voz? No sentido em que apresentamos no capítulo anterior, partindo das reflexões de Michael Pêcheux, em que *o porta voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, e ao mesmo tempo ao olhar de quem ele representa*, aqui o efeito é outro: os movimentos sociais não estão apropriando-se da posição de porta voz, antes dada ao PT. Neste outro efeito de sentido, os movimentos sociais se colocam como sujeito, em que é identificado pelas vozes, em que, unissonante, falam o povo, os trabalhadores, as organizações que representam a sociedade civil organizada¹⁵. Falam diretamente ao poder que é representado pelo próprio PT, agora em outra posição sujeito, a de governo.

Feitas essas considerações, passo à análise dos trechos que destaquei em meus recortes.

No primeiro recorte - “Uma crise a serviço da elite” e que tem como subtítulo, “A situação política do Brasil”- apresento uma sequência de enunciados que, a meu ver, está produzindo efeitos de sentido.

“O povo votou em Lula para mudar a política econômica.”

“O governo priorizou suas articulações, para buscar **a governabilidade...**”

“Esqueceu-se de construir uma sólida **base de apoio popular**”

“Tentou agradar o mercado financeiro...”

¹⁵ Pensando a sociedade civil, segundo Scherer-Warren (*apud* Mendonça,2006), a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

“Ao privilegiar as negociações de cúpula se **afastou dos movimentos sociais e de suas decisões.**”

“**A crise serve para impor uma derrota política e ideológica a toda esquerda brasileira.**”

[a elite] “**Quer** criar condições para a criminalização dos movimentos sociais, **evitando um processo de reascenso do movimento de massas**, como vem ocorrendo em países vizinhos.”

Tomando esses enunciados na sequência em que foram apresentados, temos uma outra formulação:

[O povo votou em Lula, o governo priorizou a governabilidade e esqueceu-se da base de apoio popular, tentou agradar o mercado, afastou-se dos movimentos sociais e de suas decisões, [o que resultou na] a crise [política que] serve para impor uma derrota a toda esquerda brasileira, [pois a elite] quer evitar o processo de reascenso do movimento de massas.]

Estas sequências, agora reformuladas em uma unidade de texto, portanto tendo o efeito de uma textualização, nos faz pensar em outros sentidos possíveis, diferentes daqueles apresentados na transparência, observando a opacidade do discurso, do não dito, do que desliza, daquilo que não aparece mas esta sendo significado pelos sujeitos deste discurso, afetados pela ideologia .

Neste discurso, Lula é o primeiro a ser destacado e separado do governo [o povo votou em Lula e o governo priorizou a governabilidade]. Foi o governo e não Lula que se esqueceu de apoiar e afastou-se dos movimentos sociais? Estamos falando então que este discurso está funcionando como um defensor [famosa blindagem do governante face ao povo] de Lula, já abrindo espaço para justificar que ele não sabia da corrupção, que acontecia em seu Partido, e que gerou uma crise política; em que a ética na política ficou mais uma vez desacreditada?[a ética em si e não o governante e seu partido].

O povo não votou no PT votou em Lula, que ao governar priorizou as demandas do mercado e não das grandes transformações políticas, sociais e

econômicas. Ao priorizar algo, se esquece ou se exclui? Dizer que se esqueceu é dizer também que pode se voltar a lembrar, este algo está ainda ali presente, mas suspenso. Ao dizer excluir, podemos pensar que algo está sendo apagado, deixado de lado, por que não é importante.

Para os Movimentos Sociais é melhor pensar que foram esquecidos e para ser lembrados é necessário o reascenso das massas. “O povo unido [nas ruas] jamais será vencido” [ecos de 68]. Neste primeiro recorte, também aparecem outras justificativas para está “crise a serviço da elite”, em que os Movimentos Sociais assumem parte desta “culpa” por este “esquecimento” do Governo, quando dizem “...**hoje**, (...) as **forças sociais** não conseguem mobilizar o **povo**, pois estamos vivendo um contexto de **descenso** do movimento de massas(...)”, o que poderia se dizer de outra forma, em uma sua paráfrase: [*os movimentos sociais também enfrentam uma crise, pois não conseguem movimentar as massas*].

O sentido de povo está sendo deslizado para o sentido de massa e mais ainda, no recorte esse deslizamento caminha para sociedade, quando apresentam a seguinte formulação: “Debater com a **sociedade** a necessidade de um novo projeto de desenvolvimento nacional, que reoriente a economia para resolver os **problemas do povo** (...). Por que não debater com o povo? Ou com as massas? Se formos pensar na sociedade como nos sugere Ribeiro(2000, p.21) “o social diz respeito ao carente; a sociedade, ao eficiente”, e mais, que entre o social - que neste sentido estamos nos referindo ao povo, como massa, digo diferentes grupos unidos aparentemente por um mesmo objetivo - e na sociedade se trava uma luta “sem tréguas”, uma luta de classes. Poderíamos então dizer que o Governo ao dialogar com a sociedade e não com o povo, estaria dialogando com o mercado? No sentido de que a sociedade estaria representando os interesses econômicos de uma elite, a qual é imputada a ela, nesse discurso, a origem da corrupção como no enunciado que destaquei neste recorte: “(...) a corrupção é o método clássico das elites governarem.”

Mas este discurso refere-se a que situação política do Brasil? A situação de corrupção, ao esquecimento do Governo, ao descenso das massas? Ou ele tenta dar outro sentido a essas questões colocando não mais o PT como sujeito da corrupção, mas dizendo que “a crise” (por que não dizer a corrupção) é obra mesmo da elite. E

que não é mais o discurso da ética na política que conta, mas o discurso de que se tem que dialogar com a sociedade, é ela que definirá “um novo projeto de desenvolvimento nacional”.

Nesta trama que se vai construindo pelos fios dos sentidos, percebo o interdiscurso funcionando, quando ao mobilizar sentidos para **desenvolvimento nacional**, a questão de Nação me parece forte [desenvolvimento da nação] e junto a ela trago uma outra formulação, esta vinda do primeiro capítulo, em que ao analisar o PT como partido da ética na política, o enunciado “Nação que é povo”, retorna sob um efeito de preconstituído.

Desenvolvimento nacional

Desenvolvimento da nação

Desenvolvimento do povo

Da nação que é povo

Ao propor que o Governo dialogue com a sociedade e defina um novo projeto de desenvolvimento nacional [desenvolvimento da nação/ do povo/ da massa], os Movimentos Sociais estariam reconhecendo a não possibilidade do povo de defender seus interesses, precisando assim de um interlocutor, que os represente em negociações com a sociedade [com o mercado], entretanto este Governo deve ter como porta voz aquele em que o povo votou: Lula.

A **participação** do povo é substituída por uma **representatividade**: Lula. Jogo do equívoco participação/representação produzido pelo porta voz. Governabilidade teria o sentido de aliar-se à direita para continuar no poder, e os movimentos sociais não poderiam fazer parte deste jogo duplo, pois comprometeria a sua posição na luta de classes. O Partido da Ética na política, não poderia mais representá-los, pois estaria corrompido, restando para tanto o grande representante do povo, o presidente Lula, que transitava muito bem nos ambientes de negociações.

Neste recorte a elite aparece como criadora daquela crise, com o objetivo de criminalizar os movimentos sociais (lembrando aqui as teorias comportamentalistas e funcionalistas norte-americanas que analisam de forma negativa os movimentos sociais), uma vez que eles criaram o PT, e o colocaram no poder. No poder os movimentos perderam força e no momento de crise eles querem reascender, mas a elite quer impedi-los.

Na trama que constitui os sentidos, observamos o discurso dos Movimentos Sociais responsabilizando a elite por uma crise política em que colocava na berlinda o Partido da Ética na Política, o PT. Mas isso não poderia ser uma forma de desviar as atenções da figura de Lula, e colocá-lo em uma outra posição? Para preservar sua imagem, uma vez que o período eleitoral estava próximo?

No **segundo recorte** trago novamente esta questão de uma possível “blindagem” de Lula, apresentando os seguintes trechos:

“governo Lula sofre para se defender de acusações de corrupção feitas por político sem credibilidade”

“... uma das razões do imbrólio atual é o fato de a política ter sido colonizada pela economia.”

“a cúpula do PT assumiu uma postura de administrar o governo sem contar com a base do partido.”

Lula é apresentado como vítima por que “sofre para se defender” e quem faz as acusações de corrupção é “político sem credibilidade”, alguém que não deve ser ouvido, pois [Lula tem credibilidade].

Outro ponto apresentado para defender Lula é a justificativa para a crise, de que suas razões advêm da “política ter sido colonizada pela economia”, em outras palavras a ética (política) ter sido suplantada pela não-ética (a economia). O mercado, sendo significado pela economia domina o espaço da política, que seria o espaço em que se significaria a ética.

E em outro recorte, apresenta-se “a cúpula do PT” administrando o governo. Em outras palavras, Lula era administrado por aquela cúpula, então, novamente estava garantindo-se que ele “realmente” não poderia saber da corrupção que seus administradores cometiam.

No **terceiro recorte**, observo, pelos trechos destacados, que não se fala em ética na política, não se fala em corrupção, parece que há uma tentativa de se apagar o discurso da ética na política, uma vez que ele não estaria funcionando como mobilizador das massas. O discurso agora cobra, cobra mudanças principalmente, na política econômica:

“Nas ruas movimentos cobram mudanças”

“...mudanças na política econômica”

Os movimentos sociais exibem faixas com os seguintes dizeres:

“**Globalizemos a luta**”

“Globalizemos a esperança”

“A favor do povo brasileiro e da **soberania nacional**”

Estes três últimos enunciados me chamaram forte a atenção, pois me pareceu diferente as palavras globalizemos, soberania nacional, apresentadas no discurso dos movimentos sociais, ao que questionei: que sentidos possíveis estariam se inscrevendo ali naqueles dizeres? A quem estaria sendo direcionado este discurso? O que eles queriam significar? Que filiações de sentido estariam ali produzindo seus efeitos?

Trazendo ainda outros enunciados deste mesmo recorte observo a fala dos movimentos sociais dizendo:

“Está na hora de o povo ir para a rua e puxar o governo para a esquerda.”

“ que o governo rompa com os acordos feitos com os organismos internacionais...”

“...e possa fazer uma política econômica mais soberana”

“O Brasil não está vivendo uma crise de natureza ética mas uma crise política, econômica e social”

Novamente o retorno do econômico sobre o político, pois a crise não é de natureza ética, é de natureza política, econômica e social e que se resolverá conquistando a soberania nacional, através do rompimento com os organismos internacionais. Poder-se-ia pensar, então, que soberania nacional estaria significando que a Nação só é soberana quando não admite acordos, relações com outras nações? Como pensar então, em globalizar a luta, a esperança, sem extrapolar os limites de uma nação? Sem se relacionar com outros povos? Mas a questão aqui também não poderia ser em relação a um organismo internacional específico? O FMI ou a OMC?

Em “Globalizemos a luta”, “Globalizemos a esperança” o verbo apresenta-se no modo imperativo, que em termos gramaticais se refere a um ato em que se exige do agente a ação. No contexto em que se localizam as faixas com esses dizeres, os Movimentos Sociais estão nas ruas, as massas estão articuladas e tomando para si esta ação de globalizar. Pensando que o sujeito só tem acesso a parte do que diz e que ele é materialmente dividido, “ele é sujeito de e é sujeito à” (ORLANDI,2010,p.49), ao dizer “globalizemos” este sujeito estaria se inscrevendo em outra formação discursiva, ao discurso capitalista, neoliberal, do mercado, ou também estaríamos diante do equívoco apresentando-se ambíguo, duvidoso, incerto, um discurso de resistência ao discurso capitalista.

Outro enunciado, também apresentado no mesmo contexto e em faixas, “ A favor do povo brasileiro e da soberania nacional” completa-se no texto jornalístico em que destaco o seguinte enunciado: “que o governo possa fazer uma política econômica **mais** soberana”. Então seria necessário globalizar a luta, a esperança, em favor do povo brasileiro e da soberania nacional para que o governo possa fazer uma política econômica mais soberana? A nação deveria ter mais autoridade para realizar seus acordos de integração entre os mercados produtores e consumidores. Os Movimentos Sociais estariam dispostos a ceder às pressões da política econômica, neste contexto de globalização, para continuar mantendo seu diálogo com o Governo, uma vez que este praticasse uma política econômica mais soberana.

No **quarto recorte**, trago trechos de uma matéria secundária, mas que me chamou a atenção pelo aparecimento de um outro movimento, o dos economistas, que se pronunciavam através de um Manifesto intitulado “A crise da República”, e que fora publicado na íntegra em outra edição do mesmo Jornal.

Os dizeres que destaquei me chamaram a atenção por novamente aparecer a soberania nacional, agora como sendo necessária resgatá-la.

“A Nova República (...) sucumbiu diante dos interesses das classes dominantes no país, e morreu.”

“A crise atual (...) somente pode ser resolvida se os pilares do acordo que sustentou a transição da ditadura para a democracia (...) forem substituídos por um programa que atenda às **demandas mais sentidas da população e resgatem a soberania nacional e popular** que toda República digna deste nome deve possuir.”

“ A Nova República morreu”

“(...) se os pilares (...) forem substituídos por um programa que atenda às **demandas mais sentidas da população e resgatem a soberania nacional e popular** (...)”

Soou forte para mim a afirmativa de que a Nova República morreu, e pensei nos sentidos que esta morte poderia estar se significando naquele discurso. A Nova República nasce de um processo de redemocratização em que saímos de uma ditadura militar para um estado democrático de direito. O sujeito desse discurso é representado por um movimento de economistas que se filiam a outros movimentos sociais, entre eles o MST. Ao dizer que a Nova República morreu, poderíamos dizer que o que ficou foi a velha República?

Quando se diz de um programa que “resgate” a soberania nacional e popular pelo interdiscurso poderíamos pensar que aqui se inscreve a ideologia positivista, que fortalecida no Brasil por Benjamin Constant, em meados do século XIX, trazia por ele a “soberania popular”, considerando a vontade geral superior à vontade

individual do monarca, “contudo repudiava a autoridade absoluta e ilimitada do povo” (RIBEIRO JR. p.55).

Com a sua morte, o que deveria nascer para ocupar seu lugar? Seria algo construído sob pilares que atenderiam às necessidades “mais sentidas”, as mais urgentes, da população e também que “resgatasse” não só a soberania nacional, mas a soberania popular. Quando penso na forma verbal “resgatem”, que se constrói no presente do subjuntivo, um tempo que pode indicar entre outros sentidos os de dúvida, de incerteza, de desejo por algo que possa acontecer no presente ou no futuro, algo que possa ser recuperado, algo que estava aprisionado e poderá ser resgatado, e passo a pensar a soberania nacional e a soberania popular como algo a ter que ser resgatado, isto estaria significando que, na oposição das palavras, nação e povo estariam presos, reféns. Mas de quem? De organismos internacionais como a OMC, o capital financeiro, o FMI? Novamente aqui se apresenta o poder político subordinado ao poder do grande capital. E poderíamos pensar também: em que sentidos outros soberania nacional e sabedoria popular podem ser pensados contrapondo a mundo globalizado?

Além disso, ao apresentar no discurso “Soberania nacional e popular” o conectivo **e** também nos chama atenção. Ele une dois termos com uma conjunção coordenativa, um conector, cuja missão é reunir unidades independentes, mas que têm o mesmo valor funcional. O “e” está unindo dois adjetivos que qualificam, caracterizam, um mesmo substantivo, soberania. Ou também a deixando implícita, ao não repeti-la. De outra forma, utilizando da paráfrase poderíamos também dizer:

Soberania nacional e soberania popular

Ou ainda:

Autoridade da Nação e autoridade do povo

Nação e povo apresentam-se então como autoridades independentes, mas necessárias à República, que segundo o positivismo dogmático, ela deve concentrar o poder nas mãos de um só homem, do presidente, que deve indicar seu sucessor “para dar continuidade e consistência à República, defendendo-a dos aristocratas e burgueses” (Ribeiro Jr., ,p.62). Mas esta forma de pensar a República poderia ser

pensada também por outra via do positivismo, o evolucionismo liberal que se prestava melhor ao ideal de democracia.

Destarte, nesse discurso, república estaria deslizando para democracia e democracia sendo constituída sobre dois pilares, sobre duas autoridades independentes, mas iguais, a da Nação e a do povo.

No **quinto recorte**, a aproximação dos Movimentos Sociais com a figura de Lula apresenta-se novamente. Um retorno ao discurso contra a corrupção, a favor de mudanças na política econômica, querendo mostrar o reascenso dos movimentos de massas.

As eleições se aproximam. Estamos em agosto de 2005, a menos de um ano para iniciar novamente as campanhas eleitorais, e os protestos em Brasília querem mudanças na economia e na política. Agora, ou novamente, com Lula no poder.

“Com Lula”

“Contra a corrupção”

“Contra a desestabilização e a corrupção”

“Mudanças na política econômica!”

“Reforma política democrática, já!”

O grito de guerra destes protestos foi relatado na íntegra pelo Jornal Brasil de Fato:

“Olé, olé, olá, a direita quer voltar; é golpe é golpe, por isso eu vou lutar”

Ao ler este trecho imediatamente a memória dos dizeres faz-se presente:

“Olê, olê, olê, olá Lula, Lula...”

Entretanto, a forma escrita se difere; é “olé” e não olê, como figurou no cenário das campanhas presidenciais do PT. Aqui, este “olé” nos remete ao grito da plateia de uma tourada em que este grito não é de “guerra”, mas de apoio ao toureiro, que em nosso caso podemos dizer que é dito em apoio ao governo Lula, ameaçado pela “elite”.

Em outro: “Reforma política democrática, já!

Penso em “Diretas já”.

Aqui observo um movimento de sentidos, em que a memória desses dizeres faz-nos retornar a um momento da história brasileira em que havia uma efervescência das massas, o que para os movimentos sociais seria dito como reascenso das massas. Foram momentos diferentes, mas que mobilizaram uma grande presença do povo nas ruas, pronunciando-se sobre os seus desejos de democracia (Diretas já), e em outro pelos grupos da esquerda (Olê, olê, olá Lula, Lula).

Neste ambiente de efervescência ideológico, de união das forças populares, “o povo brasileiro começou a debater e a se pronunciar oficialmente sobre a crise, colocando suas propostas concretas”.

“os manifestantes não defendem a saída de Lula do poder(...)”

“Temos de desmascarar a direita brasileira que está se colocando como a porta-voz da ética na política”.

O (...) “impeachment do presidente não é uma pauta dos movimentos sociais, mas sim da imprensa e da elite brasileira.”

“ Além da punição aos corruptos, os movimentos reivindicam financiamento público e exclusivo de campanhas eleitorais para evitar esquemas de corrupção como caixa dois e compra de mandatos.”

“(...) precisamos fortalecer o poder de compra dos salários (...) e isso se faz com apoio à produção, enfrentando a especulação.”

Destes recortes, destaquei ainda, outros pontos que me chamaram a atenção como “povo brasileiro”. Que efeitos de sentidos estariam se inscrevendo em “povo brasileiro”? O povo brasileiro poderia ser aqueles que sofrem com as políticas econômicas? Os pobres, os marginalizados, os “explorados”, “as massas populares”, “a maioria da sociedade”, “os trabalhadores”, “a nação que é povo”¹⁶?

Diferente da nação e do povo como autoridades independentes e de igual valor, a nação que é povo traz algo diferente: nação e povo como algo que se integram, que se inserem um no outro, que não são independentes. Diferente do que se apresenta no recorte anterior em que, no Manifesto dos economistas, nação e povo aparecem como soberanias, independentes.

Ao trazer, pelo interdiscurso, novamente o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, observo a questão da ética na política presente, ao se reclamar que a direita quer “usurpar” do PT a posição de porta voz da ética na política. Ameaçados pela volta da direita no poder, os Movimentos Sociais vão novamente às ruas, que é seu lugar de identificação, para posicionar-se ao lado de Lula, contra um possível *impeachment*. Representando as lutas de classes e não as lutas sociais, os Movimentos Sociais responsabilizam novamente a elite e a imprensa pela tentativa de derrubar o governo Lula: “o impeachment é uma pauta da imprensa e da elite brasileira”.

No 6º recorte cujo título: “**Ruim com Lula, pior sem ele?**”, as questões do *impeachment* do presidente Lula e da administração do governo petista continuam sendo discutidas por diversos representantes de partidos de esquerda, dos movimentos sociais, bem como sociólogos e economistas que analisam a crise enfrentada pelo governo petista.

Agora as críticas não são unânimes na defesa, elas oscilam. Partem em defesa do governo, ressaltando a importância de Lula, no processo de defesa da soberania do país, mesmo demonstrando sua insatisfação com o governo petista. E

¹⁶ Estes recortes, destacados entre aspas, já foram vistos no Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, em capítulo anterior.

chegam na questão da caracterização do governo em contraditório. A figura de Lula está novamente sendo desvinculada das ações de governo e de partido, que não são aprovadas pelos movimentos sociais.

“E esse governo, embora não mude o programa neoliberal, em termos de política externa mantém uma postura independente.”

“sem Lula, o que fica, são os conservadores”

“Não existe diferença entre o Governo do Partido dos Trabalhadores e a direita.”

“Do ponto de vista da classe trabalhadora, temos, de um lado, **o PT e seus satélites** – PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e PSB (Partido Socialista Brasileiro) -, **que querem a reeleição de Lula para continuar aplicando a política econômica do PSDB** (Partido da Social Democracia Brasileira) e do PFL (Partido da Frente Liberal). De outro lado, **os tucanos e pefelistas disputam as eleições para aplicar a mesma política econômica do FMI.**”

“é um evidente equívoco tentar desencadear uma campanha pela derrubada do presidente sem sustentação em fatos concretos. Não há nenhuma força política de esquerda propondo isso. Também **seria uma insanidade a defesa absoluta do governo...**”

“Essa é a administração da ambigüidade.”

“Ele (Lula) pôs um pé no barco da mudança e o outro no da manutenção da política macroeconômica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso”.

“Com isso, foi sendo construído **um governo contraditório**, capaz de quadruplicar as verbas para a agricultura familiar e não cumprir as metas de reforma agrária a que se propôs.”

Governo contraditório, administração ambígua, a dúvida, a incerteza, a falta de clareza. Não existe diferença entre o Governo do Partido dos Trabalhadores e o governo da direita. Para os movimentos sociais seria um “equívoco” a derrubada de

Lula sem fatos concretos, e também seria uma insanidade a defesa absoluta do governo.

Retomando ao enunciado exposto no título deste recorte “**Ruim com Lula, pior sem ele?**” observamos que, embora o governo seja apresentado como contraditório, por suas ações se aproximarem das mesmas praticadas pela direita, o seguinte recorte nos faz pensar novamente na conservação do nome de Lula na presidência da República: “**sem Lula, o que fica, são os conservadores**” . E em se falando de contradição, penso ela, aqui, enquanto uma das manifestações do equívoco. Como nos apresenta M. Pêcheux (1988), o equívoco faz parte da língua e representa uma marca de resistência e uma diferenciação que afeta a regularidade do sistema da língua, mostrando que todo o enunciado pode sempre tornar-se outro, uma vez que seu sentido pode ser muitos, mas não qualquer um.

Sendo assim, ao se indagar: “Ruim com Lula, pior sem ele?” o discurso busca levantar as contradições existentes no governo petista, e responde a questão dizendo: “sem Lula, o que fica, são os conservadores”. Pior seria a volta da direita (os conservadores) que ter um governo cuja administração é ambígua, que oscila na incerteza de ser pautada nos interesses de esquerda ou de direita. E esta incerteza também afeta os movimentos sociais, os partidos de esquerda, que, no entanto, não abrem mão de uma reeleição de Lula.

Ao proceder recortes também em uma matéria secundária, que em linguagem jornalística, complementar a matéria principal, trago o que os movimentos sociais consideram como “**importantes lições da crise**”:

“ A derrota e a frustração com a experiência **do governo Lula** é a derrota de um **caminho centrado na luta eleitoral institucional**.

“ O duro aprendizado é que, sem mobilização social, **mesmo um governo eleito pela ânsia de mudança** de 53 milhões de **brasileiros fica prisioneiro da lógica do caminho único da economia e da governabilidade rebaixada**. Não podemos criar a ilusão de que, **porque um Silva está lá, a vida dos milhões de Silvas do país vai melhorar automaticamente.**”

“Nem Lula, nem PT, nem PFL, nem PSDB tem autoridade moral para falar contra a corrupção.” (PSTU)

“O principal problema brasileiro é social, e é **o social que não se realiza por causa da política econômica.**”

Nessas “importantes lições da crise”, os movimentos sociais mostram-se insatisfeitos com o governo, que agora aparece unido à imagem de Lula (do governo Lula) e se dizem derrotados pelo caminho adotado “centrado na luta eleitoral institucional”. Após investir sua força mobilizadora das massas em torno de um candidato, ao apoiar para presidente da República um “Silva”, os movimentos sociais que acreditaram na possibilidade das transformações sociais, políticas e econômicas entendem que é uma ilusão pensar que só “**porque um Silva está lá, a vida dos milhões de Silvas do país vai melhorar automaticamente**”. Aqui, pela evidência, percebe-se que “um Silva” refere-se ao presidente Lula, que tem o sobrenome Silva e também a experiência de pobreza, de trabalho e de luta de tantos outros milhões, que viveram e vivem nas mesmas condições sociais. Entretanto, pela paráfrase poderíamos ter outra construção:

[não é] porque o PT está no governo, a vida dos milhões de brasileiros vai melhorar (...)

Ou ainda poderíamos dar outros sentidos, pela paráfrase, para “**dos milhões de Silvas do país**” reformulando o enunciado:

[não é](...) porque **o PT** está no governo, a vida **do povo brasileiro** vai melhorar (...)

[não é] (...)porque **o PT** está no governo, a vida **de todos** vai melhorar.

Destaco outra marca neste enunciado que também me chama a atenção:

(...) vai **melhorar** automaticamente

Por que não utilizar de outras formas como: “transformar”, “mudar”? Formas verbais que se apresentam historicamente nos discursos dos movimentos sociais. “Melhorar” não traz o sentido que mobiliza as palavras “transformar”, “mudar”. Pensando nessa outra forma de se colocar, substituindo palavras fortes como

transformar e mudar, por melhorar, que nos remete a algo que não se resolve, que abranda, serena, fui buscar o lugar dessa falha, que parecia estar em outra formação discursiva.

Como os recortes foram feitos no Jornal Brasil de Fato e que várias vezes estavam presentes, observei que a autoria desse enunciado era de um representante do PT no Congresso Nacional (Chico Alencar), que atualmente está no PSol. Faz-se importante lembrar, que o contexto dessa publicação era de um descontentamento e de rupturas internas no PT e que este discurso já identificava o descrédito do governo petista junto as suas bases.

Entendo que “melhorar” apresenta-se como uma deriva e que como, marca ideológica, está indicando uma formação discursiva diferente, em que o governo de esquerda já não mais era identificado como tal. Por outro lado, o advérbio “automaticamente” caracterizando o lugar desta melhora, pode representar um argumento para justificar o “insucesso” do governo petista, que precisava de mais tempo para proceder às transformações. Lembrando também, que o contexto era de proximidades das eleições e em que a reeleição de Lula já estava sendo articulada.

Em sequência, trago outros recortes, que julguei importantes para mostrar, pela repetição, de que a questão presente nesses discursos era a defesa de uma posição de poder dentro do cenário de disputa eleitoral, que foram feitos em outra matéria secundária, localizada na mesma página da matéria principal, que tem como título: “Esquerda também não deseja impeachment”. Além deste, escolhi para essa análise outros dois recortes que se relacionam de forma forte ao título da matéria não só pelos dizeres, mas principalmente por quem os diz:

“Não há saída para os trabalhadores por dentro da institucionalidade da democracia burguesa.” (PSTU)

“Gostando ou não, a figura de Lula representa o centro da tática da esquerda nos últimos 20 a 30 anos. O desgaste de Lula e do PT atinge toda a esquerda, inclusive a não petista, ou não vinculada ao PT, ou até a que se opõe ao PT. Nisso, a mídia aproveita a situação para desqualificar a esquerda como um todo.”(Consulta Popular)

Destaco dos recortes, por meio de grifos, algumas marcas lexicais que possam apresentar também, assim como as demais apresentadas até aqui, uma regularidade no funcionamento do discurso:

“Esquerda também não deseja impeachment

“Não há saída para os trabalhadores por dentro da institucionalidade da democracia burguesa.” (PSTU)

“Gostando ou não, a figura de Lula representa o centro da tática da esquerda nos últimos 20 a 30 anos. O desgaste de Lula e do PT atinge toda a esquerda, inclusive a não petista, ou não vinculada ao PT, ou até a que se opõe ao PT. Nisso, a mídia aproveita a situação para desqualificar a esquerda como um todo.”(Consulta Popular)

E pergunto: quem não deseja o impeachment?

A “esquerda”: a petista, a não petista, a não vinculada ao PT, a que se opõe ao PT. Pela repetição, o PT é identificado, pela esquerda, agora como o responsável pela crise, que a desqualifica. “Toda a esquerda” diz respeito a não só aos partidos políticos, mas aos movimentos sociais.

A mídia, assim como a burguesia, é reconhecida novamente como aproveitadores desta crise para “desqualificar a esquerda”. Apesar do “desgaste de Lula e do PT”, ele, Lula, continua sendo o elo entre a esquerda e o poder. “Um mal necessário”.

Como destaquei as formulações: “a figura de Lula”, “o desgaste de Lula” me chamaram a atenção pela forma como se apresenta a preposição “de”. Do ponto de vista semântico, diz Bechara (2006, p.296-299) que o sistema preposicional do português está dividido em dois campos centrais: um com traços de dinamicidade e outro em que os traços de noções estáticas e dinâmicas são indiferentemente marcados, tanto em referência ao espaço quanto ao tempo. O que nos interessa são os traços de dinamicidade em que pertence a preposição. Outro aspecto importante observado é que a preposição de, além de pertencer ao campo de traços de

dinamicidade, apresenta um movimento de afastamento e, ainda, esta noção é de afastamento de “origem”.

Pensando neste sentido em que “de” apresenta-se como movimento de afastamento entre os substantivos (neste caso), podemos dizer que as formulações “a figura de Lula” e “o desgaste de Lula”, observados também em suas condições de produção, indicam um afastamento dos movimentos sociais e de “toda a esquerda” de Lula e do PT. Porém este Lula e este PT não são os mesmos sujeitos analisados no capítulo anterior. Eles já estão assujeitados a outras posições respectivamente: a de presidente e a de governo.

O sétimo recorte foi feito em uma matéria publicada em setembro de 2005, em que as condições de produção são as de mobilização como diz o título: “Mobilizar o povo é a melhor saída”, e tem como subtítulo outro enunciado que me pareceu forte: “Para movimentos sociais, é preciso aproveitar a chance de reascender a luta das massas”.

Como já foram apresentados os recortes no início deste capítulo, irei colocar em negrito, no espaço que se segue, as marcas “ideológicas lexicais que podem caracterizar formações discursivas distintas entre si” (ORLANDI, 2006, p.124):

“Acreditamos que está começando a ocorrer **um reascenso da luta de massas**; só assim a situação vai mudar.”(Movimento dos Pequenos Agricultores- MAP).

“ ... quem acredita em um projeto de **transformação da sociedade** precisa entender que **agora**, mais do que nunca, devemos juntar as forças e estimular todas as formas de luta para **mudar a correlação de forças na sociedade.**” (Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB)

“**Mudando essa correlação, o presidente** teria força para fazer as mudanças. **Se** houver pressão social, **Lula ou qualquer outro governo** pode ser forçado a realizar transformações sociais”.(MPA)

“**Brasil, em nossas mãos a mudança**”. (Lema do 11º Grito dos Excluídos, realizado no dia 7 de setembro de 2005).

“É um momento de dificuldades, de crise, de esfacelamento das esquerdas. Obviamente **temos que tentar sempre, essa é a tarefa principal do movimento social.**” (MST)

“**Diante da crise de representatividade** que ficou ainda mais evidente nos últimos meses, a mobilização popular é cada vez mais necessária: **há um único caminho, o povo na rua.**” (MAB)

“Não se pode reduzir este momento a uma crise moral. Ela é reflexo, além de uma crise social, de uma crise política muito profunda, pois o **sistema representativo brasileiro está falido**. Criou um fosso entre os representantes e os representados, o que significa uma desmoralização do voto.” (Via Campesina)

“ **O poder de fato está no povo consciente, organizado, mobilizado que participa**. Mas é preciso um esforço tremendo dos movimentos sociais nesse sentido. **Um dos desafios dos movimentos é construir um projeto para o país**. Não é uma tarefa de um dia para o outro. **Tem que ser um trabalho permanente.**” (MAB)

Os destaques apresentados mostram as relações que os interlocutores mantêm com a formação ideológica, e estas relações estão marcadas no e pelo funcionamento discursivo, entre o dito e o não dito, como nos diz Orlandi (2006, p.125), quando pensamos certas paráfrases “*podemos ver aí o mecanismo de diferenciação interna das formações discursivas*”. Apresento, em sequência, as marcas, agora deslocadas de seu texto, para analisá-las enquanto sequências argumentativas:

“(…) **um reascenso da luta de massas;**

“ **... um projeto de transformação da sociedade (...)**

(...) agora, (...) todas as formas de luta para mudar a correlação de forças na sociedade.”

“Mudando essa correlação, o presidente teria força para fazer as mudanças”.

“Se houver pressão social, Lula ou qualquer outro governo pode ser forçado a realizar transformações sociais”.

“Brasil, em nossas mãos a mudança”.

“É um momento de dificuldades, de crise, de esfacelamento das esquerdas.

“Diante da crise de representatividade (...): há um único caminho, o povo na rua.”

“Não se pode reduzir este momento a uma crise moral. (...), pois o sistema representativo brasileiro está falido.(...) significa uma desmoralização do voto.”

“ O poder de fato está no povo consciente, organizado, mobilizado que participa.”

“(...) Um dos desafios dos movimentos é construir um projeto para o país. (...) Tem que ser um trabalho permanente.”

Os enunciados acima, mostram pela evidência uma insatisfação dos movimentos sociais em relação ao governo petista, mas agora, Lula apresenta-se como governo e não é mais reverenciado como um representante da esquerda, mas colocado como semelhante a qualquer outro presidente.

Os Movimentos Sociais saem às ruas para dizer ao povo da necessidade de se organizarem, e que o voto (por que não a Democracia) não é mais a sua arma, como antes era defendido, nas “diretas já”. A crise agora não é reconhecida como crise da ética na política, mas como crise moral e que também é desqualificada, pois a crise é entendida como uma crise de representatividade.

O povo não mais se identifica com seus representantes e os Movimentos Sociais tomam pra si a responsabilidade de construir um projeto para o país. Mas um projeto permanente. Entenderam que não é porque um “Silva” está no poder o projeto de mudança de correlação de forças, e é este o projeto de transformação da sociedade, será realizado.

Destaco ainda esse enunciado, ao qual me atendo: “Brasil, em nossas mãos a mudança”, slogan apresentado pelo Grito dos Excluídos, confronta-se com “Brasil, um país de todos”, do governo federal, do governo do PT, do governo de Lula. E ele vem pela memória do dizer, pelo interdiscurso, constituir um lugar de luta: os Movimentos Sociais enfrentam, aqui discursivamente, o Governo petista. Entretanto, este é um efeito da evidência.

Colocando esses dois enunciados como uma possibilidade de paráfrases, trago Orlandi (2008, p19)¹⁷ que nos mostra a partir da análise de “Brasil, um país de todos” que (em resumo) apresenta que o efeito de pré-construído aqui seria “ O Brasil não é um país de todos”. O que ela explica:

“ Quando se significa por um efeito de sustentação que “ser um país de todos” é necessariamente parte do sentido de Brasil, nega-se o pré-construído de que o Brasil *não* é um Brasil de todos. O que fica mais claro se, ao invés de uma construção com aposto, tivéssemos uma asserção: “ O Brasil é um país de todos.”

Podemos observar pela semelhança na estrutura sintática dos dois enunciados que: “*Brasil, em nossas mãos a mudança*”, também poderia ser dito: [A mudança do Brasil não está em nossas mãos] ou ainda [Brasil, em nossas mãos *não* está a mudança]. Pensando nas condições de produção deste discurso, os movimentos sociais, mobilizando as massas, vão às ruas para mobilizar suas forças contra um governo, que não os representa. Mas, nesta mobilização, não se pode dizer “em nossas mãos não está a mudança”. Pensando nisso, observo o equívoco ao se afirmar está se negando. Se a mudança estivesse nas mãos do povo ele não precisaria ir às ruas e declarar isso.

O que não está sendo dito, mas diz, é que o tão almejado projeto de transformações sociais é um sonho, é um mobilizador de massas para impulsionar a própria manutenção do sistema capitalista neoliberal, pois ele se constitui e se

¹⁷ Esta análise foi apresentada no 2º Encontro de Estudos da Linguagem, realizado em setembro de 2008, na Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) e publicada com o título: Propaganda política e língua de Estado: Brasil, um país de todos.

fortalece é no conflito das massas (não mais do proletariado) com o poder, que é exercido por quem detém os “meios de produção”, que, agora, são outros, diferente da concepção marxista. Agora se apresenta como o mercado financeiro, os bancos, alimentando o sistema capitalista neoliberal.

E aqui eu deixo em aberto essa reflexão pensando no “Mercado” como o grande sujeito que movimenta essas massas, pois ele depende desse movimento para criar novos produtos, novas necessidades, para se fortalecer, e quando os movimentos sociais, constituídos pela ideologia marxista, vão às ruas, propõem mudanças neste sistema, eles estão cumprindo com seu papel histórico: o da resistência. E o efeito de desarticulação, objeto de minhas observações, entre os Movimentos Sociais e o Partido dos Trabalhadores é o efeito da ambigüidade das relações com o mercado, com o sistema neoliberal que eles mesmos criam e confundem essa mesma resistência, pela produção do equívoco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a questão do sentido da ética na política e suas ressonâncias na formação social, a partir de acontecimentos discursivos que nos remetiam à conjuntura de uma “crise” política que envolvia o Partido dos Trabalhadores- partido este identificado como partido da ética na política - levou-nos ao aprofundamento teórico do que seria Ética, como ela se significava em vários contextos histórico-sociais e qual poderia ser sua relação com a política.

Observamos que os sentidos da ética se dividem e vão entrando em conflito com os sentidos de política, enquanto instrumento de poder, chegando num ponto em que não há consenso, não há possibilidade de se entenderem, pois caminham em outros lugares. A ética ressoando seus sentidos na sociedade como uma “bolsa de valores” que direcionava as ações humanas na conduta do bem, da responsabilidade, do cumprimento das leis, do respeito ao próximo. Estando suas ações em conformidade com a natureza do agente e dos fins buscados por ele, mas esses fins pautados sempre nas leis do Estado e, pensando a influência da ética cristã, nas leis de Deus.

Enquanto a política se voltava para as questões de poder e visava os fins e as suas consequências, em que os meios para se conseguir seus objetivos poderia ser justificados e assim os “fins justificariam os meios”, esta afirmação era/é impensada pela ética.

Pensar então a ética na política, quer dizer, a ética “dentro” da política seria como misturar óleo em água. Consistências diferentes, materialidades conflitantes. Mas era necessário se criar a ilusão de poder articular estas duas, nos discursos dos movimentos sociais, da esquerda, do PT para mobilizar, “ascender” as massas e movimentá-las, conduzindo-as ao ideal de um projeto político em que o povo (massa, trabalhador, excluídos, pobres, pequenos empresários...) pudessem ter maior participação nas decisões, nas ações do governo. Era necessário criar um imaginário de que a política poderia ser o instrumento de realização da ética cristã,

aquela “reformulada” e praticada pelas CEBs, sob as diretrizes da Teologia da Libertação.

No entanto, não bastava um partido de esquerda que representasse esses anseios das massas, mas de um “messias”, tendo em vista a força da Igreja, da religiosidade na cultura do povo brasileiro. O que também não foi suficiente para convencer toda a sociedade, principalmente as massas desarticuladas, o subproletariado. Por isso, penso, que no discurso, Carta ao povo brasileiro (2002) - que não apresento sua análise aqui, mas que faz parte deste corpus - para me auxiliar na compreensão da questão que me propus - o PT busca convencer esta parcela da sociedade (que são muitos), o subproletariado, dizendo não diretamente a ele, mas ao mercado, que dita suas necessidades, que os orienta para um “porto seguro”.

Aqui, chego a outro ponto, a questão da desarticulação dos movimentos sociais e do PT. Talvez este tenha sido seduzido pela máxima que ressoa no meio político de que os fins justificam os meios, para chegar ao poder, ao Governo Federal. Tentando ludibriar o mercado com seu discurso conciliador e de responsabilidade, ascende ao poder, mas se depara com a “elite” a sua espera, para colocar em cheque sua ideologia e a ilusão construída em torno do mito “PT partido da ética na política”.

Acredito que o episódio do Mensalão conduziu os movimentos sociais, os militantes de esquerda, em especial a militância petista, a se deparar com o real da história, com o apagamento da ilusão que a ideologia os havia assujeitado; pela certeza que ao se chegar ao poder, estaria se realizando o ideal de um governo popular, pelos trabalhadores, direcionado “unicamente” aos interesses e anseios do povo. Quando se assiste a desmistificação do partido, o que sobra é preservar a imagem do “seu” presidente. Agarrando-se ao último fio de esperança: a imagem do Silva, presidente, trabalhador, sindicalista que se significava, pela ideologia, o representante (o escolhido) dos interesses das massas oprimidas.

Era necessário esquecer, lembrando Orlandi (2002) “ o esquecimento é um dos modos do político se marcar na relação com a memória, ideologicamente”. Era

necessário esquecer, silenciar os acontecimentos de corrupção e continuar a luta para se manter no poder: ruim com Lula, pior sem ele.

Lula agregava todas as camadas sociais, e, principalmente, o subproletariado que via nele a possibilidade “concreta” de satisfação de suas necessidades materiais, de consumo. O mercado agradecia.

O que não está sendo dito, mas diz, é que o tão almejado projeto de transformações sociais é um sonho, é um mobilizador de massas para impulsionar a própria manutenção do sistema capitalista neoliberal, pois ele se constitui e se fortalece é no conflito das massas (não mais do proletariado) com o poder, que é exercido por quem detém os “meios de produção”, que, agora, são outros, diferente da concepção marxista. Agora se apresenta como o mercado financeiro, os bancos, alimentando o sistema capitalista neoliberal.

E aqui eu deixo em aberto essa reflexão pesando no “Mercado” como o grande sujeito que movimenta essas massas, pois ele depende desse movimento para criar novos produtos, novas necessidades, para se fortalecer, e quando os movimentos sociais, constituídos pela ideologia marxista, vão às ruas, propõem mudanças neste sistema, eles estão cumprindo com seu papel histórico: o da resistência. E o efeito de desarticulação, objeto de minhas observações, entre os Movimentos Sociais e o Partido dos Trabalhadores é o efeito da ambiguidade das relações com o mercado, com o sistema neoliberal que eles mesmos criam e confunde essa mesma resistência, pela produção do equívoco.

Nos recortes analisados, observa-se também o apagamento da questão da ética na política. Não se fala em corrupção. Se não se fala em corrupção, não se fala da ética na política. Em outros lugares, em outra conjuntura, agora mais próxima podemos observar que por não ser mais autorizado dizer ética na política seus sentidos, no entanto, estão se fazendo ressoar na sociedade, agora pelo nome de transparência. Mas esta questão não é o nosso objeto de estudo, é o dizer que fica aberto para outras reflexões.

“ ... dar sentido é construir limites, é tornar possíveis gestos de interpretação... (Orlandi, 1993)

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 7ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª Ed. Lucena, Rio de Janeiro, 2006.

BETTO, Frei. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Ed. Multinova, Lisboa, 1975.

CARTA DE LISBOA. Fundação do PTB, Lisboa, 1979, disponível WWW.pdt-rj.org.br/paginaindividual.asp?id=9. Acesso em 13 de novembro de 2011.

CHAUI, Marilena. Ética. Org. Adauto Novaes – In: **Público, privado e despotismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2007

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In. **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**, Org. Indursky, Freda e Ferreira, Maria Cristina Leandro. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Campinas: Editora RG, 2ª edição, 2010.

GOMES-SANTOS, Igor. Memória e conflito no PT: o poder do “mito fundador”. In: **Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 07: Diversidade e Desigualdade, Poder e Conflito Social: Leituras Dialéticas da História**.

GONÇALVES, A. J (2007). **Gênese, crise e desafios da Teologia da Libertação**. São Paulo. Disponível:

[http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=28241&busca= Agência de Informação Frei Tito para a América Latina](http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=28241&busca=Agência%20de%20Informação%20Frei%20Tito%20para%20a%20América%20Latina). Acessado em 16 de janeiro de 2012.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas- no Brasil Contemporâneo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI- Antigos e novos atores sociais**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.20.doc>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

JACOBI, P & MONTEIRO, F. (2007). **Redes sociais**. In: FERRARO JR., L.A. (org.). **Encontros e Caminhos – Vol.12: Formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/Departamento Educação Ambiental, p.315-317.

JORNAL BRASIL DE FATO. São Paulo: Edições: 120, 126,129,130,133 publicadas no período junho - setembro de 2005.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Movimentos sociais e interação comunicativa: A formação da comunicação sem sujeito**. Revista Contemporânea- Belo Horizonte. vol.4,nº1,p.73-98. Junho de 2006.

MICHELS, Robert. **Os partidos políticos**. São Paulo: Senzala, 1970.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**, Campinas: Pontes, 2001.

_____. **A linguagem e o seu Funcionamento**. Campinas: Pontes, 2006,

_____. **As formas do silêncio-** No movimento dos sentidos. 6ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. **Interpretação; autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico.** 4ª ed. Campinas:Pontes, 2004.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das ideias no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002

_____. **Discurso e Texto.** Campinas, SP:Pontes Editora, 2001.

_____. **Paráfrase e polissemia; a fluidez nos limites do simbólico.** Revista Rua, Campinas, 4:9-19, 1998.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos.** Cad. Est. Ling., Campinas, (19):7-24, jul/dez. 1990.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. Orlandi, Eni Puccinelli. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **O papel da Memória.** 3ªed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. **Semântica e Discurso.** 3ª ed, Capinas, SP: Editora Unicamp,1997.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento.** Trad.: Ângela Leite Lopes. 1ªed. São Paulo: Ed34, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROMANO, Roberto. **O caldeirão de Medeia.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SINGER, André. **Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo.** Novos Estudos, CEBRAP, v. 85, p 83-102, novembro de 2009.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS & PROGRAMAS DE GOVERNO- **O PT e os Movimentos Sociais**. São Paulo, 2005. Disponível em: <www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é positivismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SÃO PAULO. Fundação Perseu Abramo. Estatuto do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, 2001. 159 p.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WEBER, Max. **Ciência e Política- duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ANEXOS

ANEXO A – Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores

Manifesto

Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas. As grandes majorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como

atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela participação política dos trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores.

O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

ANEXO B- Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores

Carta de Princípios

Anterior ao Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, a Carta de Princípios foi lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979.

A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora. Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe a seus esforços. Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado (greve da Scania), a sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada, em toda a linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das assembléias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores, e é por isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.

Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangerem nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios a seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir.

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política. Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria burguesia.

Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais conseqüente todo o seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido.

É por isso que a idéia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre, em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles.

Agora, chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro. Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do país.

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política a nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da Nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda parte os núcleos elementares desse partido.

1. A sociedade brasileira vive, hoje, uma conjuntura política altamente contraditória e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazos. Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos, que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de abertura política está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no país e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime, mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico, que só a eles interessa e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico do qual sobressai o arrocho salarial.

Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter em aprofundar.

O que significa Estado de Direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e a da Lei de Greve, urdidadas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e da preservação do espírito que informa essa mesma Lei? Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos opositoristas, com vista a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os de cima, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos de baixo, as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

2. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB – partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly, da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a frente das oposições se mantenha à custa do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva.

Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas. O PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais a sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverão esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades.

O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização

popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT se tornará, inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência política desses mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo, sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do empresariado nacional. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém denunciamos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressalvando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas, que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

- lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;
- todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT.

O PT declara-se comprometido e empenhado na tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

O PT manifesta, em alto e bom som, sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.

A Comissão Nacional Provisória
1º de Maio de 1979

ANEXO C – Carta ao Povo Brasileiro (2002)

Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências

energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranqüilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranqüilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real

estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002

<http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>

ANEXO D – Carta ao Povo Brasileiro (2005)

Carta ao povo brasileiro

"Contra a desestabilização política do governo e contra a corrupção: Por mudanças na política econômica, pela prioridade nos direitos sociais e por reformas políticas democráticas!"

"A sociedade brasileira mudou e, na Constituinte de 1988, decidiu por mudanças. Constituiu novos poderes e elegeu novos governantes, para promover processos de transformação social. Criou novas estruturas, combateu velhas instituições e gerou novos mecanismos para fazer valer os direitos de todas e cada uma das pessoas a uma vida digna.

Com a força desta história recente, mas vigorosa, de fortalecimento e radicalização da democracia em nosso país que nós, representantes das organizações populares, das organizações não governamentais, do movimento sindical, dos movimentos sociais e personalidades, convocamos toda a sociedade brasileira, cada cidadão e cada cidadã, para uma grande e contínua mobilização que torne possível enfrentar a crise política e fazer prevalecer os princípios democráticos.

Nas últimas eleições, com a esperança de realizar mudanças na política neoliberal que vinha sendo praticada desde 1990, o povo brasileiro elegeu o Presidente Lula. Até este momento, avaliamos que pouca coisa mudou e presenciamos um mandato cheio de contradições. De um lado, o governo seguiu com uma política econômica neoliberal, resultado de suas alianças conservadoras. De outro, adotou um discurso da prioridade social e uma política externa soberana e de aliança com as nações em desenvolvimento. A eleição do Lula reacendeu as esperanças na América Latina, e influiu de forma positiva em alguns conflitos políticos na região.

De olho nas eleições de 2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação uma campanha para desmoralizar o governo e o Presidente Lula, visando enfraquecê-lo, para derrubá-lo ou obrigá-lo a aprofundar a atual política econômica e as reformas neoliberais, atendendo aos interesses do capital internacional.

Preocupados com o processo democrático e também com as denúncias de corrupção que deixaram o povo perplexo, vimos à público dizer que somos contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos.

Exigimos completa e rigorosa investigação das denúncias de corrupção, feitas ao Congresso Nacional e à imprensa, e punição dos responsáveis. Sabemos que a corrupção tem sido, lamentavelmente, o método tradicional usado pelas elites para governarem o país.

Exigimos também a investigação das denúncias de corrupção, por ocasião da votação da emenda constitucional que aprovou a reeleição e dos processos de privatização das estatais ocorridas no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Trata-se portanto, de fundamentar a vida política em princípios éticos como a separação entre interesses privados e interesses públicos, de transparência nos processos decisórios e a promoção da justiça social.

Diante da atual crise, o governo Lula terá a opção de retomar o projeto pelo qual foi eleito, e que mobilizou a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras. Projeto este que tem como base à transformação da sociedade e do Estado brasileiros, uma sociedade dividida entre os que tudo podem e tudo têm e aqueles que nada podem e nada têm.

Por isso, vimos a público defender, e propor ao governo Lula, ao Congresso Nacional e a sociedade civil, as seguintes medidas:

1- Realizar e apoiar uma ampla investigação de todas as denúncias de corrupção que estão sendo analisadas no Congresso Nacional e punir os responsáveis

2- Excluir do governo federal setores conservadores que querem apenas manter privilégios, afastar autoridades sobre as quais paira qualquer suspeição e recompor sua base de apoio, reconstruindo uma nova maioria política e social em torno de uma plataforma anti-neoliberal.

3- Realizar mudanças na política econômica no sentido de priorizar as necessidades do povo e construir um novo modelo de desenvolvimento. A sociedade não suporta mais tamanhas taxas de juros, as mais altas do mundo, sob o pretexto de combater a inflação. A sociedade não sustenta a manutenção de um superávit primário, que apenas engorda os bancos. Os recursos públicos têm de ser investidos, prioritariamente, na garantia dos direitos constitucionais, entre eles, emprego, salário-mínimo digno, saúde, educação, moradia, reforma agrária, meio ambiente, demarcação das terras indígenas e quilombolas.

4- Realizar, a partir do debate com a sociedade, uma ampla reforma política democrática. Uma reforma que fortaleça a democracia e dê ampla transparência ao funcionamento dos partidos políticos e aos processos decisórios. Por isso, somos favoráveis à fidelidade partidária, ao financiamento público exclusivo das campanhas, à exclusão das cláusulas de barreira, e à apresentação de candidaturas em listas fechadas com alternância de gênero e etnia, obedecendo critérios de representação política pluriétnica e multiracial. Queremos também a imediata regulamentação dos processos de democracia direta, que implica o exercício do poder popular mediante plebiscitos e referendos, conforme proposta apresentada pela CNBB e a OAB ao Congresso Nacional.

5- Fortalecer os espaços de participação social na administração pública e criar novos espaços nas empresas estatais e de economia mista, viabilizando o controle social e real compartilhamento do poder.

6- Fortalecer as iniciativas locais em favor da cidadania e da participação e da educação popular, como por exemplo os comitês pela ética na política, conselhos de controle social, escolas de formação política.

7- Enfrentar o monopólio dos meios de comunicação, garantindo sua democratização, inclusive através do fortalecimento das redes públicas e comunitárias.

Neste momento de mobilização, conclamamos as forças democráticas e populares a se mobilizarem para realizar manifestações de rua e protestos, e trabalhar para promover as verdadeiras mudanças que o país e o povo precisa.

Brasília, 21 de junho de 2005.

Atenciosamente."

Seguem-se as assinaturas. Veja abaixo a relação das entidades e movimentos sociais signatários, encabeçados pela CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais):

CUT - Central Única dos Trabalhadores
 MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 UNE - União Nacional de Estudantes
 ABI - Associação Brasileira de Imprensa
 Ubes – União Brasileira de Estudantes Secundaristas
 Abong - Associação Brasileira de ONGs
 INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
 CNBB/PS - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Pastoris Sociais
 UBM - União Brasileira de Mulheres
 Conam – Confederação Nacional de Associações de Moradores
 CMP - Coordenação dos Movimentos Populares
 Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras
 Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
 Cebrapaz - Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz
 JOC - Juventude Operária Cristã
 MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados
 MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
 Contee – Confederação Nac. dos Trabs. em Estabelecimento de Ensino
 CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
 UNMP - União Nacional por Moradia Popular
 Abraço – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
 CIMI - Conselho Indigenista Missionário
 CPT - Comissão Pastoral da Terra
 Fenac - Federação Nacional das Associações
 AMB - Articulação de mulheres brasileiras
 CFemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
 Ibrades - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
 Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
 MSU - Movimento dos Sem Universidade
 Conic - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
 ANPG - Associação Nacional dos Pós Graduandos
 CSC - Corrente Sindical Classista
 MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
 CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz
 Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida
 Federação Nacional dos Economistas
 Federação Nacional dos Advogados
 Sindicato dos Economistas do DF
 Conselho Nacional de Iyalorixás e Ekedes Negras
 Campanha Jubileu Brasil contra as dívidas e contra a Alca
 PO Nacional - Pastoral Operária Nacional
 Grito dos Excluídos
 Marcha Mundial de Mulheres
 Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol_ms.htm

ANEXO E – Pronunciamento de Lula

12/08/2005 - 13h57

Leia a íntegra do pronunciamento de Lula

Meus amigos,

Minhas amigas.

Boa tarde,

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República e ministro da Defesa, Minhas companheiras ministras e ministros, que participam desta reunião.

Fiz questão de que as minhas palavras neste encontro de trabalho fossem abertas à população brasileira. Temos assuntos importantes a discutir que dizem respeito a toda sociedade. Mas antes de mais nada, quero saudar em especial os novos ministros que vêm reforçar a nossa capacidade de ação nesta segunda metade do meu mandato. Vocês estão entrando num governo, que apesar de todas as dificuldades, fez o Brasil retomar o caminho do progresso e da justiça social

Voltamos a crescer, mas desta vez de maneira sustentável, com a inflação baixa e, o que é mais importante, gerando milhões de empregos no campo e nas cidades. Tenho certeza de que o povo sente a diferença, o país está mudando para melhor.

A inflação é a menor dos últimos cinco anos, a produção industrial registra aumentos sucessivos. Na balança comercial as exportações ultrapassam a casa dos 110 bilhões de dólares nos últimos doze meses. É o melhor resultado da nossa história.

Mas o que mais me orgulha, pela minha história e pelo compromisso que tenho com a gente humilde da nossa terra, é a forte retomada da oferta de trabalho. Em 30 meses já criamos 3 milhões, 135 mil novos empregos com carteira assinada. Isso significa 104 mil novas vagas formais por mês, 12 vezes mais que a média dos anos 90, sem falar nos postos de trabalho no mercado informal e na agricultura familiar.

Criamos um ambiente favorável para a volta dos investimentos. Projetos no valor de mais de 20 bilhões de dólares já estão programados para entrar em operação na nossa economia.

Novas frentes de expansão em energia elétrica, transportes, novas fábricas e construções fizeram a produção de bens de capital crescer 10% nos últimos dois meses. Na área social, 7 milhões e 500 mil famílias de brasileiros mais humildes têm garantido o acesso a uma renda mínima através do programa Bolsa Família. Até o final do ano, 8 milhões e 700 mil lares serão beneficiados pelo programa.

Uma revolução está em marcha no mercado de consumo popular no nosso país. Expandimos o crédito com desconto em folha e muitos trabalhadores puderam pagar as suas dívidas e comprar uma geladeira, um fogão ou outro bem desejado por suas famílias.

Por isso, as vendas nesse setor cresceram 21% no segundo trimestre, comparado ao mesmo período de 2004. Este país não pode parar. Tenho certeza de que este é o desejo da sociedade brasileira.

Companheiros, ministros e ministras,

Estou consciente da gravidade da crise política. Ela compromete todo o sistema partidário brasileiro. Em 1980, no início da redemocratização decidi criar um partido novo que viesse para mudar as práticas políticas, moralizá-las e tornar cada vez mais limpa a disputa eleitoral no nosso país.

Ajudei a criar esse partido e, vocês sabem, perdi três eleições presidenciais e ganhei a quarta, mantendo-me sempre fiel a esses ideais, tão fiel quanto sou hoje. Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país. O PT foi criado justamente para fortalecer a ética na política e lutar ao lado do povo pobre e das camadas médias do nosso país. Eu não mudei e, tenho certeza, a mesma indignação que sinto é compartilhada pela grande maioria de todos aqueles que nos acompanharam nessa trajetória

Mas não é só. Esta é a indignação que qualquer cidadão honesto deve estar sentindo hoje diante da grave crise política. Se estivesse ao meu alcance, já teria identificado e punido exemplarmente os responsáveis por esta situação. Por ser o primeiro mandatário da nação, tenho o dever de zelar pelo estado de direito. O Brasil tem instituições democráticas sólidas. O Congresso está cumprindo com a sua parte, o Judiciário está cumprindo com a parte dele. Meu governo, com as ações da Polícia Federal, estão investigando a fundo todas as denúncias. Determinei, desde o início, que ninguém fosse poupado, pertença ao meu Partido ou não, seja aliado ou da oposição. Grande parte do que foi descoberto até agora veio das investigações da Polícia Federal.

E vamos continuar assim até o fim, até que todos os culpados sejam responsabilizados e entregues à Justiça. Mesmo sem prejudá-los, afastei imediatamente os que foram mencionados em possível desvio de conduta para facilitar todas as investigações. Mas isso só não basta. O Brasil precisa corrigir as distorções do seu sistema partidário eleitoral, fazendo urgentemente a tão sonhada reforma política. É necessário punir corruptos e corruptores, mas também tomar medidas drásticas para evitar que essa situação continue a se repetir no futuro.

Quero dizer aos Ministros que é obrigação do governo, da oposição, dos empresários, dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira não permitir que esta crise política possa trazer problema para a economia brasileira, para o crescimento deste país, para a geração de empregos e para a continuidade dos programas sociais. Temos que arregaçar as mangas e

redobrar esforços. Peço que aumentem, ainda mais, a sua dedicação. Se atualmente vocês, Ministros e Ministras, trabalham até 11 h da noite, trabalhem um pouco mais, até meia noite, uma hora da manhã, porque nós sabemos que muito já fizemos, mas muito mais temos que fazer porque o Brasil precisa de nós.

Queria, neste final, dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas, porque o povo brasileiro, que tem esperança, que acredita no Brasil e que sonha com um Brasil com economia forte, com crescimento econômico e distribuição de renda, não pode, em momento algum, estar satisfeito com a situação que o nosso país está vivendo.

Quero dizer a vocês: não percam a esperança. Eu sei que vocês estão indignados e eu, certamente, estou tão ou mais indignado do que qualquer brasileiro. E nós iremos conseguir fazer com que o Brasil consiga continuar andando para frente, marchando para o desenvolvimento, para o crescimento da riqueza e para a distribuição de renda. E eu tenho certeza que posso contar com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/brasil/2005/08/12/ult2041u106.jhtm>

ANEXO F- Recortes matérias do Jornal Brasil de Fato

Espelho
da mídia

da Redação

Escândalo midiático

Em seu depoimento na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), confirmou a denúncia da existência de "mensúrio" no Congresso Nacional, feito em entrevista para o jornal *Falhas de S. Paulo*. Jefferson chamou o jornal *O Globo* de "diário oficial do governo" e a revista *Veja*, da Editora Abril, de "revistinha". Deixou claro que a mídia joga papel preponderante no escândalo e na crise atual.

Préjulgamento conservador

Os principais veículos da imprensa empresarial continuam fustigando duramente o PT e o governo Lula, em grande parte com material sensacionalista e sem consistência. A mídia faz o jogo dos setores neoliberais, que querem inviabilizar a candidatura Lula para 2006 ou obrigar o PT a uma nova guinada para a direita. O sonho da empresarialidade é ter Antonio Palocci na presidência.

Julgamento realizado

O conservador jornal *O Estado de S. Paulo*, não satisfeito com CPI e outros processos investigativos, simplesmente já julgou e condenou o PT e o governo Lula, sem se importar com o que for apurado. Em editorial de 14 de junho, o jornal afirma: "... a opinião pública se convencerá de que, apesar dos protestos de inocência do PT e dos homens do presidente, eles têm culpa no cartório". Só falta entregar a guilhotina para a família Mesquita.

Exemplo estadunidense

Pesquisa da Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, publicada na revista *Archives of General Psychiatry*, concluiu que em cada quatro cidadãos estadunidenses adultos, pelo menos um sofre de transtornos mentais variados, entre distúrbios de humor, ansiedade e falta de controle emocional. O estudo indicou que esses problemas começaram na infância e na adolescência, mas não foram identificados e tratados pelos serviços públicos de saúde.

Democratização

A PUC-Campinas e o Centro de Memória da Unicamp lançaram, esta semana, o livro *Comunicação Alternativa - Cêndrios e Perspectivas*, uma coletânea de artigos - organizada pelo professor Bruno Fuser - que relata e analisa várias experiências inovadoras de comunicação voltadas para a arte, a cultura e a transformação social.

Estranha omissão

Sedenta por assuntos escandalosos, a maioria da imprensa empresarial não tem demonstrado grande interesse pelas denúncias da Corregedoria da Receita Federal, que está investigando uma série de medidas adotadas durante o governo FHC para reduzir impostos de setores privados e grupos empresariais. Já se sabe que a rede McDonald's e a Souza Cruz deixaram de recolher bilhões de reais graças a expedientes sorrateiros da Receita. Só a *Falhas de S. Paulo* tem abordado o assunto.

Jogo publicitário

De acordo com o ranking publicado no jornal *Muito & Mensagem*, entre os principais anunciantes do país, em 2004, três são redes de varejo (Casas Bahia, Grupo Pão de Açúcar e Lojas Marabás), dois são empresas de telefonia (Vivo e Tim), dois são montadoras de veículos (General Motors e Ford), um é indústria de bebidas (Ambev), um é indústria de higiene (Unilever) e um é empresa financeira (Liderança).

Verbo público

Entre os vários órgãos da administração direta e indireta do governo federal, apenas o Banco do Brasil, a Petrobrás e a Caixa Econômica Federal gastaram em publicidade, em 2004, mais de R\$ 420 milhões - a grande maioria na mídia empresarial, que defende o modelo neoliberal, visa o lucro, não está nem aí com desenvolvimento do povo brasileiro e ataca os setores de esquerda - inclusive os que integram o governo do PT.

ANÁLISE

Uma crise a serviço da elite

Apresentamos a seguir uma síntese do debate realizado na última reunião do Conselho Editorial do *Brasil de Fato*, com a participação de dirigentes de diversos movimentos sociais brasileiros. Pela importância do momento que vive o país, o jornal quer compartilhar com todos seus leitores esta análise sobre a conjuntura do Brasil e da América Latina, sempre presente, aliás, nas páginas do BF.

Cenário Internacional e a América Latina

A atual crise brasileira tem um pano de fundo: o recrudescimento da política dos Estados Unidos para a América Latina. Alertado por seus aliados na região (as burguesias locais e seus representantes, como Fernando Henrique Cardoso), o governo de George W. Bush, agora em seu segundo mandato, está preocupado com a eferescência política e a resistência popular no continente. Os movimentos de massa, em diversos países, já adquirem caráter de ofensiva e levam à instabilidade institucional.

Um exemplo disso é a posição que os EUA estão tomando ao proteger o agente da CIA Luis Posada Carriles, condenado à prisão por terrorismo contra Cuba, Chile e Venezuela. Ligado à máfia anticubana de Miami, Carriles é considerado um dos principais terroristas do continente. Esteve envolvido em atentados como o assassinato do chanceler chileno Orlando Letelier, em Washington (1973), e a derrubada de uma aeronave da Cubana Aviação (1976), que deixou 73 mortos.

Outro indicativo desse endurecimento é a postura agressiva da secretária de Estado, Condoleezza Rice, contra Cuba e Venezuela. Ela acusou o presidente Hugo Chávez de estar por trás da crise na Bolívia, uma hipótese em que nem a própria direita boliviana acredita.

FALÊNCIA DO MODELO

O capital estadunidense está interessado em manter a estabilidade política para seguir controlando o petróleo, o gás, os recursos naturais da biodiversidade, as sementes transgênicas. E tentar também impor o livre-comércio por meio de tratados bilaterais ou regionais - como o negociado com a América Central (Cafta) - e assegurar a liberdade total de circulação do capital financeiro no continente. Para isso precisa de estabilidade, de governos aliados. Submissos.

Os 15 anos de neoliberalismo e de espoliação total das riquezas do continente latino-americano produziram uma dominação total do capital internacional, que bloqueou alternativas de modelos econômicos, mesmo dentro do sis-



O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) depõe no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados

tema capitalista. O resultado é uma grave crise de modelo econômico. Há estudos que mostram que, nesse período, o continente latino-americano enviou 1 trilhão de dólares em remessas para os Estados Unidos e a Europa.

FÁBRICA DE CRISES

Essa crise de modelo se transforma em crise política permanente. Hoje, estão se esgotando as formas tradicionais de dominação e manipulação institucional (eleitoral) do povo. A burguesia não tem tido o mesmo sucesso para apaziguar ânimos internos por meio das manobras dos partidos e das eleições. As sucessivas quedas de presidentes, sob forte pressão popular, em países como Equador e Bolívia, demonstram que a simples troca de nomes não se constituiu mais em saída alternativa.

Já as tradicionais "opções militares", de golpes e repressão, utilizadas pelas burguesias e pelo império no passado, agora, não conseguem se apresentar como alternativas possíveis. Isso porque a verdadeira saída estaria na mudança de modelo econômico.

CERCO APERTA

Certamente, no Brasil, o capital internacional de origem estadunidense e o governo Bush aumentaram sua interlocução com aliados (como tucanos, PFL, sócios nas empresas, gerentes de transacionais etc.). Seu objetivo é colocar limites claros na política do governo Lula, em especial no tocante à política externa e em relação à Área de Livre-Comércio das Américas (Alca). É só lembrar das cobranças públicas que Condoleezza Rice fez ao governo brasileiro para assinar esse acordo. Sabe-se também dos vínculos permanentes que há entre os serviços de inteligência estadunidenses que operam no Brasil (CIA, FBI) e setores ou ex-agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin, ex-SNI), Polícia Federal, E,

como sempre, atuam em operações extra-Estado, extra-governos.

A situação política do Brasil

O povo votou em Lula para mudar a política econômica. No entanto, as alianças eleitorais e os compromissos da "Carta ao Povo Brasileiro", de 22 de julho de 2002, fizeram com que tivéssemos um ministério de composição com os interesses do capital e a manutenção de uma política econômica claramente neoliberal. Política essa baseada em três pilares: altas taxas de juros, garantia do *superavit* primário e estímulo permanente às exportações (realizadas, em sua maioria, pelas corporações transnacionais).

O governo priorizou suas articulações, para buscar a governabilidade e estabilidade, no apoio da imprensa burguesa e nas alianças com os partidos da direita. Esqueceu-se de construir uma sólida base de apoio popular, a partir de medidas concretas de mudanças sociais. Ao privilegiar as negociações de cúpula se afastou dos movimentos sociais e de suas decisões. Tentou agradar o mercado financeiro, a mídia, mas esses têm seus interesses de classe: tucano por tucano, preferem o original.

METAS DA DIREITA

Refém desse tipo de prática política, o governo acabou perdendo cada vez mais apoio das forças progressistas e dos setores populares organizados. Internamente, foi perdendo coesão e unidade. Como o governo não tem um projeto de desenvolvimento nacional, isso impede que os ministros tenham uma política unitária, rumo a um mesmo objetivo.

O que quer a classe dominante brasileira ao "criar" uma crise política, em torno do tema da corrupção?

Primeiro, inviabilizar um segundo mandato de Lula. Pretende derrotá-lo agora, antes que consolide sua base política. (E aqui entram as sugestões do império para que seus aliados locais recuperem o controle absoluto do poder político). Não por acaso, a direita mais afiota e insensata chegou a propor *impeachment* de Lula ou defender em jornais José Alencar como presidente.

Outro objetivo é fazer um novo pacto com Lula. As classes dominantes somente aceitarão sua reeleição com um novo acordo: mais políticas para a direita e sem alterações na política econômica. A ideia é garantir que o governo Lula complete o ciclo de implementação de todas as mudanças neoliberais, mantendo o povo sob controle, e fazendo novas privatizações (não por acaso, são ventiladas propostas de privatizar os Correios, como forma de evitar a corrupção). Além disso, a crise serve para a elite impor uma derrota política e ideológica a toda esquerda brasileira. Quer criar condições para a criminalização dos movimentos sociais, evitando um processo de resaceno do movimento de massas, como vem ocorrendo em países vizinhos.

REFLEXÕES PARA A ESQUERDA

Diante desse quadro, as forças sociais se vêem diante da necessidade de ter uma tática que decifre um enigma: nem ser convicentes com atos de corrupção, nem se somar às iniciativas da direita para isolar o governo. E a dificuldade em resolver esse enigma, hoje, é que as forças sociais não conseguem mobilizar o povo, pois estamos vivendo um contexto de descenso do movimento de massas, de apatia das massas.

Diante desse quadro é importante que as forças sociais se aglutinem sobre uma mesma base política, como:

1 - Exigir **apuração total**, até as últimas consequências, de todas as denúncias de corrupção. Exigir investigação policial, quando for o caso, e parlamentar, quando envolver congressistas. Mas exigir que essas investigações cheguem também ao período do governo Fernando Henrique Cardoso, em que não se investigaram de fato os responsáveis pela emenda da legislação, a instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) etc..

2 - Denunciar que a **corrupção é o método clássico das elites governarem**. Elas sempre recorem à corrupção para dividir o butim do Estado, mesmo para se eleger. As doações fantásticas de empresas (os "caixas dois" de campanha) são uma forma muito pior de corrupção. Garantir que o Estado repasse elevadas somas ao sistema financeiro é uma forma de apropriação legal, mas ilegítima, de recursos públicos.

3 - Denunciar que os verdadeiros problemas do povo estão relacionados com a atual política econômica neoliberal. E, portanto, é **hora de aproveitar essa crise de alianças do governo para que o governo crie coragem e mude a política econômica, encaminhando mudanças no modelo neoliberal**; e consiga, então, recursos necessários para implementar soluções para os problemas do povo, de terra, trabalho, educação, moradia.

4 - Exigir que, no bojo dessa crise, a sociedade discuta a necessidade de **reforma política**. O sistema atual de representação partidária, eleitoral e parlamentar está falido. Precisamos de novas formas de democracia direta, de representação popular, de financiamento público e único de campanhas. E aprovação do direito do povo de convocar plebiscitos sobre temas relevantes da sociedade, conforme projeto já em andamento de iniciativa da OAB-CNB, e apoiado pelos movimentos sociais da CMS.

5 - Debater com a sociedade a necessidade de um **novo projeto de desenvolvimento nacional**, que reorienta a economia para resolver os problemas do povo, de trabalho, terra, educação, saúde e moradia.

6 - Levantar esse debate para a população, utilizando todos os meios possíveis: programas de rádio, televisão, jornais e organizar atos políticos para discutir essas questões; e exigir as mudanças necessárias.



Servidores públicos em protesto lavam a Estátua da Justiça, em Brasília:

POLÍTICA

Um dilúvio de denúncias sem provas

Isolado, governo Lula sofre para se defender de acusações de corrupção feitas por político sem credibilidade

Luis Brasilino
da Redação

Mesmo sem apresentar uma única prova, o deputado federal carioca Roberto Jefferson, presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e histórico aliado de Fernando Collor, fez denúncias que desestabilizaram o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Ele acusa Delúbio Soares, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), de pagar uma mesada de R\$ 30 mil para deputados votarem com a situação. Mas Jefferson nega ter provas, pois condena a gravação escondida de conversas.

"O governo está num beco sem saída", avalia Francisco de Oliveira, professor de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e um dos fundadores do PT. Ele aponta como uma das razões do imbróglio atual o fato de a política ter sido colonizada pela economia. Um exemplo é o fato de o senador Tilo Viana (PT-AC), pedir a renúncia de todos os petistas dos cargos que ocupam no governo, exceto Antonio Palocci, ministro da Fazenda. Com isso, antes de os ataques representarem um ataque da direita, para o professor da USP, a situação na qual o PT se encontra é consequência das alianças que fez. "A direita está dentro do governo", diz Oliveira, acrescentando que este é um governo que "vive de crise em crise".



Em depoimento à Comissão de Ética da Câmara, Roberto Jefferson voltou a denunciar esquema de corrupção

E A BASE?

De acordo com o filósofo Roberto Romano, professor da Universidade Estadual de Campinas, a fragilidade da gestão petista começou no início do mandato. Sem maioria no Parlamento, quadros para suprir todas as necessidades e numa conjuntura econômica conturbada, o governo teve de ceder. "Pouco a pouco, no entanto, a cúpula do PT assumiu uma postura de administrar o governo sem con-

tar com a base do partido", analisa. Isolar-se, diz, foi um erro fundamental da direção, especialmente num partido sustentado, inclusive financeiramente, pelo militante.

"Eles acusam a Previdência de ser antieconômica, tiram direitos dos servidores e usam o dinheiro para fazer *superavit* e pagar dívidas com banqueiros. Assim, desarma-se a base para defender a cúpula. É o que se está vendo hoje: José Genoíno (presidente do PT) e Aloízio

Mercadante (senador PT-SP) saindo em defesa do governo. Mas onde está a base?", raciocina Romano.

Na avaliação de Romano, o autoritarismo e a ausência das bases facilitaram o surgimento das denúncias de corrupção contra o governo. Com isso, o PT e o presidente Lula foram incapazes de realizar a gigantesca tarefa de alterar, ou atenuar, a estrutura historicamente corrupta do Estado brasileiro, mesmo mostrando número dignos

de orgulho. Afinal, entre 2003 e 2004, a Polícia Federal realizou 45 operações de combate à corrupção nas quais 819 políticos, juízes, empresários, policiais federais e rodoviários e servidores públicos foram presos.

VALA COMUM

As denúncias de Jefferson causaram furor na imprensa e na sociedade brasileira. A fumaça é tanta e tão bem orquestrada que dá impressão de que não há diferença entre o PT e os outros partidos. O imenso patrimônio construído pelo hoje partido governista vai se perdendo, reforçando a opinião de que política não presta. "É uma atitude preconceituosa, que veio dos positivistas no século 19. Eles eram inimigos da democracia e a favor da ditadura dos intelectuais", conta Romano.

Segundo Chico de Oliveira, todos perdem com essa situação: "Nós, que elegemos o Lula, a república... Nem a oposição ganha com isso. Em longo prazo, a possibilidade de transformar a sociedade se enfraquece porque o único jeito de fazer isso é por meio da política".

Oliveira salienta também que, embora banalize a política, a situação não ameaça as instituições no sentido de uma ruptura. "Gostaria que se refletisse numa revolta popular, mas isso não acontece. Tudo se resume numa apatia, numa violência privada", lamenta.

Por trás da CPI, mais privatização

Marcelo Netto Rodrigues
da Redação

nos Correios, fosse pedida a instalação de uma CPI.

Nada mais suspeito do que um ex-funcionário de Fernando Collor de Mello, ex-Ministério de Edu-

a revista *Exame*: "O escândalo de corrupção nos Correios mexeu com o cenário político, assustou

volvida na crise política atual) aos bancos federais, de aeroportos a estradas, da Petrobrás a empresas de

MOBILIZAÇÃO

Nas ruas, movimentos cobram mudanças

Em todo o Brasil, CMS exige agilidade na reforma agrária e alterações na política econômica

da Redação

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizou no dia 25 de julho, em comemoração ao Dia do Trabalhador e Trabalhadora Rural, uma mobilização nacional para reivindicar do governo federal mudanças na política econômica e agilidade na reforma agrária.

No Rio de Janeiro, o Sindicato dos Economistas (Sindic) lançou o manifesto "A Crise da República". O documento, tomado como base pelos movimentos sociais nas manifestações, lista dez pontos a serem seguidos pelo presidente Lula para mudar a política econômica (veja reportagem abaixo).

BOLO DA DÍVIDA

À tarde, em frente ao Banco Central, um bolo de grandes proporções, feito de papel, foi partido simbolizando o orçamento do governo federal. Os pedaços eram proporcionais à divisão de recursos entre os ministérios e se destacou uma enorme fatia ilustrando o pagamento dos juros da dívida. Um bolo de verdade, menor, seguiu a mesma lógica e foi distribuído entre os presentes, assim como as bananas produzidas em assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio de Janeiro, representando "a banana" que o Palocci dá para o povo", de acordo com Guilherme Gonzaga, da coordenação estadual do MST.

Em Eldorado do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre (RS), cerca de 600 pessoas participaram da manifestação na Fazenda Cabanha Dragão, ocupada há um mês por 350 famílias do MST. Apuradas as denúncias, ir para as ruas exigir mudanças na política econômica e trabalhar na organização do povo foram os desafios colocados pelos representantes das entidades que participaram do ato. "Está na hora de o povo ir para a rua e puxar o governo para a esquerda", afirmou Paulo Farias, dirigente estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

RUPTURA

No Recife (PE), um acampamento com mais de mil militantes foi montado em frente à sede do Ministério da Fazenda. "Estamos



Em São Luís do Maranhão, manifestantes pedem fim da política econômica de submissão ao capital externo e pregam unidade na luta social

propondo que o governo rompa com os acordos feitos com os organismos internacionais, principalmente o pagamento da dívida externa e os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e possa fazer uma política econômica mais soberana", afirmou o coordenador estadual do MST, Jaime Amorim, que também comemorou uma reunião inédita com o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Em Curitiba (PR), cerca de 500 manifestantes realizaram ato contra a política econômica em frente ao Ministério da Fazenda. Na capital sergipana de Aracaju, milhares de trabalhadores sem-terra caminharam pela Avenida Osvaldo Aranha até a Praça Ramulfo Prata, onde ocorreu um almoço coletivo próximo ao prédio do Incra. À tarde, a caminhada continuou até a Praça General Valadão, onde aconteceu um ato público.

Em São Luís (MA), ocorreram manifestações em frente ao prédio do Ministério da Fazenda, seguido de caminhada de mais de 300 manifestantes até a sede do governo do Estado. Em Maceió (AL), dois mil trabalhadores e trabalhadoras rurais acamparam em frente à sede do Incra para reivindicar

reestruturação e o fortalecimento do órgão no Estado, bem como o afastamento do superintendente e sua equipe. No dia 26 de julho, realizaram ato contra corrupção e pela mudança da política econômica, percorrendo as principais

ruas da cidade. Em Dourados (MS), cerca de 1,2 mil famílias montaram acampamento em frente ao prédio do Incra. Na capital do Estado, Campo Grande, mais de 600 pessoas participaram de uma marcha de 14 km até o prédio

do Ministério da Fazenda. (Com informações de Antonio Diniz, da Agência Notícias do Planalto, Daniel Cassol, de Porto Alegre, Rosália Silva, de Campo Grande e Solange Engelmann e Davi Macedo, de Curitiba)

Sem rumo, problemas vão aumentar

Solange Engelmann,
Davi Macedo e
Mário Augusto Jakobskind
de Curitiba (PR) e
do Rio de Janeiro (RJ)

Como parte das mobilizações da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) em Curitiba (PR), ocorreu no auditório das Faculdades Facinter um debate com Antônio Carlos Spis, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e João Pedro Siedle, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sobre a crise do atual modelo econômico. "Em 1980, nós tínhamos 1 milhão de desempregados, depois do governo FHC, eram 18 milhões. Com o governo Lula, o país cresceu menos do que a média dos países da América Latina e da economia mundial, isso graças ao contin-

ismo da política neoliberal que é sustentada por Palocci", declarou Siedle.

O dirigente do MST também criticou o atual modelo agrícola, que segundo ele está voltado apenas para o agronegócio, e não para a pequena agricultura. "Queremos uma nova política agrícola voltada para o mercado interno e para a produção de alimentos, porque a agricultura precisa estar na mão dos agricultores e não das grandes transnacionais", destacou. Siedle disse ainda que o Brasil não está vivendo uma crise de natureza ética, mas uma crise política, econômica e social. "Até agora o governo Lula não conseguiu resolver o problema do povo brasileiro e, com a continuidade desse modelo, os problemas só irão se agravar", concluiu.

No Rio de Janeiro, durante debate de lançamento do manifesto "A

Crise da República", o economista Paulo Passarinho, coordenador do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, defendeu a formulação de uma proposta popular democrática para que o movimento social empreenda uma mobilização necessária para uma mudança na desastrosa política econômica adotada pelo governo Lula e seguida desde os anos 90 pelos então presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. No entanto, o economista considera um grave erro comparar o governo Lula com o de FHC, porque este não pode servir de referência para coisa alguma, já que foi o pior da história. Por fim, Passarinho defendeu a formação de uma frente popular e antimperialista para tentar superar o impasse que os brasileiros se encontram.

Economistas lançam documento com propostas para um novo modelo

da Redação

No dia 25 de julho, com o título "A Crise da República", os economistas lançaram manifesto por uma nova política econômica, cujas propostas Brasil de Fato antecipou na edição 125. Como manifestações anteriores, o documento insiste na falência do modelo econômico, o mesmo, radicalizado, do governo Fernando Henrique, e aponta alternativas para o país sair da sinuca de bico em que se encontra. Abaixo, os motivos que levaram à elaboração do manifesto:

"Todos afirmam que a República está em crise. Nós também consideramos que a crise é profunda. Mas sobre qual crise falamos? Nós acreditamos que a Nova República, nascida sobre os escombros da ditadura em 1985, prometendo um dia melhor, finalmente sucumbiu diante dos interesses das classes dominantes no país, e morreu.

"A crise atual – política, econômica, social e ética – somente pode ser resolvida se os pilares do acordo que sustentou a transição da ditadura para a democracia, e que foram protegidos e alimentados por todos os governos posteriores a ela até o momento, forem



Integrantes dos movimentos sociais do Paraná protestam contra política econômica

substituídos por um programa que atenda às demandas mais sentidas da população e resgatem a soberania nacional e popular que toda República digna deste nome deve possuir.

"A estratégia econômica, que elegeu o combate à inflação como principal objetivo político fracassou por completo e está esgotada, não obstante ainda tenha muitos defensores dentro e fora do governo. Após inúmeros planos, o povo

está mais pobre: o Brasil não é o país do mundo com maior concentração de renda, porque um país africano nos supera (Serra Leoa). Somente no ano passado, o número de milionários – pessoas com ativos superiores a 1 milhão de dólares – cresceu 7%; atualmente, quase 100 mil pessoas controlam 50% da riqueza do país.

"O programa econômico e político concebido e aplicado inicialmente no governo de Fer-

nando Henrique Cardoso, e que ainda comanda o país, necessita ser súbita e urgentemente substituído. Este programa – conhecido originalmente como Plano Real e que na atualidade atende pelo nome de 'estabilidade econômica' – não somente gerou milhões de pobres, mas segue comprometendo o futuro de várias gerações ao alienar o território, multiplicar o endividamento estatal e aprofundar a dependência do país.

"A austeridade aplicada sobre o povo, com cortes sistemáticos no investimento social e crescentes recursos destinados ao pagamento das dívidas – interna e externa – aprofundou a relação parasitária e predatória do empresário nacional e estrangeiro com o Estado brasileiro. O aumento de impostos é para pagar os juros da dívida, e essa garante lucros seguros a todos aqueles que investem nos títulos da dívida pública: banqueiros, empresários, rentistas de toda ordem. A corrupção de partidos e políticos é apenas a face mais visível de um processo mais profundo que somente pode ser corrigido com eficácia se o Estado for fortalecido e desprivatizado. A privatização e a debilidade do Estado são as principais fontes de corrupção no Brasil!

"Os donos do poder afirmam que as exportações podem salvar o país, mas a verdade é que esta opção esquece a vitalidade do mercado interno e mantém os salários baixos como condição para competir no mercado mundial. A dependência tecnológica é crescente e as medidas tomadas ao longo deste ano para fortalecer a saída exportadora somente aumentaram a vulnerabilidade externa, produtiva, monetária e financeira do Estado brasileiro.

"Mas nosso principal inimigo é aquele que afirma a ideia de que não existem alternativas. Abaixo, estamos propondo um conjunto de medidas que indicam o início de uma alternativa nacional e popular para a crise atual. Elas podem e devem ser tomadas neste momento em que amplas maiorias ainda defendem mudanças estruturais para nosso país e apoiaríamos com valentia e intensa mobilização um programa de natureza popular. Se aplicadas, elas inauguram um novo tempo para as maiorias que travarão sem vacilar uma longa luta para construir uma República democrática, destinada a fortalecer a soberania nacional e superar para sempre o subdesenvolvimento."

REFORMA POLÍTICA

Contra a corrupção e a política econômica

Milhares de integrantes de movimentos sociais unem suas forças em protesto na capital federal

Beatriz Pasqualino
de Brasília (DF)

“**O**lé, olé, olá, a direita quer voltar; é golpe é golpe, por isso eu vou lutar”. Foi com esse coro que cerca de 20 mil ativistas de movimentos sociais ligados a populações sem-terra, estudantes e sindicalistas tomaram a Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), na manhã do dia 16. Eles protestaram contra a corrupção, contra os rumos da economia e por uma reforma política no país.

A manifestação foi organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que reúne dezenas de entidades como União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As reivindicações feitas são as mesmas da “Carta ao Povo Brasileiro”, entregue em junho ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O ato da CMS foi o momento em que o povo brasileiro começou a debater e a se pronunciar oficialmente sobre a crise, colocando suas propostas concretas”, afirmou João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST.

Muitos jovens participaram da mobilização com os rostos pintados de verde e amarelo. Mas os movimentos sociais alertaram que o cenário, desta vez, é bem diferente daquele que levou os brasileiros às ruas em 1992 para exigir o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Segundo Gustavo Petta, pre-



Sindicalistas, estudantes e integrantes de movimentos sociais cobram mudanças urgentes na política econômica

sidente da UNE, apesar de o ato representar a volta dos caras-pintados, os manifestantes não defendem a saída de Lula do poder porque isso poderia abrir espaço para a volta da elite conservadora. “Temos de desmascarar a direita brasileira que está se colocando como a porta-voz da ética na política, como ACM (Antônio Carlos Magalhães, PFL-BA) e Roberto

Jefferson (PTB-RJ)”.

A CMS também defende que, apesar de a mídia tentar reduzir a mobilização a uma questão de apoio ou não ao governo Lula, o ato teve como objetivo cobrar os compromissos firmados pelo presidente Lula durante a campanha eleitoral. “Não viemos a Brasília para ser contra ou a favor do impeachment do presidente porque essa não é uma

pauta dos movimentos sociais, mas sim da imprensa e da elite brasileira”, explica o dirigente do MST.

Além da punição aos corruptos, os movimentos sociais reivindicam financiamento público e exclusivo de campanhas eleitorais para evitar esquemas de corrupção como caixa dois e compra de mandatos.

Antes de protestar em frente ao Congresso Nacional – alvo das

principais denúncias de corrupção –, os movimentos sociais fizeram um ato em frente ao Ministério da Fazenda, contra a taxa de juros e o *superavit* primário. Na manifestação, João Felício, presidente nacional da CUT, lembrou que sem a redução imediata dos juros e do *superavit* não há perspectiva para a imensa massa de jovens que chega todos os anos ao mercado de trabalho. “Precisamos de investimentos nas áreas sociais e na infra-estrutura, fortalecer o poder de compra dos salários, gerar emprego, renda, redistribuir riqueza, e isso se faz com apoio à produção, enfrentando a especulação”, disse.

SEM MUDANÇAS

No início da noite do dia 16, uma comissão de representantes dos manifestantes foi recebida por Lula. José Valdir Misnerovicz, da coordenação nacional do MST, contou que o presidente aparentou tranquilidade e segurança. “Apesar da maior parte dos presentes ter criticado a política econômica, ele não deu nenhum indicativo de que ocorrerão mudanças. Ele só disse que está aberto a discutir”, revela Misnerovicz, para quem isso significa que o governo pretende administrar a crise e deixar o tempo passar, sem alterar os rumos.

Uma nova manifestação estava marcada para Brasília, dia 17, convocada pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e pelo PSTU, entre outras entidades que fazem forte oposição ao governo. Outras mobilizações contra a corrupção e a política econômica deverão acontecer em Salvador (BA), no dia 25, e em São Paulo (SP), no dia 26.

RUMOS DA ESQUERDA

Ruim com Lula, pior sem ele?

Pensadores de esquerda apontam a necessidade de construir alternativas unificadas e descartam *impeachment*Luis Brasilino e
Marcelo Netto Rodrigues
da Redação

As duas manifestações que tomaram Brasília (DF), dias 16 e 17, aparentemente deixaram a impressão de haver uma clara divergência dentro da esquerda brasileira, com relação ao futuro do governo Lula. No primeiro dia, militantes da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) protestaram "contra a corrupção, por mudanças na política econômica e pela reforma política". No dia seguinte, foi a vez do Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), entre outras entidades, saírem às ruas na "Marcha contra a corrupção, as reformas neoliberais e a política econômica de Lula/FMI" — associando a política econômica do governo às políticas do Fundo Monetário Internacional.

A grande imprensa apressou-se em rotular o primeiro ato de "pró-Lula" e o segundo, de "a favor do *impeachment*". Mentira. As críticas ao governo são essencialmente as mesmas, centralizadas na política econômica neoliberal do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Os movimentos também foram incisivos nos pedidos de apuração e punição em relação às denúncias de corrupção. Na prática, os discursos diferenciaram-se em um aspecto: na manifestação do dia 16, predominou a concepção do "ruim com Lula, pior sem ele"; no dia 17, o tom foi de "ruim com Lula, igual sem ele".

CAIÃO CAI

Emir Sader, sociólogo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), explica o primeiro raciocínio. Dez anos atrás, o Brasil já passou por uma mudança, de caráter mundial, na correlação de forças em favor da direita. O governo Lula não reverteu essa situação, nem a esquerda teve capaci-

"Um processo de *impeachment* transformaria Lula em vítima", analisa o sociólogo Emir Sader

dade para criar uma alternativa ao presidente. "Existem dois eixos de poder no mundo, hoje. Um deles é o dinheiro, espelhado no modelo neoliberal. O outro são as armas, a hegemonia imperial norte-americana. E esse governo, embora não mude o programa neoliberal, em termos de política externa mantém uma postura independente", analisa Sader. Para o sociólogo, o retorno da direita tradicional levará ao avanço da hegemonia estadunidense na América Latina. Portanto, como a esquerda não foi capaz de se unir e formar uma plataforma alternativa forte, sem Lula, o que fica, são os conservadores.

Para José Maria de Almeida, presidente nacional do PSTU, não existe diferença entre o governo do Partido dos Trabalhadores (PT)

e a direita. Zé Maria enxerga no presidente "o principal gerente dos bancos e das grandes empresas do país". Considera o governo de direita. "Do ponto de vista da classe trabalhadora, temos, de um lado, o PT e seus satélites — PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e PSB (Partido Socialista Brasileiro) —, que querem a reeleição de Lula para continuar aplicando a política econômica do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e do PFL (Partido da Frente Liberal). De outro lado, os tucanos e pefelistas disputam as eleições para aplicar a mesma política econômica do FMI", explica Almeida.

Integrante da Consulta Popular, Ricardo Gebrim sustenta que a discussão sobre a permanência ou não de Lula no cargo torna-se um falso

debate, pois a solução independe da esquerda. "Primeiro, é um evidente equívoco tentar desencadear uma campanha pela derrubada do presidente sem sustentação em fatos concretos. Não há nenhuma força política de esquerda propondo isso. Também seria uma insanidade a defesa absoluta do governo, ainda que comprovem-se as denúncias contra ele, nem há qualquer setor da esquerda propondo isso", elucida Gebrim.

LULA AJUDA OU ATRAPALHA

Frase de impacto, "ruim com Lula" ainda não foi engolida, nem digerida por setores importantes da esquerda. "A afirmação procede na medida em que o governo ficou muito aquém das expectativas geradas na campanha. Agora,

quem tem o ideal socialista e a perspectiva de redução da desigualdade e da radicalização da democracia participativa não pode se contentar com o ruim apenas pelo fato de a alternativa ser pior", afirma Chico Alencar, deputado federal (PT-RJ).

De acordo com o parlamentar, essa é a administração da ambigüidade. A opinião é compartilhada por seu colega Jamil Murad (PCdoB-SP), para quem Lula deixou a desejar por tentar agradar gregos e troianos: "Ele pôs um pé no barco da mudança e o outro no da manutenção da política macroeconômica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso". Com isso, foi sendo construído um governo contraditório, capaz de quadruplicar as verbas para a agricultura familiar e não cumprir as metas de reforma agrária a que se propôs.

RADICALISMOS

A arquiteta Erminia Maricato, que deixou o cargo de secretária-executiva do Ministério das Cidades há cerca de um mês, denuncia o reducionismo dos raciocínios da esquerda. Ela concorda que a política econômica contraria tudo em que sempre acreditou. Segundo Erminia, graças a um processo iniciado pelo ex-presidente Fernando Collor, a lógica neoliberal permeia toda a máquina estatal e dificulta a liberação dos recursos. Logo, o *superavit* é muito maior do que se imagina. "O esquema é muito mais radical do que pensávamos. Temos uma estrutura que desmonta a capacidade do Estado planejar e investir", assinala a arquiteta.

Por isso, Erminia pergunta — "não questiono", esclarece: qual a viabilidade de Lula permanecer na Presidência os quatro anos do mandato sem esse pacto com o capital financeiro e sem alianças espúrias? Ela acha que haveria muito conflito e muita luta, mas é impossível saber quem seria vencedor.

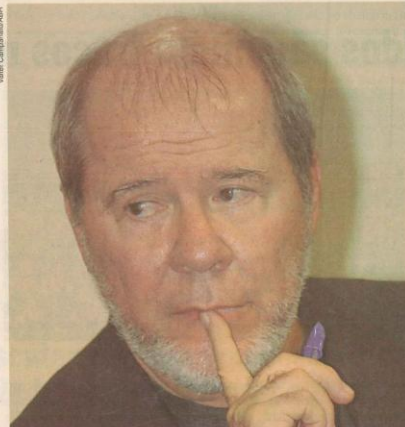
Importantes lições da crise

A esquerda brasileira rememora, de maneira traumática, três certezas esquecidas nos últimos 20, 30 anos: que a transformação profunda da sociedade só pode ser fruto de uma luta coletiva dos trabalhadores, não advém de um só indivíduo; que a via eleitoral é um modelo falido no Brasil, na forma atual; e que o dinheiro da direita não é bem-vindo em hipótese alguma.

"A derrota e a frustração com a experiência do governo Lula é a derrota de um caminho centrado na luta eleitoral institucional. Por mais dolorosa que seja esta crise da esquerda, por mais que isso nos atinja no ânimo e na disposição, por mais que a classe dominante não ofereça alternativa para o povo brasileiro, os elementos que empurram o povo para uma luta não vão ser abalados", analisa Ricardo Gebrim, da Consulta Popular.

Sem organização dos trabalhadores o país não muda, mesmo que um governo se autopromova de esquerda, segundo o deputado federal Chico Alencar (PT-RJ): "O duro aprendizado é que, sem mobilização social, mesmo um governo eleito pela ansia de mudança de 53 milhões de brasileiros fica prisioneiro da lógica do caminho único da economia e da governabilidade baixada. Não podemos criar a ilusão de que, porque um Silva está lá, a vida dos milhões de Silvas do país vai melhorar automaticamente".

Zé Maria, presidente nacional do PSTU, vai além: "Queremos construir uma terceira alternativa, classista, dos trabalhadores, que só



O publicitário Duda Mendonça: coordenador da campanha milionária de Lula

pode se impor a partir de um amplo processo de mobilização social que ponha para fora o governo e também o Congresso Nacional. Nem Lula, nem PT, nem PFL, nem PSDB tem autoridade moral para falar contra a corrupção".

"Sem tanto dinheiro, o Lula teria sido eleito?", pergunta Erminia Maricato, ex-secretária-executiva do Ministério das Cidades. "Eu preferiria que não tivesse sido. Se a gente tivesse eleito o Lula, sem o Duda Mendonça, sem esse esquema milionário, sem as alianças, mas

por causa da organização da esquerda, dos movimentos sociais, com todos os parceiros, como a Igreja. Aí, acho que poderíamos aplicar nosso programa e aguentar o tranco que viria", complementa.

Para a esquerda se unificar e romper o seu isolamento frente às camadas populares, a plataforma em comum deve ser a luta contra o neoliberalismo, na opinião do sociólogo Emir Sader: "O principal problema brasileiro é social, e é o social que não se realiza por causa da política econômica". (LB e MNR)

Esquerda também não deseja *impeachment*

Quando o assunto é o possível *impeachment* do presidente, a esquerda brasileira entra em acordo — mesmo que por razões diversas. Nenhuma das correntes acredita que a queda de Lula, no momento, representaria um acúmulo de forças. Até mesmo o PSTU, visto como o partido mais refratário a Lula, é contra o *impeachment*. Segundo o presidente do partido, Zé Maria, "com a saída de Lula, ou mesmo com José Alencar, assumiria algum político do PSDB ou do PFL eleito pelo Congresso Nacional, pois a Câmara teria 90 dias para eleger indiretamente um presidente".

Para Zé Maria, não é possível mudar a política econômica de fato e acabar com a corrupção sem afastar o governo juntamente com o Congresso Nacional. "Não há saída para os trabalhadores por dentro da institucionalidade da democracia burguesa. Por isso, somos contra o *impeachment* e contra antecipar as eleições — que promoveriam uma outra fraude, uma vez que a eleição, em nosso país, é controlada pelo poder econômico".

TÁTICA ERRADA

Ricardo Gebrim, da Consulta Popular, sustenta que a esquerda perde tanto se Lula cair, quanto se ele for sangrado até o final do mandato. "Gostando ou não, a figura de Lula representa o centro da tática da esquerda nos últimos 20 a 30 anos. O desgaste de Lula e do PT atinge toda a esquerda,

inclusive a não petista, ou não vinculada ao PT, ou até a que se opõe ao PT. Nisso, a mídia aproveita a situação para desqualificar a esquerda como um todo".

Aliado do governo, Jamil Murad, do PCdoB, defende o mandato do presidente, que, em sua opinião, "pertence, pelo menos parcialmente, ao povo. Não é propriedade do presidente, nem do PT. É dos setores populares, dos movimentos sociais. Mesmo sem um contrato formal".

VÍTIMA

A tese levantada pelo sociólogo Emir Sader pode ser encarada como a explicação mais pragmática do porquê os adversários de Lula na esquerda não querem que ele sofra o impedimento, além das razões já citadas. Segundo Sader, "um processo de *impeachment* acentuaria o apelo popular em relação a Lula, transformando-o em vítima".

Assim, o mito Lula se manteria vivo por mais tempo do que o desejado pela esquerda, e também pela direita. "Tanto que, quando a direita tradicional se deu conta de que consegue baixar a popularidade de Lula, e as pesquisas lhe dão esperança, ela começa a retirar o tema *impeachment*. O *impeachment* é só uma ferramenta de desgaste. Não para efetivamente realizar, mas para mostrar que Lula está no limite, que tem a possibilidade de ser desqualificado", completa Sader. (LB e MNR)



Fatos em foco

Hamilton Octavio de Souza

Doutor corrupção

Especializado em torrar o dinheiro público, seja para distribuir carros a jogadores de futebol e procurar petróleo no Pantanal do Paranapanema, ou, ainda, para fazer caixa dois com milhões de dólares em parafusos fiscais, o empresário Paulo Maluf (PP-SP) tem contra si todas as provas possíveis admitidas na Justiça, desde depoimentos de testemunhas, extratos bancários, comprovantes das empreiteiras etc. Se não cumprir pena, o desmoralização é do país.

Imagem discutida

Bom parte da imprensa empresarial coube de pau em cima do repórter César Tralli, da TV Globo, que recebeu tratamento preferencial da Polícia Federal e gravou as cenas do prisão de Flávio Maluf, filho de Paulo Maluf, inclusive quando foi algemado. Embora essa relação mereça algum questionamento, o registro da imagem mostrou que a Polícia Federal deu tratamento altamente civilizado ao prisioneiro – muito melhor do que o tratamento dedicado aos cidadãos comuns.

Ameaça orçamentária

A Andifes, entidade representativa das universidades federais, teme que o Ministério da Educação corte verbas em 2006 e torne inviáveis os projetos de expansão dessas instituições. A experiência histórica é de que todos os discursos – de todos os governos federais – consideram a educação fundamental para o desenvolvimento do país, mas, na prática, os recursos estão sempre aquém das necessidades do setor.

Discurso inviolado

No dia 7 de setembro, o presidente Lula incluiu – em seu discurso à Nação – a informação de que o Brasil está prestes a se tornar auto-suficiente em petróleo. Dois dias depois, a Petrobras determinou aumento geral nos preços dos combustíveis. A gasolina já está custando, em média, 10% a mais. Forçou o preço do barril continua sendo cotado em dólar.

Desapoiamento gaúcho

Figura respeitada nos meios políticos, o senador Pedro Simon, do PMDB-RS, causou grande impacto em evento realizado na poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, quando se referiu à atual crise política e ao governo Lula lançando ao auditório a seguinte pergunta: "Como o presidente do Banco Central (Henrique Meirelles) não está na cadeia e o Banco Rural ainda está aberto?"

Encruzilhada peista

A escolha do novo presidente nacional do PT – juntamente com a nova composição dos diretórios nacional, estaduais e municipais – está mobilizando as atenções das esquerdas, dos movimentos sociais, da mídia e até mesmo dos setores conservadores da sociedade. Afinal, o destino do maior partido de massas da história do Brasil depende, em grande parte, desse resultado eleitoral. Ninguém arrisca qualquer previsão.

Lição histórica

A crise atual – que envolve o governo Lula, o PT e as esquerdas, o sistema representativo e a ausência de projeto para o país – está provocando entre os mais jovens não apenas grande aversão aos políticos, mas também a necessidade de atuação fora dos caminhos institucionais. Muito gente está chegando à mesma conclusão: que a mudança precisa acontecer sem o controle da burguesia. Como será, não se sabe, mas a procura existe.

Expectativa geral

O Brasil vive um momento de Babel e de confusão generalizada nos valores e nas bandeiras de luta. O mais dramático, no entanto, parece ser a ausência de lideranças com discernimento e coragem para articular novos caminhos. Um deserto humano.

CRISE NO GOVERNO

Mobilizar o povo é a melhor saída

Para movimentos sociais, é preciso aproveitar a chance de reascender a luta das massas

Igor Ojeda
da Redação

É fundamental que, para além do desânimo e da decepção, o momento pelo qual passa o país seja aproveitado para estimular a organização popular. A avaliação predomina entre líderes de movimentos sociais ouvidos pelo Brasil de Fato. Tanto que, desde o início de setembro, e pelo menos nos próximos dois meses, estão em andamento estratégias de manifestações, ocupações e mobilizações em todo o país.

Romário Rossetto, diretor do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), vê a conjuntura atual com otimismo. "Acreditamos que está começando a ocorrer um reascenso da luta de massas; só assim a situação vai mudar. Mas a virada não acontece por acaso. É preciso pôr fermento nessa massa, e os movimentos são esse fermento", diz. O deputado estadual Frei Sérgio Górgen (PT-RS), assessor dos movimentos que compõem a Via Campesina Brasil, recorre a uma metáfora futebolística, segundo ele, "ao sabor do presidente": "A bola do jogo popular, nos últimos anos, estava na meia-direita, com os partidos e a institucionalidade administrativa. Agora, a bola foi jogada para a ponta esquerda, para os movimentos sociais". Movimentos que, para ele, devem dominar o jogo por meio da luta popular.

De acordo com Gilberto Cervinski, dirigente do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a ofensiva atual da elite sobre os interesses dos trabalhadores se deve a um profundo descenso do movimento de massas nos últimos anos, agravado pela crença no poder do voto como principal maneira de se fazer as transformações necessárias. Em sua opinião, tal situação só será modificada com o esforço da militância da esquerda. "É preciso cair a ficha que não adianta ficar chorando. A militância não pode perder o rumo. Quem acredita em um projeto de transformação da sociedade precisa entender que agora, mais do que nunca, devemos juntar as forças



No Grito dos Excluídos em Aparecida do Norte (SP); reascenso do movimento de massa

e estimular todas as formas de luta para mudar a correlação de forças na sociedade". Rossetto completa o raciocínio: "Mudando essa correlação, o presidente teria força para fazer as mudanças. Se houver pressão social, Lula ou qualquer outro governo pode ser forçado a realizar transformações sociais".

GRITO DOS EXCLUÍDOS

Tanto o diretor do MPA quanto Górgen avaliam que o 11º Grito dos Excluídos, realizado dia 7, já representou uma sinalização do reascenso da luta de massas. Com o lema "Brasil, em nossas mãos a mudança", o ato reuniu em todo o país, segundo os organizadores, mais de 200 mil pessoas, que exigiram o fim da corrupção, democracia direta, ética na política e fim da exclusão social, principalmente por meio da alteração do modelo econômico. Em Aparecida do Norte (SP), onde aconteceu também a 18ª Romaria dos Trabalhadores, foi lançado o Manifesto do Grito dos Excluídos Continental, que trata da realidade da exclusão e do crescimento da resistência dos povos.

O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Gilmar Mauro,

discorda da visão de reascenso. Em sua avaliação, neste momento, um reascenso da luta de massas é difícil de acontecer. "Não quero plantar ilusões. É um momento de dificuldades, de crise, de esfacelamento das esquerdas. Obviamente temos que tentar sempre, essa é a tarefa principal do movimento social. Na perspectiva, sou otimista", diz. Para ele, a unidade da esquerda em torno de um projeto comum ainda levará um certo tempo para ser reconstituída. "Mas precisa ser construída e para isso precisamos ter paciência, tolerância e generosidade. E sempre com estímulo à luta social, às grandes mobilizações".

Para Cervinski, do MAB, diante da crise de representatividade que ficou ainda mais evidente nos últimos meses, a mobilização popular é cada vez mais necessária: "Há um único caminho, o do povo na rua". Górgen, da Via Campesina, concorda e defende ainda uma reforma política radical: "Não se pode reduzir este momento a uma crise moral. Ela é reflexo, além de uma crise social, de uma crise política muito profunda, pois o sistema representativo brasileiro está falido. Criou um fosso entre os representantes e os representados, o que significa uma

desmoralização do voto".

Tal desmoralização, segundo Cervinski, é uma boa oportunidade para demonstrar ao povo que o poder não está nas eleições. "O poder de fato está no povo consciente, organizado, mobilizado, que participa. Mas é preciso um esforço tremendo dos movimentos sociais nesse sentido", diz. Para ele, o modo mais eficaz de mobilizar o povo é apontar um rumo a ser seguido: "Um dos desafios dos movimentos é construir um projeto para o país. Não é uma tarefa de um dia para o outro. Tem que ser um trabalho permanente".

Frei Sérgio Górgen defende que tal projeto deve ser usado como bandeira por todos os movimentos sociais que, "longe de abandonar suas pautas corporativas e interesses imediatos, não podem colocá-los como prioritários, e sim pensar no conjunto da nação e fazer esse debate com a sociedade e com a base social organizada".

Para Gilmar Mauro, do MST, o projeto em questão deve ser a construção do socialismo. "Para tal, é preciso explicar ao povo o que é a sociedade brasileira, como ela funciona e dizer qual o tipo de socialismo que queremos construir. Não estamos discutindo isso".

DIREITOS HUMANOS

Serra ameaça trabalho de catadores em SP

Tatiana Merlino
da Redação

Os catadores de material reciclável da cidade de São Paulo correm o risco de perder o único meio pelo qual conseguem sobreviver. Tudo começou quando o prefeito José Serra mandou avisar os catadores que trabalhavam no centro expandido de São Paulo que iriam transferi-los para uma central de triagem na Vila Maria, na zona norte, até o final de setembro. De acordo com a proposta, a coleta de material reciclável passaria a ser feita por empreiteiras com a utilização de caminhões. O material seria levado para a Vila Maria onde 2,7 mil catadores fariam a separação do material. "Estamos querendo acabar com a categoria", afirma Eduardo Ferreira, presidente da Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopapare). Ferreira lembra que o projeto da prefeitura inclui apenas uma pequena parcela dos catadores de São Paulo. São cerca de 5 mil trabalhadores só no centro expandido e cerca de 20 mil em toda a cidade.

As organizações de catadores questionam a entrada das empreiteiras no setor, já que as empresas passariam a ser remuneradas por uma atividade de responsabilidade do poder público. "O investimento da prefeitura deveria ser feito nas cooperativas organizadas pelos catadores que incluem moradores de rua



Serra quer excluir catadores de políticas públicas da prefeitura de São Paulo

e limpar a cidade", afirma Carlos Antonio dos Reis, do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. Para ele, a prefeitura ignora como funcionam as cooperativas e excluem a categoria das políticas públicas da cidade. As entidades acreditam também que, se a coleta ficar sob responsabilidade das empreiteiras, os catadores ficarão sem material para trabalhar.

AUTORITARISMO

A prefeitura já está colocando em prática essa medida e tenta expulsar cooperativas situadas em áreas da

prefeitura e de baixo de viadutos, como a Coopapare. Dia 8, a cooperativa recebeu uma intimação para que desocupasse a área em 24 horas, sem que nenhuma proposta de negociação fosse apresentada. Para Elisabeth Grimberg, coordenadora da Área de Meio Ambiente Urbano do Instituto Pólis e do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, há uma falta de percepção política e autoritarismo por parte da administração municipal. "Há uma dificuldade de compreensão do papel do catador. Como podem ir decretando que vão mudar o local de trabalho das pes-

soas sem consultá-las?", questiona. De acordo com ela, a Coopapare, criada em 1989, tem uma "história construída com a comunidade local e se tornou uma referência na região". São 80 catadores, entre cooperados e associados, e 120 catadores avulsos que passam por lá todos os dias.

Outra ação que vem sendo aplicada pela prefeitura é o fechamento de depósitos irregulares onde catadores não organizados vendem o material que coletam. Segundo o presidente da Coopapare, Eduardo Ferreira, esses locais os trabalhadores ganham, em geral, muito pouco porque a atividade não é regularizada. No entanto, Ferreira lembra que não adianta fechar os estabelecimentos sem oferecer algo em troca.

Em meio a tantas dificuldades, os catadores conseguiram abrir um canal de diálogo com a prefeitura. Em reunião com Andrea Matrazzo, secretário municipal de Serviços e Obras da Subprefeitura da Sé, dia 6, foi criada uma comissão com representantes da categoria e da prefeitura. A comissão irá se reunir pela primeira vez dia 15 para discutir alternativas às propostas da prefeitura. "Vamos apresentar uma pauta que inclua o catador na coleta seletiva da cidade", afirma Carlos Antonio dos Reis. Segundo ele, é positivo que uma porta de negociação tenha sido aberta, "mas a transferência para a Vila Maria ainda não foi descartada".